

**Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco**

16.<sup>a</sup> Reunião  
(11 de dezembro de 2014)

---

**SUMÁRIO**

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 17 horas e 35 minutos.

O Dr. Amílcar Moraes Pires (ex-Administrador Executivo do Banco Espírito Santo), após uma intervenção inicial, respondeu aos Deputados Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE), Duarte Filipe Marques (PSD), Ana Paula Vitorino (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), Pedro Alves (PSD), Pedro Nuno Santos (PS), Pedro Saraiva (PSD) e João Galamba, Filipe Neto Brandão e José Magalhães (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 00 horas e 30 minutos do dia seguinte.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, declaro aberta a reunião.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

Srs. Deputados, damos início a mais uma audição, hoje, com o Sr. Dr. Amílcar Moraes Pires, que cumprimento, que fará uma intervenção inicial, de cerca de 15 minutos, eventualmente um pouco mais, na qual invocará o segredo profissional bancário, bem como o segredo de justiça.

Em relação ao primeiro, podemos ultrapassá-lo através de uma deliberação nossa, nesta Comissão, tomada logo que for suscitado o problema, e o Sr. Dr. Amílcar Moraes Pires disse-me que, obviamente, levantado o segredo profissional bancário, responderá a todas as perguntas formuladas pelas Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Disse-me ainda que o invoca porque todos os conhecimentos que tem, relativamente à matéria que é objeto desta Comissão de Inquérito, advêm do exercício da sua atividade profissional, e, nessa medida, solicita que seja feito esse levantamento, que resultará de uma deliberação nossa.

Quanto ao segredo de justiça que invocará igualmente, ele não tem a ver com a sua constituição de arguido em qualquer inquérito mas, sim, pelo facto de ter tido conhecimento do processo através de instrumentos judiciais, designadamente de mandatos de busca.

Portanto, quem tiver contacto com o processo está igualmente obrigado ao segredo de justiça, e esse, como sabemos, não poderá ser levantado por esta Comissão, e estamos todos obrigados ao mesmo segredo e a respeitar quem tem de o cumprir.

No que diz respeito à sua solução, já falámos sobre isso uma vez e veremos como é que haveremos de lidar com essa matéria no futuro.

Feitos estes dois esclarecimentos, dou, desde já, a palavra ao Sr. Dr. Amílcar Moraes Pires, para fazer a sua intervenção, e, depois, agiremos em consonância com aquilo que acabo de dizer.

*Pausa.*

O Dr. Amílcar Moraes Pires está a dizer-me que na sua intervenção inicial já vai abordar questões que considera estarem incluídas no segredo profissional bancário, sendo assim, Srs. Deputados, vamos avançar para a deliberação.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados está contra o levantamento do segredo profissional bancário nos termos e com a fundamentação que temos usado para todos os levantamentos de segredos profissionais bancários e que têm sido correspondidos positivamente. Pergunto se algum dos Srs. Deputados está contra o levantamento desse segredo profissional bancário.

*Pausa.*

Não havendo votos contra, há, por conseguinte, unanimidade no que respeita ao levantamento do segredo profissional bancário, e em ata ficará expressa a fundamentação que leva a este levantamento.

A partir daqui, o Sr. Dr. Amílcar Moraes Pires está disponível não só para fazer a sua intervenção, como também para responder a todas as perguntas que os Srs. Deputados formularem.

Tem, então, a palavra, Sr. Dr. Amílcar Moraes Pires.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires** (ex-Administrador Executivo do Banco Espírito Santo): — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados: Pedi para entregar ao Sr. Presidente uma cópia da apresentação.

*Pausa.*

Começo, Srs. Deputados, por referir que entrei no Banco em 1986, como técnico do nível oito, por concurso, e ainda o Banco era uma entidade pública, e fiz toda a minha carreira, de 28 anos, ao serviço do Banco. Esta era, desde logo, uma das razões para invocar o segredo profissional, porque toda a minha vida foi uma vida de bancário, e, portanto, justificava-se a circunstância de o pedir. Espero ao longo da exposição responder às questões colocadas.

Vou começar por falar um pouco do âmbito da minha atuação.

Fui eleito para o conselho de administração do Banco Espírito Santo em março de 2004, na assembleia geral de acionistas, e resignei no dia 23 de julho de 2014, embora a última participação em reuniões dos órgãos sociais, ou em atos de gestão, tenha sido no dia 11 de julho de 2014.

A minha responsabilidade como administrador executivo consubstanciava-se no acompanhamento das seguintes unidades: o Departamento Financeiro de Mercados e Estudos, o Departamento de Desenvolvimento Internacional, mas somente a partir de maio de 2012, o Gabinete de Reorganização Estratégica e o Departamento de Gestão de Poupança.

No âmbito da área internacional, tinha a meu cargo as sucursais, a partir de maio de 2012, de Espanha, Nova Iorque, Londres, Cabo Verde e, em conjunto com o Dr. José Manuel Espírito Santo, as sucursais de

Venezuela e Luxemburgo. Tinha ainda sob a minha orientação de pelouro as subsidiárias: BES Vida — Companhia de Seguros; o BES Angola, desde maio de 2102; o BES Finance; a Avistar; o BESIL; o BIBL, o BES GmbH (Alemanha); o Aman Bank; o BESOR, que é o BES em Macau.

Nunca pertenci aos órgãos sociais do BES Angola, nem do Aman Bank da Líbia.

Tinha ainda responsabilidades no Moza Banco, que era uma sociedade dominada por um grupo moçambicano, em que o Banco Espírito Santo só tinha 49%. Portanto, era uma participada, não era uma subsidiada.

Também fui administrador não executivo na Portugal Telecom, desde 2006.

Para esclarecer os Srs. Deputados, havia departamentos importantes no Banco Espírito Santo que não pertenciam ao meu pelouro. Por exemplo: o Departamento de Planeamento e Contabilidade, a cargo do Dr. Ricardo Salgado (normalmente era um CFO que o tinha, mas, no nosso caso, era o Dr. Ricardo Salgado), que era responsável pela contabilidade e definição do perímetro de consolidação, nomeadamente de *special purpose entities* (SPE); o Gabinete de Relações com Investidores, que também estava no pelouro do Dr. Ricardo Salgado (embora seja comum em algumas organizações pertencer ao CFO, o responsável pela relação com os mercados e com o supervisor CMVM era o Dr. Ricardo Salgado); o Departamento de Risco Global (DRG), que tinha como responsáveis, sempre, o Dr. José Maria Ricciardi e, nos últimos anos, também o Dr. Joaquim Goes (este departamento era responsável pela análise, controlo de riscos de crédito, de mercados, operacional e a preparação de *ratings* na organização, ao nível do Grupo BES). Recordo, desde o início, que eu só sou administrador do BES e subsidiárias, nunca tive qualquer responsabilidade fiduciária acima do Banco Espírito Santo.

Continuando: o Departamento de Informação de Gestão, a cargo do pelouro do Dr. Joaquim Goes, responsável pela informação de gestão com base na qual se faziam as tomadas de decisão de negócios, os segmentos de negócio, particulares e entidades; o Departamento de Marketing, Inovação e Canais, também do pelouro do Dr. Joaquim Goes, que era o responsável pela distribuição de produtos, comunicação a clientes, interação com as redes comerciais e gestão do sistema de objetivos e incentivos, que no Banco se chamava SOI e que era o mecanismo para premiar e incentivar, no fundo, as vendas dentro do Banco Espírito Santo; o departamento de *compliance*, que era do pelouro do Dr. Ricardo Salgado, e, somente nos últimos meses, o Dr. António Souto também passou a ter essa responsabilidade; e um departamento internacional, designado por «International Business & Private Banking», sob a responsabilidade do Dr. José Manuel Espírito Santo, que tinha relação com investidores e clientes, institucionais e *privates*, em vários países, designadamente na Venezuela.

Refiro, ainda, que não tinha qualquer responsabilidade na gestão das várias redes de distribuição, clientes particulares, empresas ou institucionais.

Por último, e no aspeto organizacional, não integrei as comissões criadas no 1.º trimestre de 2014, que tinham a designação «Comissão de Controlo de Transações com Partes Relacionadas», constituída pelo Dr. Horácio Afonso, presidente da Comissão de Auditoria, o Dr. Joaquim Goes e Dr.<sup>a</sup> Rita Amaral Cabral, que era administradora independente não executiva; e «Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Execução do Plano de Negócios do ramo não Financeiro do GES», constituída pelo Dr. Horácio Afonso, presidente da Comissão de Auditoria, o Dr. Joaquim Goes, a Dr.<sup>a</sup> Rita Amaral Cabral e o Dr. António Souto. Isto para vos dar um panorama da estrutura organizativa do Banco Espírito Santo.

Relativamente à área internacional, por decisão da comissão executiva, em maio de 2012, a área internacional do BES — falo do BES, porque o BEI tinha completa autonomia e estava sob a égide do Dr. José Maria Ricciardi — passou a estar sob o meu acompanhamento, estando antes dispersa por vários administradores. Passo a fazer um resumo da atuação das principais unidades, a sucursal de Espanha e o BES Angola, porque foi definida a mesma orientação para ambas, embora Espanha estivesse numa fase mais adiantada de concretização.

Peço desculpa, Srs. Deputados, por falar agora um pouco de Espanha, e sei que não é um dos focos das vossas preocupações.

A sucursal de Espanha enfrentava, em maio de 2012, grandes desafios. O primeiro era o prosseguir uma política de desalavancagem da sua estrutura de balanço com necessidade de continuar a reduzir o rácio de crédito sobre depósitos, também vulgarmente designado «rácio de transformação». O segundo desafio era melhorar a rendibilidade da sucursal que foi muito afetada pelas imparidades da carteira de crédito a partir de 2010, quando começou a crise da dívida soberana nos países da periferia da zona euro, que obrigou à constituição de elevadas provisões na sucursal. Nesse contexto, lançaram-se campanhas de *marketing*, utilizando a marca *Cristiano Ronaldo* para aumentar a base de depósitos daquela sucursal. Estas campanhas foram bem sucedidas e permitiram aumentar os depósitos na sucursal de 2900 milhões de euros, em março de 2012, para 5200 milhões, em março de 2014. Simultaneamente, implementou-se uma política de contenção do crédito na sucursal que permitiu que a carteira de crédito passasse de 3100 milhões de euros, em março de 2012, para 2800 milhões de euros, em março de 2014.

Como resultado desta política a posição de liquidez da sucursal melhorou significativamente, ou seja, a tesouraria daquela unidade passou

de um *deficit* de 241 milhões de euros para um excedente de 2300 naquele período. Isto significa que o rácio de crédito sobre depósitos passou de 108%, em 2012, para um valor de 55%, em março de 2014, e muito contribuiu para aquele grande objetivo ao nível do Grupo BES que a troica definiu que é um rácio de crédito sobre depósitos de 120% que o Banco vinha prosseguindo, mas ao nível do Grupo.

Em maio de 2012 e 2013, procedeu-se a um enorme esforço de saneamento da carteira de crédito da sucursal que exigiu um esforço de provisões para crédito, que só, em 2013, foi de 125 milhões de euros. A referência que faço à atividade de Espanha é fundamental para se perceber os princípios de orientação que estavam a ser seguidos desde maio de 2012 na área internacional, que eram o de assegurar, progressivamente, o equilíbrio do rácio de liquidez e rendibilidade sustentável em todas as unidades, e era, portanto, o que estávamos a começar a implementar também em Angola.

Falemos agora um pouco do BES Angola.

Em maio de 2012, quando passei a acompanhar a atividade do BES em Angola, o BESA, deparei-me com vários desafios e o primeiro foi, desde logo, o *governance*.

O BESA era dirigido pelo presidente da comissão executiva, o Dr. Álvaro Sobrinho, que reportava ao Dr. Ricardo Salgado, e foi com muita relutância que viu ocorrer a alteração do responsável do pelouro no BES em Lisboa. Havia, também, algum distanciamento entre os acionistas da Portmill e GENI que detinham cerca de 45% do capital do BESA relativamente ao BES, uma vez que todas as relações entre acionistas eram, fundamentalmente, geridas através do Dr. Álvaro Sobrinho.

Qual era a situação financeira? Em maio de 2012, o BESA já registava um rácio de crédito sobre depósitos de 170%, o que o colocava



extremamente dependente do financiamento interbancário, que representava 52% do total do ativo. Este financiamento era obtido, uma parte, no mercado local e, outra parte, junto do BES Portugal, acionista de controlo.

O BESA também revelava uma fraca base de depósitos local e um rápido crescimento da carteira de crédito.

Até à data da assembleia-geral de 3 de outubro de 2013, que ficou famosa até pela publicação nos jornais, em que foram reportadas eventuais irregularidades e problemas na carteira de crédito, nenhum alerta sobre o risco da carteira de crédito me foi transmitido, como responsável do pelouro, quer pelo departamento de risco global do BES, quer pela KPMG Portugal ou Angola. Ao contrário, o Dr. João Moita, ex-Diretor do DRG e em serviço no BESA, enviou a Lisboa, a 29 de maio de 2012, uma carta do BNA (Banco Nacional de Angola) com conclusões sobre um exercício de análise de sensibilidade ao BESA onde afirmava que este era resiliente ao risco de crédito, carta esta que está registada na ata 1386 da comissão executiva do BES de 2 de julho de 2012. Eu não a tenho, porque, se assim não fosse, facultá-la-ia aos Srs. Deputados.

Plano estratégico de recuperação do BESA. Perante estes desafios foi iniciado um programa de ação que visava corrigir o desequilíbrio do rácio de liquidez e desenvolver uma nova dinâmica comercial. Registo, como há pouco referi, que a única preocupação até esta data era o risco de liquidez, não tinha nenhum indício, nenhuma informação sobre risco de crédito.

Portanto, passo a enunciar os desafios.

Em agosto de 2012, foram indigitados para a comissão executiva do BES Angola, do BESA, o Dr. Rui Guerra, que era o diretor-geral da área internacional, e o Dr. Pedro Cruchinho, que se deslocaram a Luanda para reunir com a equipa do BESA, com os representantes dos acionistas e com

o BNA. Após estas deslocações, somente em 6 de novembro de 2012 se procedeu às alterações principais: o Dr. Álvaro Sobrinho passou a presidente do conselho de administração, o Dr. Rui Guerra a presidente da comissão executiva e o Dr. Pedro Cruchinho a administrador financeiro. E entre 6 de novembro de 2012 e janeiro de 2013, o Dr. Rui Guerra e o Dr. Pedro Cruchinho tiveram de regressar a Lisboa, para aguardar vistos de trabalho.

Somente em 16 de janeiro de 2013 a nova comissão executiva do BESA iniciou trabalhos, tendo dado prioridade à gestão da liquidez e reposição dos níveis de transacionalidade com os clientes. O atraso no início dos trabalhos da comissão executiva degradou ainda mais a posição de liquidez em moeda local, no equivalente a 300 milhões de dólares, passando para um total equivalente, em moeda local, de 1,9 biliões de dólares, financiado quer no mercado interbancário local, quer junto do redesconto no BNA, Banco Nacional Angolano.

A melhoria da relação entre o BES e os acionistas Portmill e GENI, cujas figuras visíveis são, no fundo, o General Hélder Vieira Dias e o General Leopoldino do Nascimento, que, desde já, homenageio, permitiu melhorar o *governance* do BESA e destas alterações destaca-se a eleição na assembleia-geral do BESA, a 28 de junho de 2013, para presidente do conselho de administração, o Engenheiro Paulo Kassoma, que é uma personalidade relevante em Angola, ex-Primeiro-Ministro e antigo Presidente da Assembleia Nacional de Angola, que assegurou a cobertura institucional adequada para prosseguir a reviravolta no BES Angola.

Portanto, Srs. Deputados, como podem verificar, só a lidar com o problema da alteração do *governance* demorou, praticamente, um ano, entre maio de 2012 e junho de 2013. A partir dessa data, é relançado o plano estratégico para redinamizar a atividade comercial do BESA,

nomeadamente promover a captação de depósitos para melhorar o rácio de liquidez, que veio a traduzir-se num aumento dos depósitos equivalente, normalmente é em moeda local, a 350 milhões de dólares. E nessa altura, os acionistas decidem proceder a um aumento de capital de 500 milhões de dólares que se realiza no 4.º trimestre de 2013, em que o BES aumenta ligeiramente a participação, passa de 51% para 55%, por diluição da participação do Dr. Álvaro Sobrinho, e a GENI e a Portmill acompanham o aumento de capital, mantendo os 45%. Acho que este é o momento crítico, porque, e voltaremos a este assunto quando falarmos da garantia, prova que já no 4.º trimestre de 2013 os acionistas angolanos, Portmill e GENI, deram um voto de confiança, de continuidade, à atividade do BES Angola, porque acompanharam e procederam a um aumento de capital para reforçar os fundos próprios de Angola.

Em paralelo, os acionistas de referência, BES, Portmill e GENI, decidiram realizar uma assembleia-geral do BESA para análise da gestão anterior, que iniciou os seus trabalhos em 3 de outubro de 2013 e que foram suspensos e retomados no dia 21 de outubro de 2013. Participaram na referida assembleia-geral, em que eu não estive presente, o Dr. Ricardo Salgado, como representante do BES, o General Hélder Vieira Dias e o General Leopoldino do Nascimento, como representantes da Portmill e da GENI, o Dr. Álvaro Sobrinho, como acionista e antigo presidente da comissão executiva do BESA. Em representação do conselho de administração do BESA, estiveram presentes o Engenheiro Kassoma, que era já o Presidente do conselho de administração, o Dr. Rui Guerra, Presidente da comissão executiva, e o Dr. Pedro Cruchinho, administrador financeiro.

A ata da assembleia-geral que refere eventuais irregularidades e problemas na carteira de crédito foi entregue pelos acionistas ao BNA e ao auditor KPMG.

Por ocasião da nossa deslocação a Luanda — eu também me desloquei a Luanda —, em outubro de 2013, o Sr. Presidente da República de Angola concedeu uma audiência ao Dr. Ricardo Salgado, onde estive presente, em conjunto com o Dr. Rui Guerra e o Dr. Daniel Proença de Carvalho. Nessa ocasião, o Sr. Presidente da República manifestou disponibilidade para apoiar o BESA a suprir eventuais dificuldades que viesse a evidenciar. Este apoio — e aqui devo louvar outra vez a ação dos acionistas angolanos neste trabalho e das equipas técnicas do BESA que nele estiveram a trabalhar arduamente — veio a materializar-se na emissão da garantia autónoma soberana de 5700 milhões de dólares, que foi feita através do Despacho Presidencial Interno n.º 7/2013, de 30 de dezembro.

A garantia da República de Angola a favor do BESA é emitida pelo Despacho n.º 7/2013, de 30 de dezembro, pelo qual o Sr. Presidente da República de Angola autorizou o Sr. Ministro das Finanças a emitir a garantia de Angola a favor do BES Angola, onde o Estado angolano assume a obrigação de pagar, à primeira solicitação deste, quaisquer importâncias que o beneficiário lhe solicite para o pagamento do serviço de dívida em incumprimento, relativo às obrigações assumidas no âmbito das operações de crédito e imóveis identificados na referida garantia, que tinha um anexo extenso com as respetivas operações. Esta garantia tinha um prazo de 18 meses, findo o qual poderia ser renovada ou substituída por mecanismo semelhante. Esta garantia, que é soberana do Estado angolano, anula parte significativa do risco de crédito ao BESA já que a mesma cobre 70% da carteira de crédito total, tal foi reconhecido pela KPMG durante a auditoria ao BESA e nas contas consolidadas do BES, em 31 de dezembro

de 2013, onde a KPMG não efetuou nas contas consolidadas qualquer ênfase sobre esta matéria.

O Banco de Portugal, através da Carta-Circular n.º 14/2013 do Departamento de Supervisão, de 30 de dezembro de 2013, decidiu estabelecer equivalência plena de regulamentação e supervisão prudencial ao BNA — portanto, equiparou ao BNA —, para efeitos da aplicação do ponto 5 da Parte 2 do Anexo III do Aviso n.º 5/2007, permitindo a aplicação de ponderadores mais reduzidos para a exposição à Administração Central Angolana no cálculo dos ativos ponderados pelo risco. Todavia, de forma contraditória, o Banco de Portugal não reconheceu a relevância prudencial da garantia soberana, isto mesmo depois de o Banco Espírito Santo ter obtido um parecer do Prof. Dr. Alexandre Mota Pinto, onde se reafirma tratar-se de uma garantia autónoma e exigível à primeira solicitação.

A aceitação da relevância prudencial teria tido em 30 de dezembro de 2013 um impacto significativo no rácio de capital do BES consolidado — refiro que aqui falávamos ainda em Basileia II, não em Basileia III — de 0,75%, porque equivaleria a cerca de 400 milhões, isto é, o contravalor em capital, e teria um impacto no rácio *Core Tier 1*, Basileia II, que passaria de, reportado à data, se forem ver as contas que temos, 10,60% para sensivelmente 11,35% — estamos outra vez a falar em Basileia II, sabemos que Basileia III começou em 2014.

Esta garantia soberana foi fundamental para assegurar a cobertura à exposição que o BES tinha ao BESA no valor de 3150 milhões de euros — refiro os 3150, porque, se forem ver, é o que está no prospeto, mas sei que é referido 3300 e que pode ser o contravalor —, este é o contravalor de uma exposição em dólares, que era a que o BES individual tinha ao BES Angola. Recordo que o BES consolidava de forma integral o BESA, o que

significa que reconhecia, no seu balanço consolidado, o ativo do BESA e, dessa forma, a garantia assegurava que a exposição, ou seja, o financiamento interbancário e as linhas de crédito, de 3150 milhões de euros do BES ao BESA não carecia de qualquer provisão.

Srs. Deputados, eu tenho ouvido 3,3 milhões e, em rigor...

O Sr. **Paulo Campos** (PS): — Eram 3,3 milhões ou 3300 milhões?!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, se fossem 3 milhões, não estaríamos aqui! São 3000 milhões!

O Sr. **Paulo Campos** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu sei...! Por isso a Assembleia de certeza que não me chamava aqui, com tanto problema que há...!

Passo às chamadas «operações Eurofin».

No que concerne às chamadas «operações Eurofin», não posso falar sobre elas por estar em curso um inquérito criminal que se encontra sujeito ao segredo de justiça, conforme já referi ao Sr. Presidente. Gostaria, no entanto, de fazer aqui dois esclarecimentos que me parecem relevantes e que não tenho visto ser feitos até ao momento, e é este o meu contributo.

Uma coisa é o processo de emissão de obrigações do BES, que ocorreu ao abrigo de um programa europeu pré-aprovado por vários supervisores, na linguagem internacional chamava-se EMTN (European Medium Term Notes) *programme*, e outra coisa é a circularização que essas obrigações, alegadamente, terão tido. É uma distinção importante que me parece ter muita utilidade no desenvolvimento deste tema.

Em relação à segunda é preciso ter presente, e não tenho visto ser referido, que os SPE, onde alegadamente foram colocadas as referidas obrigações do BES, são do Crédit Suisse, existentes há mais de 10 anos e auditados pela KPMG.

Aumento de capital e os últimos dias.

O Banco de Portugal determinou que o BES reforçasse o seu rácio de solvabilidade, tendo solicitado ao conselho de administração, órgão com competência para aprovar o aumento de capital, uma declaração vinculativa da sua execução. Insisto, o Banco de Portugal mandou reforçar os rácios de capitais, mas exigiu uma declaração vinculativa ao conselho de administração para realizar o aumento de capital.

Nesse sentido, o BES contratou um sindicato bancário internacional liderado por um conjunto de instituições que asseguraram a tomada firme de 100% da operação — foi a primeira vez que isto aconteceu. As instituições internacionais que lideraram a operação foram o Citigroup, o JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, que tomaram firme, e o BESI, que foi coordenador, mas, como era uma subsidiária do Banco, não tomou firme.

Pela primeira vez, foi solicitada uma tomada firme de 100%, até aqui nunca tinha havido uma tomada firme de 100%. Porquê? Porque os acionistas de referência, normalmente, em antecipação, apresentavam uma carta a dizer que iam subscrever a parte correspondente. Portanto, pela primeira vez, foi solicitada uma tomada firme de 100% ao sindicato, porque também os acionistas de referência, que se chamam Espírito Santo Financial Group, que é a ESFG, e Crédit Agricole, decidiram diluir significativamente a sua presença no Banco, que era de quase 50%.

Esta operação teve o seguinte calendário, e só vos vou dar as datas principais: 15 de maio, decisão do conselho de administração do Banco,

porque era um aumento com reserva de direitos de subscrição, que, portanto, como eu já referi, não precisava da Assembleia, uma vez que o conselho de administração aprovava os termos do aumento de capital previsto; 16 de maio, aprovação do prospeto; 21 de maio, início do *roadshow*, que termina a 9 de junho, e também o fim do período de subscrição; 16 de junho, decorem bem, Srs. Deputados, liquidação financeira.

Esta operação começou no mês de março através da preparação do prospeto de oferta pública de oferta pública de subscrição de ações a submeter à aprovação da CMVM, porque o mesmo tem de ser entregue, no mínimo, com 30 dias de antecedência e os bancos têm de ser contactados. Foi dado conhecimento ao Banco de Portugal e foi seguida de uma *due diligence* de estratégia e negócios e de uma outra *due diligence* legal. Normalmente existe a *due diligence* de estratégia e de negócios — a alta direção do Banco e administradores, no caso, eu e o Dr. Joaquim Goes falámos sobre a estratégia de negócios — e, depois, há uma *due diligence* legal, que é tida pelo departamento jurídico e que é efetuada pelas instituições de sindicato que tomam firme o aumento de capital, obviamente com todos os seus assessores juristas de grandes casas de juristas, internacionais e portuguesas.

Por isso, é minha convicção que o Banco foi escrutinado de forma muito profunda e onde, por exemplo, foi apresentada a ata da assembleia-geral do BESA, de 3 de outubro, a garantia de Angola, bem como documentação sobre as dificuldades financeiras e eventuais irregularidades nas contas da Espírito Santo International.

Eu fui um dos elementos da comissão executiva, embora não tivesse o gabinete de relações com investidores, encarregue de efetuar o *roadshow* com a responsabilidade de cobrir a região anglo-saxónica, tendo estado



mais de duas semanas em Londres, Dublin e Edimburgo e visitado cerca de 100 investidores institucionais.

Durante o *roadshow*, os acionistas de referência — o Crédit Agricole e a ESFG, a Espírito Santo Financial Group, cabeça do grupo financeiro — venderam parte dos seus direitos de subscrição, através de uma operação designada «*accelerated bookbuilding*», que não é mais do que um leilão de direitos de subscrição, que foi integralmente subscrita pelos investidores internacionais. Apesar do contexto difícil ditado pelos aspetos que estão expressos no prospeto — a exposição do Banco e dos seus clientes ao GES, área não financeira do Grupo Espírito Santo, e a referência a eventuais irregularidades nas contas da Espírito Santo International —, mesmo com isso, a operação do aumento de capital foi subscrita integralmente e com a procura a representar 170% da oferta.

Últimos dias: depois de anunciados os resultados do aumento de capital e de concluída a liquidação da operação no dia 16 de junho de 2014, inesperadamente, pelo menos para a maioria dos investidores internacionais, o Dr. Ricardo Salgado anuncia, no dia 20 de junho de 2014, a sua resignação.

Dois dias antes, a 18 de junho de 2014, pede-me para aceitar a candidatura para presidente da comissão executiva do BES, com o apoio da Espírito Santo Financial Group, em proposta a submeter à assembleia-geral do BES convocada para 30 de julho de 2014, onde se promoveria uma alteração estatutária que previa a criação do conselho estratégico. Já agora refiro aos Srs. Deputados que eu nunca tive nenhuma conversa com o Sr. Governador do Banco de Portugal sobre isto. Fiz sempre fé nas conversas que o Dr. Ricardo teve com o Sr. Governador. Portanto, nunca tive nenhuma interação com o Sr. Governador, vejo muitas intervenções, mas, nunca, nem a outro título particular, tive nenhuma interação. Fiz sempre fé

no convite que o Dr. Ricardo Salgado me fez. No dia 18 pede-me e refere que a minha missão era só completar o mandato que terminava no final do exercício de 2015, assegurando, assim, uma fase de transição onde a família Espírito Santo iria afastar-se progressivamente dos órgãos sociais do Banco.

No dia 20 de junho, e depois de longas horas de espera, foi solicitado, pelo Dr. Salgado, em face da insistência, que também pude comprovar, dos investidores internacionais que eram veiculadas pelo gabinete de relações com investidores e também já em face de alguma existência de cortes ou posições de linhas interbancárias *on hold* — portanto, são bancos que dizem «espera aí», ou seja, *on hold* é «não cortamos mas esperam linhas bancárias» —, que fosse comunicado o meu nome ao mercado como candidato a presidente da comissão executiva. Ao final do mesmo dia, o Banco de Portugal emitiu um comunicado a informar que iria proceder à análise da idoneidade dos administradores indigitados, embora eu estivesse em pleno exercício de funções e não estivesse prevista a interrupção do meu mandato. Este comunicado, de facto, gerou uma perturbação nos mercados.

Volto a referir: eu não tive nenhuma interação com o Sr. Governador, limito-me a registar os comunicados!

Para os investidores internacionais, muitos dos quais tinham participado no aumento de capital e com os quais tive contactos, ficou claro que havia uma incerteza sobre a futura liderança do BES, o que se refletiu, de imediato, no aumento da volatilidade da cotação das ações do BES. Também naqueles dias começaram a surgir notícias sobre riscos de incumprimento do GES, bem como sobre a referida assembleia-geral do BESA, de 3 de outubro de 2013.

Neste contexto, foi, por mim, suscitada a convocatória do grupo de gestão de crise — que era um grupo interno restrito — no dia 2 de julho e comunicado aos órgãos sociais competentes, comissão executiva e conselho de administração, que tinha de ser ativado o plano de contingência, que tem como principal elemento de análise o risco de liquidez. No plano das ações a desenvolver estava prevista a coordenação com o Banco de Portugal, o que aconteceu através do Departamento Financeiro de Mercados e Estudos e do Departamento de Risco Global.

Entretanto, no dia 4 de julho, a Espírito Santo Financial Group e o Crédit Agricole anunciaram as candidaturas do Dr. Vítor Bento para Presidente da comissão executiva e do Dr. João Moreira Rato para administrador financeiro, tendo deixado cair a minha indigitação. Este conjunto de fatores criou — refiro, todos cumulativamente — uma situação de *stress* no BES, caracterizada por um aumento significativo da volatilidade na cotação das ações e no preço das obrigações emitidas, que, normalmente, se chama «CDS» (*credit default swap*), que fez subir as taxas de juro, o custo de financiamento e o início de fuga de depósitos.

No dia 7 de julho, a comissão executiva do BES reuniu para acompanhar e tomar medidas de emergência sobre o plano de contingência, tendo os seguintes tópicos: liquidez, capital, comunicação a clientes e comunicação externa.

Foi com base nos elementos analisados que o BES fez o comunicado famoso aos mercados no dia 10 de julho sobre a exposição, direta e indireta, do BES à Espírito Santo Financial Group, que era a cabeça do grupo financeiro e suas subsidiárias, e ao GES não financeiro. Nesta fase, começaram a sentir-se também manifestações de preocupação dos clientes junto dos balcões em Portugal, enquanto que, nos balcões da sucursal de Espanha, se assistia, já, a alguns levantamentos de depósitos.

Em face do acentuar das manifestações de *stress*, o Banco estudou mecanismos de recapitalização com fundos privados. Para esse efeito, realizou-se uma reunião do conselho de administração do Banco Espírito Santo, no dia 11 de julho, cujo tópico era «Negociação com a Blackstone». E o propósito era discutir a contratação da Blackstone para assessorar o BES numa operação de recapitalização ou reestruturação com fundos privados, estando a Blackstone comprometida a fazê-lo.

Aconselho, vivamente, os Srs. Deputados a lerem esta ata.

Da análise do conselho de administração do dia 11 de julho, ressaltam os seguintes alertas das minhas intervenções: caracterização dos *stresses* que afetavam o Banco Espírito Santo, v. g., saída de depósitos, evolução muito desfavorável dos títulos do BES no mercado acionista e obrigacionista, descida dos *ratings*, o que constituem «tempestade perfeita» e que se pode agravar no decurso da próxima semana, nomeadamente, em consequência de um eventual incumprimento do GES.

Alertei para o facto de a gravidade da situação poder conduzir o BES a ter de recorrer à facilidade de emergência do Banco Central Europeu (BCP), a conhecida *Emergency Liquidity Assistance* (ELA). E, por isso, em consciência, eu não apoiava as manifestações públicas das autoridades portuguesas no conforto que davam à população, relativamente à situação do BES, e isto está citado na ata. Este meu apelo, todavia, foi ignorado e, além disso, perdeu-se, em minha opinião, a última oportunidade de recapitalizar o BES, através de fundos privados, no fim de semana de 12 e 13 de julho.

A contratação da Blackstone permitiria preparar durante o fim de semana uma oferta vinculativa de aumento de capital, uma *binding offer*, a apresentar na segunda-feira à abertura dos mercados, e, deste modo, estabilizar a cotação das ações, o preço das obrigações, interromper a fuga

de depósitos e o corte das linhas interbancárias. Ao invés, o Banco de Portugal ordenou a convocatória do conselho de administração do BES para proceder à cooptação do Dr. Ricardo Salgado, do Dr. José Manuel Espírito Santo e do Dr. José Maria Ricciardi, pelo Dr. Vítor Bento, pelo Dr. João Moreira Rato e pelo Dr. José Honório. Nessa altura, ainda fiquei no conselho de administração.

Todavia, no dia 13 de julho, data desse conselho, que era um domingo, o Dr. Vítor Bento e eu, em conversa telefónica, chegámos a acordo para a minha saída do conselho de administração do BES. A partir desse dia, portanto, nunca mais participei em reuniões dos órgãos sociais do BES e das suas subsidiárias, tendo resignado a todos os cargos, rescindindo até o meu contrato com o BES no dia 23 de julho, ao fim de mais de 28 anos de trabalho.

Como referi no início, comecei a minha vida como um simples técnico de nível oito no Banco Espírito Santo, quando ainda era uma empresa pública, subi e cheguei a ser promovido a subdiretor do Banco, ainda o Banco era nacionalizado, público, fui, talvez, um dos subdiretores mais novos do Banco.

Os meus receios expressos na reunião do conselho de administração de 11 de julho, infelizmente, concretizaram-se.

Srs. Deputados, a fuga de depósitos e o corte das linhas interbancárias acentuou a crise do Banco, tornando-o completamente dependente da linha de emergência do Banco Central Europeu, que, ao que diz o comunicado da Resolução, no final do mês era de 3500 milhões de euros, situação que se tornaria insustentável num curtíssimo prazo. Assim, em minha opinião, os factos demonstram que a crise do BES, antes de ser uma crise de capital, foi uma crise de liquidez.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito obrigado pela paciência. Estou à vossa disposição.

O Sr. **Presidente**: — Bem, Sr. Doutor, quando falei em 15 minutos foi, certamente, por lapso meu...

*Risos.*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Foi mais!

O Sr. **Presidente**: — Foi mais! Bem mais!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Peço imensa desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não tem de pedir desculpa, já temos ouvido intervenções bem mais extensas!

*Risos.*

Sr. Doutor, muito obrigado pela sua intervenção inicial.

Passamos, agora, à fase de perguntas e respostas.

Nesta primeira ronda a metodologia seguida é de pergunta/resposta, ou seja, os Srs. Deputados vão colocando as questões e o Sr. Doutor vai respondendo, e será mau sinal se eu tiver de intervir.

Para dar início, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Amílcar Morais Pires, os meus cumprimentos.

Sr. Dr. Amílcar Morais Pires, na reunião de 11 de julho, que acaba de referir, das pessoas presentes houve alguma outra que tivesse expresso preocupações semelhantes àquelas que, aqui, nos contou, relativamente ao conforto que as autoridades portuguesas estavam a dar à situação do BES?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr. Deputado, antes de mais, tenho aqui cópia de ata...

O Sr. **Presidente**: — A ata vai ser distribuída pela Comissão.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Nesta ata estão sublinhadas algumas delas.

Houve outros administradores, nomeadamente, o administrador do Crédit Agricole, Xavier Musca, que também manifestaram concordância com os meus argumentos.

No fundo, alertei, de forma clara e inequívoca, para o facto de o Banco se encontrar numa situação de *stress*, disse, inclusivamente, que os sinais exteriores de *stress*... Durante a crise de 2011 — e peço desculpa por me estar a alongar na resposta — tínhamos desenvolvido um mecanismo interno para gerir as crises de liquidez, porque poderiam ter como epicentro o próprio Banco ou o sistema financeiro no seu todo. Neste caso, era uma crise de liquidez, cujo epicentro era o Banco Espírito Santo. Portanto, tínhamos criado o chamado «grupo de gestão de crise», do qual eu fazia parte, tal como pessoas de outros departamentos, e também o Dr. Joaquim Goes, enquanto responsável pelo risco.

Como eu dizia, nesse contexto, tive de alertar para os sinais exteriores de *stress* (realço, sinais exteriores), vulgo, volatilidade da cotação de ação («volatilidade» quer dizer que o preço sobe cinco e desce cinco) e das taxas de juro, que representam o custo de financiamento do Banco. Estes são indicadores suficientes para qualquer observador chegar à conclusão de que o Banco estava a entrar em *stress*, não precisa de ter informação interna. Qual era a informação interna relevante? Era a fuga de depósitos, porque tudo o resto... Eu fiz menção disto. A maioria está coesa, mas o Sr. Deputado, quando ler a ata com rigor, vai ver que há vários que apoiam este contexto de cenário de *stress*. Portanto, quase todos manifestaram que era verdade. A expressão que utilizei, «tempestade perfeita», está *ipsis verbis* na ata. Portanto, o quadro fica claramente definido.

Por que é que eu digo — e não é por presunção, nem para fugir a nenhum argumento — que, antes de ser uma crise de capital, é uma crise de liquidez? Os senhores sabem que mais de 50% do ativo de um banco é financiado por depósitos à ordem e depósitos a prazo. Se houver uma fuga de depósitos, nem que o capital seja de 15%, um banco não resiste. E nós já estávamos a sofrer isso. A Resolução diz que o Banco «encostou à ELA» (facilidade de emergência), e eu precisava de saber em que dia é que foi isso. Portanto, quase todos corroboraram este meu cenário, mas, na altura, não se aprovou esta iniciativa.

No dia seguinte, o presidente da comissão executiva do BES, que, de resto, fez aqui menção a isso, terá dirigido uma carta ao Sr. Governador e terá havido interações. A minha missão, enquanto administrador do Banco — e refiro que eu disse-o na comissão executiva e penso que também aqui já foi dito —, terminou no dia 4 de julho, altura em que deixei de ser indigitado como futuro CEO (*chief executive officer*) ou CFO (*chief*



*financial officer*). Nesse dia, eu já não era mais o CFO do Banco — portanto, acompanhava como administrador e dava o meu melhor esforço —, porque um CFO tem de ter legitimidade para dar aquilo a que se chama, na terminologia inglesa, o *guidance*. Acho que também é nessa ata, ou talvez noutra, que é referido que eu, numa situação de crise, teria de atender uma chamada telefónica da Reserva Federal Americana por causa do rumor de *stress*. E faço-o a título de administrador e a pedido dos meus colegas, sem ser o CFO, para responder à Reserva Federal sobre o que se estava a passar no Banco, se iria haver crise de depósitos, ou não, e se poderia afetar a sucursal de Nova Iorque.

Sr. Deputado, para responder objetivamente à questão, houve outros administradores. Aliás, quando ler a ata verá que até é utilizada a expressão «não devíamos ser complacentes com essas afirmações».

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, quero só informar que a ata agora invocada acaba de ser distribuída por *e-mail* a todos os Srs. Deputados.

Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, julgo que já a teríamos, mas estas chamadas de atenção são boas, porque colocam ênfase em algumas questões.

Portanto, vários administradores corroboraram essa perspetiva e as suas palavras foram no sentido de que, por isso, por causa da crise e da possibilidade de ter de recorrer à facilidade de emergência, não apoiava, em consciência, as manifestações públicas das autoridades portuguesas no conforto que davam à população relativamente à situação do BES.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A partir do dia 11!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É o que está na ata de dia 11.

Pergunto-lhe, se fez algum contacto com o Banco de Portugal, ou com o Governo da República, ou com as autoridades em questão.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, estas atas eram assinadas imediatamente e entregues ao Banco de Portugal. Mais, nas atas também é referido que os representantes do Crédit Agricole e da Espírito Santo Financial Group, que são os acionistas de referência, iriam fazer as diligências suficientes.

Portanto, eu, no meu dever fiduciário, tinha a consciência de que tinha alertado para tudo e sabia que a ata iria ser entregue às autoridades de supervisão respetivas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não tem conhecimento de qualquer contacto tido com as outras autoridades públicas, que também avalizavam e davam conforto à população?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não tenho, Sr. Deputado.

Como referi aqui, as relações institucionais entre o Banco Espírito Santo e os reguladores, nomeadamente o Banco de Portugal, eram efetuadas pelo presidente da comissão executiva. Eu nunca tive nenhuma conversa privada com o Sr. Governador do Banco de Portugal, nem mesmo durante aquela semana e meia em que estive indigitado. Todas as reuniões foram tidas por ele, e faço fé. Institucionalmente, foi sempre esse o critério. As únicas reuniões que tive com as autoridades, ou com outros

administradores, foram reuniões públicas. Eu não tinha essa incumbência; de resto, como é referido na ata, são encarregues pessoas para fazer isso.

Portanto, se me pergunta se foram tomadas outras diligências junto das autoridades, eu, certamente, não tive nenhuma diligência, embora a ata fale em autoridades, não fale só no Banco de Portugal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Banco de Portugal tinha, portanto, as dúvidas que eram levantadas e suscitadas, isso resulta claro.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Tinha a ata!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, tinha a ata, tinha acesso, e, além disso, tinha os mesmo indicadores que todos nós tínhamos. Lembro-me bem de eu, enquanto membro do meu grupo parlamentar, e de outros camaradas meus termos levantado dúvidas exatamente sobre a situação do Banco. O estranho é que o Presidente da República e a Ministra das Finanças, escorados, supostamente, na opinião do Banco de Portugal, tenham manifestado esse conforto por mais de uma vez e em mais do que uma situação.

Tem ideia de qual terá sido a informação que avalizou essas posições?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr. Deputado, como eu disse, na minha avaliação técnica, um banco entra em crise primeiro pela liquidez e, depois, pelo capital, e digo-o explicitamente. Portanto, eu, enquanto responsável do Banco e através do meu dever fiduciário, informei os meus colegas, e, se vir, são *n* as situações, e à terceira vez até lhe chamo «tempestade perfeita». E o presidente do conselho de administração

também encarrega pessoas específicas — penso que são os representantes dos acionistas — para fazerem as diligências.

Pessoalmente, não tive mais nenhuma iniciativa, e, como se recordará, no dia 13, domingo, realizou-se um conselho de administração em que já não participei, deleguei o meu mandato num colega, no Dr. António Souto, para me fazer representar, porque eu não estava em Lisboa.

Portanto, não mais participei, nem sequer na cooptação, embora tenha tido um convite anterior, do Dr. Vítor Bento, no sentido de poder continuar com a área internacional. Era membro, mas não participei.

Como chegámos a acordo, não sei se houve, ou se existiram diligências... Mas eu, Amílcar Morais Pires, administrador do BES, cumpro o meu dever na comissão executiva, de forma clara, explícita e inequívoca, de alertar para o *stress*, até inclusivamente dizendo que o Banco vai encostar — desculpe a expressão — rapidamente à ELA.

Durante os anos em que fui CFO do Banco, vivemos momentos em que o epicentro da crise não era o Banco Espírito Santo, como todos sabem, era o da República, e o Banco Espírito Santo, felizmente, nunca recorreu à ELA.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Peço desculpa, mas vou insistir, de certa forma, na mesma questão.

Disse-nos que, com todos os indicadores externos, não era preciso ter informação privilegiada para compreender o que se estava a passar. Mais, disse-nos que a única informação adicional que se tinha era a de fuga de depósitos, e, portanto, a perda de liquidez.

Pergunto: qual era a informação disponibilizada aos órgãos da República para poderem avaliar o Banco e a sua estabilidade naqueles momentos cruciais?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr. Deputado, eu não quero falar com linguagens herméticas. O que eu disse foi que, como técnico bancário, com 28 anos de carreira, humildemente, aqueles sinais exteriores eram suficientes para caracterizar uma situação de *stress*. Não sei se é preciso algum elemento adicional sobre outros aspetos que permitam concluir em definitivo que um banco não está em *stress*.

Agora, também lhe digo que a informação sobre a fuga de depósitos é um elemento diário para o Banco de Portugal. Porquê? Porque o Banco Espírito Santo, quando está a perder liquidez, tem um elemento catalisador, que se chama «conta» junto do banco central. Se essa conta começa a perder capacidade de saldos, esse é um elemento mais do que... Também disse, na minha intervenção inicial, que, quando foi despoletado o mecanismo de crise, o departamento financeiro fez os contactos com os órgãos do Banco de Portugal respetivos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sobre as questões do acompanhamento do Banco de Portugal e dos órgãos da República, julgo, cada um tirará as suas conclusões.

Pergunto, especificamente: quando é que, no desempenho das suas tarefas, teve conhecimento preciso da situação das contas da ESI?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr. Deputado, como referi, de resto, às vezes, na opinião pública existe a ideia de que eu tinha todos os pelouros do Banco, por isso, por uma questão de honestidade intelectual, fiz questão de esclarecer na minha intervenção inicial, que facultei.

Quero dizer algo que não referi no início: houve um trabalho do ETRICC 2, foi assim que ficou conhecido, que começou no último

trimestre de 2013, liderado pelo Dr. Ricardo Salgado e pelo Dr. Joaquim Goes, enquanto administradores do Banco, e com um conjunto variado de diretores de vários departamentos — eu, como não tinha funções na área de risco, não pertenci ao comité ETRICC 2. Esse trabalho teve várias sequências: numa primeira fase, se bem me recordo, houve aquilo a que se chama «auditoria preliminar», encomendada pelo Banco de Portugal, e que tem conclusões preliminares, e que aconteceu, julgo, em finais de 2013; e, depois, há as conclusivas, que foram agora em março de 2014.

Tive conhecimento ao mesmo tempo que os meus colegas da comissão executiva, e, portanto, foi em dezembro, e que consta das cartas do Banco de Portugal. Não tive prévio conhecimento, nem tinha responsabilidades fiduciárias acima do Banco Espírito Santo, como já referi. Portanto, tive acesso às mesmas coisas.

Sabia que havia dificuldades financeiras na ESI. As primeiras surgiram com o aumento inusitado do passivo, quando o Banco de Portugal começa a aperceber-se, e penso que foi durante o final do 4.º trimestre de 2013, e as conclusivas, já no fim dos trabalhos. Mas, insisto, era um colega meu que acompanhava esse *dossier*.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O CFO do Banco só tomou conhecimento da dimensão de um buraco financeiro daquela natureza e dimensão quando o ETRICC o denunciou, na prática.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — É, sim. Eu fiz questão de dizer, no início, quais eram os meus pelouros, porque, normalmente... Posso explicar?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Com certeza.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Mas isso é quase contar um bocadinho a história de por que é que sou CFO, se tiver alguma utilidade e não ocupar muito o vosso tempo.

Normalmente, um CFO tem duas origens: ou é um *controller*, um contabilista de formação e *controller*, ou é uma pessoa que tem mais experiência de mercados.

Como viu, no início, eu não era responsável pelo departamento de planeamento e contabilidade, que, normalmente, é uma função do CFO — normalmente, não estou a criar nenhuma ciência. O responsável pelo gabinete de relações com investidores e o mercado é, normalmente, uma atribuição do CFO; naquele caso, eu não era.

Penso que a razão de ser era a seguinte: ao longo da minha carreira profissional, tive várias incumbências. Desde muito novo, fui responsável pela gestão da carteira de títulos da dívida pública, ativo do BES, enquanto *market maker* da República, e, depois, mais tarde, também pela Tesouraria do Banco, e isto granjeou-me alguma reputação junto dos investidores internacionais, nomeadamente na comunidade anglo-saxónica. Por causa desse conhecimento dos mercados é que, há pouco, eu disse ao Sr. Deputado que os sinais eram tão evidentes. Ou seja, o que eu quis dizer foi que, para mim, pareciam objetivos, em função da minha experiência profissional, porque tenho uma origem na área de mercados. Tenho a perceção do que é a volatilidade na cotação das ações, e, portanto, posso definir isso como um, ou não, *stress*.

À pergunta «então, o CFO só sabe disso?», respondo que o CFO só sabe disso, porque, além destes aspetos particulares, num banco também existe a questão da separação sobre o controlo de risco, de mercados, de crédito e também operacional, e da atribuição de *ratings*, que é uma função

que tem de estar separada do CFO, fosse qual fosse, e da área de negócios. E essas funções, no Banco Espírito Santo, estavam atribuídas ao Dr. José Maria Ricciardi, desde sempre, e, nos últimos anos, ao Dr. Joaquim Goes. Portanto, eles tinham plena autonomia, e é assim da boa governação que as funções de risco estejam autónomas. Por isso, também nunca fui convocado para esse comité de ETRICC, porque no tinha de estar, por serem funções de risco. Para além disso, tinha uma peculiaridade: a partir de maio de 2012, a comissão executiva do BES, em função da reforma do Dr. Pedro Homem, pediu-me que passasse a acompanhar a área do departamento internacional, que tinha alguns desafios pela frente. Eu citei dois: um, mais fácil de resolver, que se chamava Espanha; e, outro, mais difícil, e certamente lá chegaremos, que era o BES Angola.

Sr. Deputado Miguel Tiago, eu não recebi a informação antes e fazia plena fé, porque havia um colega meu do risco que acompanhava esta situação, dia-a-dia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas este CFO, em específico, conhecia, inclusivamente, um vasto conjunto de operações que iam sendo levadas a cabo, não conhecemos exatamente todas, apenas algumas delas, envolvendo, nomeadamente, a ESAF e a constituição da ES Liquidez. Portanto, independentemente de conhecer ao pormenor as contas da ESI, ou não, tinha clara perceção da exposição a que o BES estava sujeito?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Curiosamente, a ESAF — é outra questão — nunca foi do meu pelouro. Eu conhecia a ES Liquidez, porque era distribuído na rede do Banco Espírito Santo. A ESAF era do pelouro do Dr. Ricardo Salgado. Tinha também uma administração autónoma que tinha a capacidade de propor. Este CFO, ou administrador,



do Banco Espírito Santo sabia da existência do ES Liquidez. Não foi ele que promoveu o ES Liquidez, não foi ele que fez a análise de risco que prevaleceu à tomada de decisão daquela concentração, embora fosse administrador não executivo da ESAF, mas não tinha a seu cargo o pelouro. Pergunta-me se sabia que existia o ES Liquidez na rede do BES, sabia, sim senhor!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E tinha noção da exposição a que estava sujeito, através do ES Liquidez, o próprio Banco?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Por acaso, não era no próprio Banco, era a chamada «exposição indireta». Porquê? O ES Liquidez estava colocado em clientes e, que eu saiba, foi um fundo autorizado, de acordo com a lei de mercados existente e que só veio a ser alterada em novembro de 2013, se não me engano, e que, portanto, cumpria as regras.

Como já referi, sabia que estava colocado, que tinha a concentração. Mas, ó Sr. Deputado, eu acho que ao longo destas questões todas, a génese do problema é a atribuição dos *ratings* e a avaliação de risco, porque este...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O responsável pela avaliação de risco, na altura em que começam os problemas a ganhar dimensão...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Foram sempre!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... foi...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Foi, permanentemente, o Dr. José Maria Ricciardi, como ele disse aqui. Eu estive atento. Eu estava a tentar

fazer um acordo no início, que era: eu faço uma exposição mais curta e, em troca, saio daqui mais cedo do que as 2 horas da manhã, mas perdi logo à cabeça!

*Risos.*

Para não perder o fio à meada, perguntou-me quem eram os responsáveis. Foi sempre o Dr. José Maria Ricciardi, que me recorde, e o Dr. Joaquim Goes nos dois últimos anos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Como é que foi a auditoria de fecho da Price, em 2000/2001?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, sei que já colocou várias vezes essa questão aos anteriores inquiridos, tenho estado com atenção a ouvir estas audiências, mas devo dizer que eu não era administrador do Banco em 2001. Não tive, nunca, acesso a nenhum documento da auditoria, mesmo, em 2004. Sei que já referiu que houve uma auditoria, inclusive, e também ouvi que o Presidente da KPMG não terá recebido nenhum documento. Eu nunca ouvi, nem sequer tinha de saber, porque não tinha nenhuma responsabilidade na administração, só a partir de março de 2004 é que fui administrador do Banco Espírito Santo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, sobre as emissões de obrigações, independentemente até da distinção que fez, na sua intervenção, da circulação que essas obrigações teriam, pode informar-nos quem foram os tomadores da emissão de obrigações realizada na praça de Londres, em 2012?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Para começar, invoco o segredo de justiça a tudo o que for da Eurofin, como já tinha dito.

Sr. Deputado, já o ouvi a colocar esta questão a várias pessoas, e sei que disse que elas são emissões perpétuas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, eu não disse que eram perpétuas.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Mas ouvi a resposta que o Sr. Vice-Governador lhe deu, dizendo «deve ser umas perpétuas...». Eu não tenho a certeza. Se tiver aí a ficha técnica da emissão, posso tentar lembrar-me.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A ficha técnica da emissão está assinada por si, e é uma emissão muito rentável para os tomadores,...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim...!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... aliás, pode dizer-se mesmo fraudulenta, daí, a necessidade de conhecermos quem foram os tomadores desta emissão.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Isso pode pedir ao Banco. Mas ela é subordinada, é perpétua?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Solicito ao Sr. Presidente a possibilidade de fazer chegar o documento ao depoente.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

*Neste momento, o Deputado do PCP Miguel Tiago entregou ao depoente a ficha técnica da emissão das obrigações.*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, não tenho recordação desta... mas vejo que o meu colega Joaquim Goes também a assinou. Para mim, se esta operação foi em 2012... Primeiro, não sei onde é que estavam as taxas de juro de 2012, eu sei que na República elas estavam a 13% e a 14%, mas para os investidores... é melhor pedir ao Banco. Não me recordo dos investidores, mas peço ao Banco.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sabe se foram, por exemplo, membros da família que tomaram essas obrigações?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, não sei!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E não sabe quantas emissões de obrigações dessa natureza ocorreram ao longo dos últimos tempos.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, 2012, não sei se é o auge da crise da Grécia, em que este era o nível de emissões que se emitiram. Não sei quem são os investidores, acho que não são da... Não sei e não vou estar a especular, peço ao Banco a informação para saber quem foram os emitentes.

É verdade, então, que assinei a ficha técnica, é porque fui. Por acaso, não tenho nenhum elemento de informação do Banco da altura. Mas pensei

que fosse uma operação perpétua, porque o Sr. Governador disse «Ah, isso deve ser a perpétua!». E houve uma operação de emissões perpétuas que até veio a ser convertida em ações; numa operação de recompra da dívida. Esta não conheço, mas o Sr. Deputado está à vontade para pedir...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Essa emissão de obrigações foi, inclusivamente, alvo de queixa e denúncia junto da CMVM. É estranho que, sendo o CFO que a autoriza... Enfim, eram comuns esse tipo de emissões de obrigações?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Dois aspetos: o *compliance* que recebia estas informações é que tratava dos assuntos das reclamações com os clientes. Se o Sr. Deputado diz que a operação até é generosa, não sei como é que um cliente reclamou, não faço ideia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não lhe darem a ficha técnica?! Ela é pública!

Olhe, um comentário lateral, eu não me lembro de que o Banco Espírito Santo, relativamente a queixas dos clientes... Lembro-me de que, quando foi da crise da Lehman, houve clientes que disseram «ah, eu comprei bem!» ou «eu comprei mal!» e o Banco teve sempre uma atitude muito construtiva e o risco reputacional foi sempre pago.

Não sei se a CMVM tem essa perceção, mas eu tenho a perceção de que sempre que um cliente se queixava de uma questão o Banco, se sentisse que tinha contribuído para o lesar, ou que havia má informação,

fazia uma diligência para fazer... A indicação que nos comités surgia sobre o departamento de qualidade do Banco era a de que as reclamações eram mínimas. Mas pode perguntar à CMVM sobre isso.

Sr. Deputado, respondendo concretamente à sua questão, não sei quem são investidores. Como diz, e bem, esta operação foi assinada por dois administradores dos bancos, um dos quais fui eu. Daquilo que me recordo, as condições são as do mercado da altura, porque estávamos no início da crise da Grécia.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Perguntei-lhe se este era um tipo de emissão comum, visto ser muito generosa, não é?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Não, vou dizer-lhe...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pode explicar-me qual era a rentabilidade no vencimento do prazo total dessas emissões?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — É o que diz ali as taxas, diz isso! Diz 12%!

Agora, veja uma coisa, e não quero entrar aqui em questões de visões políticas, que é a seguinte...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não vejo como!

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Vou explicar porquê.

Naquela altura, o Banco Espírito Santo aumentou a sua exposição à dívida pública portuguesa, que, em mercado secundário, chegou a ter taxas de juro de 16% e 17%. Houve momentos — penso que foi no 1.º trimestre

de 2012 — em que se duvidava de que Portugal iria recuperar, apesar de já estar num ciclo de recuperação, quer em 2011, quer em 2012.

O que interessava saber, Sr. Deputado, era se o Banco conseguia pagar este tipo de juros. Se eu lhe disser que, na altura, se se adquirisse uma obrigação, em mercado secundário, da dívida pública portuguesa, as taxas chegaram a 17%...! Portanto, era aquilo que se chama em linguagem financeira «cobertura de emissões». Se for ver as contas do Banco, em 2012, se não estou enganado, o Banco teve lucros significativos na dívida pública. Por isso é que eu não queria falar disso, embora tenha comprado em mercado secundário, para não criar juízos de valor do tipo «o Banco comprou dívida pública e ganhou dinheiro com isso!». Foi outro tempo!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso é tudo interessante. Não há nenhum problema com isso, pode dizer que estava a...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não quero é que, com a minha resposta, esteja a derivar para outros assuntos, porque, no fundo, a pergunta foi: era possível pagar, no fundo, 12% a uma obrigação naquele tempo? Sim, porque era possível comprar um ativo com um valor superior a 12%.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Fico satisfeito com essa resposta a uma pergunta que eu não fiz, mas gostava de voltar a insistir. Era comum realizar estas operações em praças? Digamos que, com esta rentabilidade, se pode caracterizar este como um bom negócio para os tomadores dessas obrigações, independentemente da capacidade do Banco para pagar ou não. Pergunto-lhe se era comum assinar essas obrigações.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Naquela altura, Sr. Deputado, deve haver várias emissões com essas características. Tem de ver a lista, porque o Banco até põe no relatório e contas todas as emissões. Portanto, que eu me recorde, era.

Voltando a responder-lhe a uma coisa que não me perguntou, devo dizer que poderia ter corrido tudo mal, porque, se Portugal tem entrado no caminho da Grécia, as obrigações que o Banco comprou...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas tem noção de que estamos a falar de um relatório e contas em 2013...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Isto é de 2012, se não me engano.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O relatório e contas de 2014 é relativo a um conjunto de obrigações em que é obrigado a aprovisionar mais de 2000 milhões de euros. Quando falamos de emissões de obrigações com negócios altamente rentáveis, temos de compreender quem é que está a ganhar, eventualmente, com a descapitalização do Banco.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, não tenho qualquer problema que peça aos serviços todos, de *compliance*, de auditoria e tudo, todos esses elementos. Não tenho problema nenhum. Como disse, invoquei o segredo de justiça por razões que se prendem com questões pessoais por que estou a passar.

Vim aqui como cidadão e venho tentar ser factual, e só referi, no início, aos Srs. Deputados que comecei com o nível oito para esclarecer como foi a minha carreira, comecei a trabalhar no Banco quando ainda era



um banco público. Não tenho nenhum problema em esclarecer essas questões. Infelizmente, há razões que se prendem com a minha vida pessoal, que estão sob segredo de justiça e que me limitam. É só por isto.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Qualquer pergunta que lhe façamos, relativamente às triangulações que incluíam a Eurofin, receberá, certamente, a mesma resposta, independentemente de...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, Sr. Deputado, é isso. Todavia, acho que já dei alguma contribuição quando pus aqueles dois pontos, que são objetivos, e nunca vi ninguém perguntar sobre isso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há pouco, numa pergunta que fiz, ficou só uma dúvida sobre o que achava da exposição do Banco à ESI, independentemente do conhecimento que tinha sobre as contas da ESI.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Duas questões: primeiro, faço, e sempre fiz, fé no trabalho dos meus colegas que tinham a cargo a área de risco. Devo referir que há um trabalho que foi feito pelo departamento de risco, em 2012, que dava uma notação de *rating* à ESI de BB, com uma imparidade, chamada, na terminologia financeira, de «probabilidade de incumprimento», no máximo de 1,1%.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu agradeço muito a partilha dessa informação, até porque isso só comprova o que temos vindo a dizer sobre a forma como era feita a avaliação de risco, principalmente...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não venha dizer que o CFO é que fazia a avaliação do risco. Só isso.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso agora... Já agora, pergunto: como é que era a interação entre os departamentos do Banco? Então, o CFO não tem nenhum conhecimento, não levanta dúvidas, sobre o facto de a avaliação de risco da ESI corresponder a um *rating* BB e de só obrigar a uma provisão de 1,1% de imparidade?!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Desculpe, isso não é provisão...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não é?!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — É probabilidade de...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É obrigatório!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, não é obrigatório. É dizer assim: quem compra este título pode perder... Isto é numa linguagem simplificada, mas vou citar os apontamentos que tenho e, depois, o Sr. Deputado fará as suas pesquisas nos órgãos competentes, porque é um apontamento da nota.

O Departamento de Risco Global, com base no modelo de *holdings* financeiras e com base nas contas da ESI de 2011, atribuiu um *rating* entre BB- e BB que corresponde a uma probabilidade de incumprimento entre 0,6% e 1,1%.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E o CFO não questiona isso?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Deixe-me acabar, Sr. Deputado.

Em julho de 2012, este *rating* tinha uma metodologia, validada pela KPMG, que confirmou a consistência dos processos — isto são notas minhas, não estou a dizer que são... é o que o CFO apontou — com modelos de *rating* geralmente utilizados e aprovados pelo Banco de Portugal e utilizados na generalidade das avaliações de riscos. A KPMG refere ainda que confirma que os passivos da ESI estavam cobertos pelos ativos em 129%.

Sr. Deputado, que perguntas é que quer que eu faça mais?

Também fiquei a saber, já eram altas horas da noite, que o administrador responsável pela área de risco disse aqui que ficou, no fundo, chocado, escandalizado, com a questão de haver os desvios de contas — não quero conotar, porque não sei qual foi exatamente a expressão —, mas que tinha plena consciência do aumento do passivo e, provavelmente, de que o perímetro de consolidação não estava completo.

O Sr. Deputado é que tem de perguntar, e não o Amílcar Moraes Pires, se a consolidação estava completa, porque há aqui duas questões. A primeira é saber se as contas estavam certas ou erradas. Isto é um assunto — como hoje está em voga dizer, o que o que é dos tribunais é dos tribunais e o que é da política é da política. O outro assunto é saber se mesmo dentro das práticas normais já tinham sido feitas diligências suficientes para exigir o perímetro de consolidação. Isto é outra coisa, e o CFO não tem nada a ver com isso! Isto porque o CFO tinha isto que lhe citei, este conforto, que é assinado pelo *partner*: confirma que os passivos estavam cobertos pelos ativos em 129%!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, antes que me esqueça, gostaria de solicitar ao Sr. Presidente que diligenciasse no sentido de a Comissão obter os dados referentes aos tomadores daquela emissão de obrigações que aqui foi referida.

O Sr. **Presidente**: — É um requerimento oral?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Exatamente.

O Sr. **Presidente**: — Ninguém se opõe?

*Pausa.*

Visto que não há oposição, está aprovado e peço aos serviços para que façam esse pedido.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Gostaria também de deixar claro que não estamos a fazer um julgamento sobre o CFO do Banco, estamos a apurar como se processavam os mecanismos. E aquilo que, na prática, nos está a dizer é que a avaliação de risco, apesar de ter sustentação para acreditar nela, porque é assegurada por um outro departamento, era catastrófica e que expôs o Banco, gradualmente, à situação da ESI, independentemente de se conhecerem, ou não, as contas.

Já agora pergunto: é normal fazer o *rating* de uma empresa sem conhecer as suas contas?!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Certamente tinham as suas contas!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Falsificadas!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu já disse dois argumentos de análise. O primeiro argumento é se estava, ou não, falsificado e o segundo é se o perímetro estava totalmente completo, ou não. Como pode ver, há dois argumentos!

Sr. Deputado, já percebi e agradeço a informação que me deu, mas também estou aqui na qualidade de cidadão. Já não pertenço a nenhum órgão social do Banco e também é triste que tenha visto a minha carreira interrompida ao fim de 28 anos. Estou aqui a dar o meu melhor, mas não era o faz-tudo! Há os «donos disto tudo», mas eu não era o faz-tudo!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Há pouco disse-nos que não houve ênfases nos relatórios sobre a dívida de Angola. Presumimos que a avaliação de risco tenha sido feita pelo mesmo departamento do BES que fez em relação aos outros clientes do BES — portanto, a mesma pessoa responsável —, mas houve várias reservas nos relatórios da KPMG, nomeadamente quanto ao desconhecimento dos destinatários do crédito. Isso não suscitou, em nenhum momento, da sua parte, qualquer intervenção, em função dessas reservas notadas no relatório da KPMG?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, não tenho o dom da ubiquidade, e já vi que pode haver KPMG Portugal e KPMG Angola. Tenho procurado aprender os conceitos, mas não consigo dividir-me.

É óbvio que, disse-o aqui, só fiquei com a responsabilidade de acompanhar o BES Angola em maio de 2012. Já agora, também para ver como é a minha maneira de ser — e, muitas vezes, especula-se, dizendo-se guerra Morais Pires/Álvaro Sobrinho —, devo dizer que não tenho nenhuma questão com o Dr. Álvaro Sobrinho (não sei se é recíproco). A única questão que existe tem a ver com a visão dos acontecimentos, e eu, desde muito cedo, critiquei e insurgi-me contra o facto de estarmos a acumular um rácio de crédito sobre depósitos, que as pessoas chamam «rácio de transformação», em Angola, de 170%, é um rácio elevado, sobretudo, num mercado de países emergentes. E porquê? Porque o mercado de países emergentes é um mercado que tem, primeiro, reserva de moeda, tem risco cambial e, simultaneamente, pode ter oscilações da política monetária, tornando-o mais vulnerável. Foi este o único ponto.

Como eu disse, eu não tive nenhuma interação com a KPMG sobre 2012 e também tive a preocupação de descrever que todo o meu trabalho, desde maio de 2012... E, se quiser, para citar um detalhe, digo-lhe que o Dr. Guilherme Morais Sarmento, que trabalhava na direção de desenvolvimento internacional, tem, no relato de uma reunião, que eu fiz questão de guardar, o que é a minha visão, logo em maio, sobre a necessidade de começar imediatamente a pôr mais controlo na situação da exposição ao BES Angola. Esta exposição foi toda aprovada em conselho.

Agora, «noção das ênfases»?! Eu só tomei conhecimento das ênfases mais tarde, porque, se quer saber, nem tive as contas auditadas do BES Angola, relativas... Repito, BES Angola, não estou a falar do BES consolidado, e vamos já fazer uma distinção clara: era suposto o BES Angola ter, no dia 30 de junho, concluído o relatório da auditoria da KPMG e eu, como saí no dia 11 de julho, não cheguei a ter acesso ao relatório, sem qualquer limitação de âmbito — e já explico porquê —, pela primeira vez

não houve qualquer limitação de âmbito. O relatório da KPMG ao BES Angola pode ter ênfases, mas viram tudo, porque, no fundo, o meu trabalho em Angola já tinha sido bem-sucedido.

Está-me a perguntar se eu tive conhecimento, não tive conhecimento nenhum. A única coisa de que tive conhecimento — e aqui, sim, como CFO do BES — foi que, quando se faziam as contas do BES consolidado, em Lisboa, e como o BES Angola consolida integralmente no BES... O que é que isto quer dizer, Srs. Deputados? É que os ativos do BESA estão dentro do BES, quase como se fossem do BES. Portanto, não tive nenhuma reserva, nenhuma ênfase, e, se for ler o relatório de contas do Banco Espírito Santo consolidado, certificado pela KPMG em 2012 e 2013, verifica que não há nenhuma ênfase nas contas, relativamente à situação do BES Angola, o que significa que a KPMG Angola, mesmo que tenha detetado algum problema, não o achou suficientemente material que obrigasse o Banco Espírito Santo, em Lisboa, a tomar qualquer iniciativa. Isto é o que eu sei!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O meu tempo é muito escasso e vou ter de colocar três perguntas nestes meus últimos 30 segundos, com receio que o Sr. Presidente me retire a palavra após os 8 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Até nem estou a contar este tempo, Sr. Deputado!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pronto, mas eu não consigo olhar para o depoente e para o quadro de tempos ao mesmo tempo!

*Risos.*

O Sr. Dr. Amílcar Morais Pires acompanhava e orientava diretamente Isabel Almeida? É uma pergunta que pode, julgo eu, responder. É uma pergunta simples: acompanhava-a e orientava-a? Isto porque há indicação de que obedecia a ordens.

Sobre a Escom, os destinos das estranhas comissões, o desenvolvimento dos vários negócios em torno da Escom, já agora, partindo do momento em que é anunciada a exposição do BES à Escom, pode explicar-nos todo esse processo?

Por último, há uma frase dita nesta Comissão, que, certamente, acompanhou, e que diz: «o BES não faliu, o BES foi forçado a desaparecer». Com base no relato que nos traçou aqui, hoje, da intervenção do Banco de Portugal, fazendo fé, como disse, na informação que lhe era transmitida por Ricardo Salgado, sendo, portanto, a única informação, presumo eu, que tem, nesse sentido, gostava de compreender qual é a avaliação que faz, enquanto financeiro, enquanto profissional — não é a sua opinião política que procuro —, da gestão que o Banco de Portugal fez do processo de sucessão e da forma como o próprio Banco de Portugal, no dia 30 de julho, fez um comunicado, dizendo que eram possíveis soluções privadas para a recapitalização do BES e que a linha de recapitalização, por auxílio do Estado, estava disponível precisamente para isso.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Se eu me perder, peço desculpa, porque nem tomei nota das suas questões.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu ajudo.



O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Pergunta-me se a Dr.<sup>a</sup> Isabel Almeida respondia diretamente a mim. A Dr.<sup>a</sup> Isabel Almeida era Diretora-Geral do Banco, tinha plena autonomia para dirigir o Departamento. Mas não me escuso com a ideia de que viajava 47 semanas em 52, porque eu não tinha esse privilégio!

*Risos.*

Viajava, mas não viajava tanto! Nem fui subtil ao dizer...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isabel Almeida reportava a alguém...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Institucionalmente, reportava a alguém, mas, nas minhas ausências, também reportava ao Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O «alguém» era o senhor?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, o departamento financeiro estava sob o meu pelouro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pronto!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — É inequívoco! Mas eu disse isso, está escrito!

Também reportava a qualquer outro administrador, se fosse o caso, mas, nas minhas ausências, como sempre, também ao Dr. Ricardo Salgado. Acho que já respondi.

Sr. Deputado, duas razões para não responder à segunda questão: primeiro, os assuntos da Escom, direta ou indiretamente, estão em segredo de justiça; segundo, não tenho nenhuma responsabilidade fiduciária no Grupo Espírito Santo. A única coisa que sei da Escom é que era devedora do Banco Espírito Santo e do BES Angola, mas disso tem o senhor informação pública, igual à minha. E, como sabe, muita da informação e preparação que fiz foi com base em dados públicos, como a *press release* do dia 30 de junho e o extenso relatório do Banco publicado em princípios de setembro no *site* da CMVM, infelizmente só assinado por...

Relativamente à última pergunta, penso que o Sr. Deputado está a misturar as coisas, porque são duas coisas distintas. O BES tinha de desaparecer? Eu acho que não! Isto é uma convicção do cidadão Amílcar Moraes Pires. Não sou da família Espírito Santo, sou um modesto acionista que investiu num aumento de capital e, portanto,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Coerência com o *roadshow*?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Como financeiro, acho que não. E também seria incoerente da minha parte ter feito a exposição que disse, dizendo, primeiro, que o risco de liquidez é uma questão mais importante do que o risco de capital. E acho que o artigo 94.º do RGICSF, se o ler com atenção, diz que os bancos são obrigados a manter permanentemente os seus fundos próprios em rácios de liquidez e capital. Leia o artigo 94.º. Se reparar, a Resolução aborda de uma forma permanente o rácio de capital e só fala na liquidez quando diz que devem 3,5 biliões à ELA.

Sr. Deputado, para ser rápido e sintético na resposta, imagine que o BES tinha 7,1% de capital no dia 30 de julho. Quantos dias é que acha que o Banco subsistiria «ligado à máquina» da ELA?

*Pausa.*

Então, a questão foi de capital ou de liquidez?

Ouvi aqui dizer que o Dr. Ricardo deveria ter saído antes, não sei se foi o Sr. Deputado quem o disse. Já chegámos todos, unanimemente, a essa conclusão, porque blindar o Banco é destruir as empresas.

Não sei se ouvi mal, e não sei se foi o Sr. Deputado ou se foi o Sr. Deputado Galamba que disse: «Bom, mas já lá estava o risco, vocês tinham lá 4 biliões, entre clientes institucionais e clientes». Como é que se resolve esta equação, independentemente de quem fosse o administrador responsável pela resolução dos problemas? Fosse o Dr. Ricardo, fosse o Dr. José Maria Ricciardi o administrador tinham, apesar de tudo, a mesma condição, porque eram acionistas, e não percebo por que é que um podia salvar o «convento» e o outro destruir o seu próprio Grupo.

Respondendo à sua pergunta, eu acho que o BES não tinha.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Acha que o BES não tinha o quê, desculpe?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Acho que o BES não tinha que desaparecer. Se me esforcei, no dia 11, para convencer os meus colegas a aceitarem uma recapitalização privada para sustentar os mercados, por maioria de razão, acreditava que o BES iria sobreviver.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Dr. Amílcar Moraes Pires, falhou-me uma coisa na sua intervenção inicial, não me lembro se referiu se era, ou não, administrador da ESAF.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu era administrador executivo. Na minha intervenção, indiquei todos os meus pelouros, mas fui administrador não executivo da ESAF SGPS *holding*. Não tive qualquer responsabilidade na Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, na Espírito Santo Fundos de Pensões, na Imobiliário... Mas era membro não executivo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, como referi, para terminar, é o meu pelouro, não são os meus órgãos sociais. Mas, se quiser, perguntar de que outros órgãos sociais fiz parte...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi só para tentar perceber.

Em 2012, o BES emite capital, 750 milhões, não sei se era de dívida obrigacionista. Aliás, é a primeira ida de um banco português ao mercado em Portugal, e apareceu em vários jornais como uma operação de sucesso. Qual era a maturidade dessas obrigações que foram emitidas em 2012 no grande caso de sucesso de ida aos mercados?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Penso que era três anos. Eu penso, digo «penso», porque estou a falar de memória. Porquê? Porque, nessa altura, foi a reabertura dos mercados e duvido que já se tivesse começado a conseguir fazer emissões mais longas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não era melhor emitir a cinco anos?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Provavelmente, não havia procura, ou o aconselhamento que a direção financeira deu foi para uma emissão mais curta.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Se era melhor para o Banco, por que é que não emitiram logo a 5, a 7, a 10, a 20 ou a 30 anos?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, porque não havia mercados.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, se em novembro de 2012 não havia mercado para dívida a três anos, por que é que em abril de 2012 havia mercado para uma emissão obrigacionista a sete anos, referida pelo Sr. Deputado Miguel Tiago, ainda há pouco?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, aquela colocação, a colocação a que se está a referir, era pública, a outra era uma colocação privada. E, portanto, havia mercado. Veja, a dimensão da operação que o Sr. Deputado Miguel Tiago refere...

Sr. Deputado, pode dizer qual é o valor inicial da emissão, se tiver aí?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — São 200 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, o valor inicial.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Do programa?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Não, da operação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — São 200 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Eu percebi que vinha, que a operação era de desconto... Posso ver o papel, Sr. Deputado, só para confirmar?

*Neste momento, o Deputado do PCP Miguel Tiago voltou a entregar ao depoente a ficha técnica da emissão das obrigações.*

É à volta de 140 milhões. Aqui diz que o valor nominal é isso, mas o preço... até porque são várias séries, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Esta ficha técnica até pode dizer que são várias emissões.

Estou a ver aqui que esta emissão pode ir até 200 milhões — isto é um programa de 20, pode ter várias séries, esta é a série n.º 7, e a operação tem um preço inicial de 68%, tem o cupão... taxa fixa...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A taxa de cupão é 1%!

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Esta emissão não é uma emissão de 750 milhões; em números grosseiros, esta emissão é de 68%, o que dá 140 milhões.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Era normal emitir a sete anos em 2012?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sim, sim! Assim como é normal comprar dívida a 10 anos e a 15 anos em 2012.

Há emissões públicas, que são aquelas que são destinadas a um vasto leque de acionistas, e há outras que são *private placements*.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, como lhe disse, e já foi feito o requerimento à Mesa, peça o nome dos investidores. Não posso recordar-me de uma coisa que...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Afirma, então, que era normal haver emissões a sete anos, em 2012, no auge da crise financeira? Era normal haver emissões a privados a sete anos, com essa maturidade.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sim!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Um investidor que comprasse 1000 €, imaginemos, dessa obrigação e a vendesse no dia a seguir, comprava por quanto e vendia por quanto?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Não faço ideia! Tem de perguntar ao senhor que a comprava! Sei aonde a Sr.<sup>a</sup> Deputada quer chegar, mas, sinceramente, não vale a pena...!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — As obrigações que aí tem são obrigações com uma cotação a 68% do valor nominal. Portanto, se comprasse, teoricamente, 1000 €, elas eram compradas a 680 €, por cada 1000 €. No final de sete anos recebia 1000 €, o que já, em si, é um bom negócio. Eu pago 680 € e daqui a sete anos recebo 1000 €, mas em cima disso há 5% de taxa de cupão, o que quer dizer que acresce mais 5%, o que

no final deste negócio todo daria cerca de 1200 € ou 1300 € por um investimento de 680 €.

Alguém que compre uma obrigação num dia por 680 €, se a vender no dia seguinte recebe 1000 € por ela. Isto é uma operação normal?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esses 1000 €, ou 200 milhões de euros, são ao fim de sete anos.

Acho que o Sr. Deputado Miguel Tiago tem ali aquilo que se chama a «taxa efetiva». Acho que vi ali o *yield effective*, não sei se é 10%...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É de 12%.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — O que significa que a rendibilidade é de 12%. Ou seja, aquele investidor que comprou a 68% tinha como rendibilidade efetiva, se tudo corresse bem, se o Banco honrasse os seus compromissos ao fim daqueles anos todos, ao ano implícito, 12%. Não sei qual é a taxa efetiva. Mas recebe 5% de cupão e recebe no fim os 1000 €.

Portanto, no dia seguinte, não sei, dependia... Por exemplo, se o Sr. Draghi amanhã disser que as taxas de juro vão para menos 1%, é natural que quem comprou, hoje, aquela obrigação, amanhã, a possa vender por um valor muito superior.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Na prática, quer dizer que por cada 680 € que o BES pedia emprestado, passados sete anos, devolvia 690 €.



O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a forma como eu raciocinava, como técnico financeiro — e qualquer financeiro raciocina assim —, é que o custo desta dívida é de 12%/ano, durante os sete anos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe dizer-me se essas obrigações que foram emitidas a 12%/ano, a sete anos, não se transformaram em obrigações a três anos com *yields* muito mais baixas?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não sei, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Esta emissão feita em Londres, em 2012, com uma taxa bastante generosa de 12%, não foi vendida ao BES Vida?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não sei, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Conhece o relatório da KPMG sobre o esquema das obrigações?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Porque se recusou a prestar informações? Nunca falou com eles? É que eles dizem que tentaram falar consigo e que não conseguiram — está escrito aqui, no relatório.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Mas, olhe, não tentaram falar comigo. Desde o dia 11 de julho que não estou no Banco, nunca mais fui

assistir a nenhuma reunião, e não consta que tenha recebido qualquer convocatória da KPMG para falar comigo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É da Price, foi a Price que fez a auditoria...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, isso é verdade. Não fui à auditoria da Price.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Porquê?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Porque achei que não devia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Achou que não devia contribuir para esclarecer o esquema de triangulação de obrigações?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Achei que não devia participar nessa auditoria, nem na auditoria forense.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas achou que não devia contribuir para se saber a verdade sobre o esquema das obrigações?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A seu tempo se saberá, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E não é melhor saber já do que a seu tempo?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Como lhe disse, está em segredo de justiça. Espero que tudo se vá esclarecer, a bem de todos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas, entretanto, tive acesso a esse documento, que fala de um conjunto de operações que foram feitas e que são emissões a sete anos — esse era o esquema —, que depois passavam por vários intermediários, eram vendidas ao BES Vida, depois à Eurofin e iam acabar na carteira de clientes.

O próprio relatório da Price fala de emissões destes esquemas a partir do BES Londres e fala de uma emissão particular, que está classificada como A, na página 28, e que entra nestes esquemas da Eurofin, que tem uma maturidade de sete anos.

Sabe dizer-me qual é a maturidade dessa obrigação que tem aí, nessa ficha técnica?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Não, já nem tenho a ficha técnica.

*Neste momento, a ficha técnica da emissão das obrigações foi, de novo, entregue pela Deputada do BE Mariana Mortágua ao depoente.*

Esta é da mesma emissão de que o Sr. Deputado Miguel Tiago falou...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Então, já respondi, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas qual é a maturidade que tem essa emissão?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Diz aqui 4 de abril de 2019.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A maturidade da obrigação...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Diz aqui *maturity date*, pelo menos, não sei se isto está...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Essa não é uma emissão a sete anos?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Se foi emitida em 2012 e termina em 2019, é sete anos. Faço as contas, a menos que isto esteja... Estou a traduzir do inglês para o português.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — No relatório da Price, que fala das emissões que faziam parte dos esquemas da Eurofin, diz-se também que essa emissão que foi feita em Londres — por coincidência a mesma emissão de sete anos e feita em Londres — tinha uma taxa de juro fixa de 5%. Sabe dizer-me qual é a taxa de juro que tem essa emissão aí?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu respondia-lhe, mas diz aqui «*rate of interest*», na página 2, ponto 15, «5% anual paga *in a year*». Portanto, é paga anualmente e tem uma taxa fixa de 5%.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Esta emissão que fazia parte do esquema da Eurofin diz que o preço era 68,05%. Qual era o preço dessa emissão obrigacionista?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — O preço dessa emissão obrigacionista, diz aqui, no ponto 5, *issue price tranche* — e não sei qual era a *tranche*, não sei se são várias, daqui não se deduz —, era 68%.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Quem era o responsável pelo BES Londres?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Quando?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — À data dessa emissão, portanto, em 2012.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se a emissão está assinada por mim e pelo Dr. Joaquim Goes — diz aqui *responsibilities* —, somos nós.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, essa é uma das emissões que foi transformada numa emissão de curto prazo pela Eurofin e que, entretanto, foi recomprada em 2014 com perdas para o Banco?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, na minha apresentação inicial, abordei dois pontos, relativamente à Eurofin: uma coisa são as emissões e, outra coisa, são os SPE, que vejo referidos na

comunicação social e onde se fala de um banco internacional, o Crédit Suisse, que eram auditados há mais de 10 anos pela KPMG.

A partir daqui estou ao abrigo do segredo de justiça, pelas razões que o Sr. Presidente já invocou.

Sobre a emissão, posso ler a ficha técnica toda. O BES está em segredo de justiça e não vou comentar nada mais, se me permite.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho outra opção, infelizmente.

O que o relatório da KPMG diz é que essa emissão, por acaso, foi uma emissão que gerou 66 milhões de perdas para o BES, numa operação de recompra em 2014, por estava envolvida no esquema Eurofin, apesar de a memória do Dr. Morais Pires não lhe permitir recordar.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é uma questão de memória. O que eu digo é que não fui que desencadeei o processo-crime, portanto, a questão é, pura e simplesmente, legal.

Já agora, a Sr.<sup>a</sup> Deputada diz que foi esta emissão que em 2014, no dia x... já agora, só para ficar com essa informação.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O relatório da Price diz que as recompras líquidas desta emissão a sete anos, em Londres, em 2012, com a taxa fixa..., e já percebemos que é a mesma emissão, teve um total de perdas geradas para o BES de 66 milhões...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Quando?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2014, quando essas obrigações foram recompradas, porque eram vendidas...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Mas quando, em que dia?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não diz o dia em que a recompra foi feita, diz «recompras ocorridas em 2014».

O Dr. Amílcar Pires recusou-se a participar na elaboração deste relatório, e estou a comunicar-lhe os resultados do mesmo relatório.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, um dia saberei! Pelas razões que invoquei... Estou aqui de coração aberto, mas cumpro a lei. Infelizmente, a minha vida passou por isto.

Tudo o que eu souber e puder dizer partilho com os Srs. Deputados. A Sr.<sup>a</sup> Deputada já viu que até aqui procurei ajudar.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda há muitas coisas que pode ajudar-nos a esclarecer.

É verdade que, em 2009, o Dr. António Soares, que estava à frente do BES Vida, lhe disse que não se sentia confortável com o volume deste tipo de obrigações que estava a ser comprado pelo BES Vida?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não me recordo nada dessa conversa, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nem dessa informação. Não me recordo! Mas, se está dentro do problema da Eurofin, volto a insistir, está em segredo de justiça.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que o Dr. António Soares disse à Price que se sentia desconfortável e que comunicou a si sobre este tipo de obrigações que estavam a ir para o BES Vida. Aliás, foi nessa altura, segundo o próprio relatório, que o BES Vida deixa de comprar as obrigações e que passa a ser a Espírito Santo Fixed Income a comprar estas obrigações.

Sabe dizer-me o que era a Espírito Santo Resources e onde estava sediada?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não sei, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Também não me sabe dizer por que é que a Espírito Santo Resources devia 891 milhões de euros à Eurofin?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não sei, não. Como lhe disse, eu não pertenci ao ETRICC, não analisei o processo do ETRICC e já disse à Comissão quem foram as pessoas que o acompanharam, em detalhe, das quais fazia parte um conjunto de diretores. Eu não participei em nenhum trabalho sobre o ETRICC.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Havia um conjunto de emissões e de instrumentos que era colocado aos clientes do BES que tinham uma rentabilidade objetivo, apesar de serem obrigações — e obrigações não depósitos, não podem ser levantadas a qualquer momento e, quando são levantadas, são-no ao preço que o mercado quiser dar, se alguém estiver disposto a comprar essa obrigação. Mas, apesar de tudo, o BES dizia que tinha uma rentabilidade objetivo e, quando os clientes queriam desfazer-se



da obrigação, alguém tinha de comprar ao preço dessa rentabilidade objetivo.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Primeiro, gostava de me situar. Qual é o produto a que se está a referir?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não sei qual é em específico, em termo de nome, sei que havia obrigações a serem colocadas a clientes do BES que tinham uma rentabilidade objetivo, ou unidades de participação de fundos feitos por estas obrigações que, também eles, tinham uma rentabilidade objetivo.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Unidades de participação?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Em fundos, sejam eles quais forem. Eu própria não tenho conhecimento, e por isso pergunto se existia esse tipo de produtos que não tinham nenhum limite, em termos de maturidade, que podiam ser levantados com alguma facilidade e que tinham uma rentabilidade objetivo.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou de várias coisas, falou de fundos com rentabilidade objetiva, de obrigações com rentabilidade objetivo. Foi o que disse, não foi?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não sei se disse mais algum produto...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Unidades de participação.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Unidades de participação são fundos de investimento.

Eu nunca ouvi falar em fundos, nem nessa questão. A única coisa que havia era um serviço discricionário de gestão de carteiras, aprovado pela CMVM, que tinha perfis, vários perfis, aprovados pela CMVM, que podiam ter, de acordo com o perfil, rendibilidades objetivo.

Agora, se me diz — e eu também ouvi as audições dos vários intervenientes, incluindo reguladores — que havia práticas comerciais, como ouvi algumas alusões, verbais, já disse que não tinha as redes de distribuição. Não posso controlar o que é que o gerente do balcão fazia, se tinha sistemas de objetivos.

O que posso dizer é que o serviço de gestão de carteiras tinha perfis com rendibilidades objetivo, com mandato de gestão discricionária dos clientes e que o serviço foi aprovado pela CMVM, bem como os contratos de gestão de mandato. Sobre estes sei, especificamente.

É verdade que ouvi, durante as audições, vários representantes, nomeadamente da CMVM, referir que havia ordens verbais, que havia outras escritas... Portanto, especificamente, o que está a dizer-me é que, para haver fundos, como diz, e para haver obrigações...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Como fala de fundos... De obrigações tenho ouvido falar qualquer coisa, mas de fundos nunca ouvi nada.

Mas, pronto, para haver, existia, na realidade, um serviço de gestão de carteiras no Banco Espírito Santo, como pode ver no *site* da CMVM, que era um serviço licenciado, gerido no âmbito de uma secção do DGP e que tinha perfis com rendibilidade objetivo em contratos aprovados pela CMVM.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É verdade que o BES tinha um acordo com a Eurofin para quando os clientes pediam para levantar obrigações e o preço de mercado dessas obrigações não chegava à tal rentabilidade objetivo, ou não havia comprador no mercado, a Eurofin assegurava que tomava e que comprava essas obrigações?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esse assunto está dentro do segredo de justiça.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe dizer-me o que é a ES Tourism?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A ES Tourism, pelo que o nome indica, deve ser Espírito Santo Tourism.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca teve nenhum contacto com a Espírito Santo Tourism?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Nunca tive nenhum contacto, nem quando viajava.

*Risos.*

A única referência que eu vejo está nos relatórios públicos que dizem que o Banco tem uma exposição, indireta ou direta, à Espírito Santo Tourism.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O BES estava a vender obrigações desta ES Tourism. Sabe dizer-me que tipo de obrigações eram estas, já que o BES estava a comercializá-las?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o BES funcionava naquilo que se chama «arquitetura aberta». O que é que isto quer dizer? O BES era um grupo financeiro, com várias subsidiárias e vários departamentos — tinha o BEST, que era um vendedor de fundos universal; tinha 1000 fundos a ser vendidos; tinha uma rede de *private banking* de clientes de «gama alta», digamos assim, que não é aquela que eu refiro — que tinham autonomia para comprar todas essas obrigações.

Se compraram, quando compraram, quem comprou, quem intermediou, não faço ideia! Mas que aparece na custódia de títulos do Banco, aparece e, de acordo com a minha análise, a ES Tourism quer dizer Espírito Santo Turismo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E, de acordo com a sua análise, o que é que esta sociedade faz?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho nenhuma informação. Pelo que aparece no relatório e contas e na ata da comissão executiva de 7 de junho, em que eu estive presente, era uma antiga empresa do Grupo Espírito Santo, cujo objeto de atividade, na altura, a comissão executiva não tinha presente, tinha a indicação de que tinha sido vendida, mas não tinha sido notificada.

Eu não sei mais nada, porque saí, como lhe disse, no dia 11, e não sei se os meus colegas conseguiram obter outras informações.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Esta empresa, a ES Tourism, foi, de facto, vendida em agosto de 2013. Não tem nenhuma informação?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Na reunião da comissão executiva do dia 7 de julho, todos os administradores, incluindo eu, não sabiam e, na altura, os meus colegas ficaram de notificar o Grupo para saber quem era o comprador.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Confirma que ela foi vendida por 1 €?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não sei. Como lhe disse, ninguém, da comissão executiva, pelo menos na altura em que eu assisti, sabia quem era o acionista, como é que tinha sido vendida, e a convicção era a de que, quando apareceu na custódia de títulos, teria sido comprada como Grupo Espírito Santo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É que esta entidade que emitia obrigações, que estava na custódia do BES e que o BES andou a vender aos

clientes, no valor de 143 milhões, era uma entidade que foi vendida em agosto por 1 €, que tinha como único ativo dívida à ESI, no valor de 225 milhões, e tinha como grande passivo obrigações emitidas que estavam no BES. Portanto, parece ser meramente um veículo que emprestava à ESI e pedia emprestado aos clientes do BES. Isto não faz confusão?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Fez confusão a toda a comissão executiva, porque a convicção que tínhamos era a de que, quando essas obrigações foram adquiridas, no tal conceito de arquitetura aberta, eram unidades do Grupo Espírito Santo e o Banco Espírito Santo, no dia 7 de julho, não tinha sido informado pelo Grupo de que tinha sido vendida.

Portanto, a resposta é esta: nesse sentido, faz confusão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca teve conhecimento de existirem fundos e sociedades, tipo a ES Tourism, que serviam para financiar a ESI ou a ES Control e para pôr dívida no BES? Nunca teve conhecimento de nada disto, enquanto foi administrador financeiro do BES?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Enquanto fui administrador, independentemente do pelouro, porque tínhamos reuniões semanais da comissão executiva, em que todos os administradores podiam, se quisessem, pronunciar-se.

Como eu já disse, quando começou a crise, quando foi detetada a crise, havia vários capítulos: liquidez, comunicação a clientes e a perceção de que podia haver um risco de incumprimento. Então, foi mandado fazer um escrutínio a toda a custódia, porque... Imagine um cliente que adquiria a Espírito Santo Tourism, aparentemente, que era do Grupo Espírito Santo,

num outro banco qualquer e que aquele cliente tinha passado a ser cliente do Banco Espírito Santo um ano ou dois anos antes e, de repente, na custódia de títulos — quando digo custódia de títulos é o *dossier* de títulos... Ou seja, o cliente mudava a sua conta e passava a ser cliente do Banco. O Banco Espírito Santo podia nem sequer ter participado na venda daquela obrigação, que era uma venda, com certeza, de há vários anos — não estou a dizer que foi o caso —, mas aparecer na sua custódia.

Respondendo de forma objetiva à sua questão, penso que a comissão executiva do dia 7, toda ela, quando averiguou que existia na custódia Espírito Santo Tourism, notificou o Grupo Espírito Santo para saber a quem tinha vendido, quais eram os ativos, etc., porque queria saber, visto não ter sido informada e tinha a convicção de que os clientes que a adquiriram tinham a perceção de que era Espírito Santo Tourism. Tanto que a outra consideração é a de que, vendendo, era natural que se mudasse também o nome, está a ver?! Por isso, com a Sr.<sup>a</sup> Deputada, a pergunta inicial era «sabe o que quer dizer ES?», ou seja, Espírito Santo Tourism.

Portanto, a perceção é a de que, quando foi vendida, deveria ter mudado o nome, mas, como nós, na comissão executiva, não tínhamos conhecimento disso, notificámo-lo e isso pode perfeitamente comprovar. Não sei se, depois, os meus colegas tomaram a iniciativa e se receberam alguma resposta.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Confesso que começo a ficar confusa. Estamos a falar de 7 de julho de 2013?!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, 7 de julho de 2013.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Na altura, achou estranho a empresa ser vendida, não sabia quem era o comprador e pediu esclarecimentos, mas nunca os obteve!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Esses títulos podiam estar em custódia. O Banco, no dia 7 de julho, perante a crise e o risco de poder haver *defaults* no GES, fez um escrutínio total aos títulos, mesmo que não tivessem sido vendidos pelo Banco, que o Banco não tivesse tido nenhuma intermediação no ato de venda, que pudessem estar naquilo que se chama custódia. Não sei se, há pouco, me fiz entender... O que é que quero dizer? Por exemplo, uma pessoa pode comprar um título num banco concorrente e transferir a sua conta de títulos para o Banco Espírito Santo e quando deteta essa situação há uma exposição, porque pensava que era Espírito Santo Tourism Grupo. E a comissão executiva, na altura, foi informada de que tinha sido vendida, mas não tinha sido reportada previamente a venda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Continuo a não perceber, porque, se têm dúvidas sobre esta venda... A venda foi efetuada, a ES Tourism tinha uma série de dívida, porque, curiosamente, tinha emprestado à ESI e devia a clientes do BES, mas pode ser tudo uma coincidência.

Isto acontece em 2013, a empresa é vendida por 1 € — também não desperta nenhum tipo de dúvida —, na altura, levantam-se dúvidas e pergunta-se o que é que aconteceu para isto. Nós sabemos — e eu sei, porque vem no relatório da KPMG, de abril de 2014 — que o BES teve de pagar por obrigações que esta empresa tinha para com clientes do BES, porque a empresa não conseguiu pagar... Foi vendida, depois de ter sido vendida não conseguiu cumprir as obrigações que tinha junto a clientes do



BES e foi a ESI que se chegou à frente para fazer estes pagamentos. Entretanto, isto gera uma provisão de uma série de milhões de euros.

De tal forma isto acontecia e de tal forma...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Aonde, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Aonde é que gerou provisão?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Digo-lhe já, mas foi na ESI. Dê-me só um segundo, para ver...

*Pausa.*

Deu uma provisão na ESI, porque havia uma exposição ao BES. A empresa foi vendida, como bem sabe, mas a própria KPMG considerou que a venda não teve efeito, porque quem continuava a assumir as responsabilidades era o Grupo Espírito Santo, e, portanto, teve de provisionar, como se a venda nunca tivesse acontecido.

A minha única dúvida, para além da sociedade em si e do seu propósito, é esta: como é que, em 2013, em julho, há uma dúvida levantada sobre esta empresa, esta empresa dá três páginas do relatório da KPMG, em abril, e uma provisão de 86 milhões e...? Explique-me.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu disse-lhe, no início, que a minha responsabilidade fiduciária é no Banco Espírito Santo e a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a falar de relações entre a ESI e a Espírito Santo Tourism. Nada tenho a ver com isso. E, quando lhe falei no dia 7 de julho, referia-me a dia 7 de julho de 2014.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, em 7 de julho de 2014, os administradores do Banco Espírito Santo levantaram a questão, antes, não sabiam. A Sr.<sup>a</sup> Deputada está a dizer, aparentemente, que há um relatório, que há um negócio entre a ESI e a Espírito Santo Tourism de venda por 1 €. Eu não tinha, nem como não executivo, nem como executivo, qualquer responsabilidade na ESI.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, é mesmo só para terminar o raciocínio.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, muito rapidamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Exceto que ela tinha uma exposição enorme a clientes do BES, mas isso é outra conversa.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — BES!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Do BES, da instituição que administrava.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, mas isso eu reconheço.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Então, em que contexto é que essa referência aparece numa reunião de...? Há pouco, tinha dito 2013, daí a confusão.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Foi a 7 de julho de 2014 e até falei no início.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, já está esclarecido.

Mas em que contexto é que ela aparece? Por que é que ela aparece numa reunião e o que é que foi discutido?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Volto a repetir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

No dia 7 de julho de 2014, a comissão executiva do BES, já em período de crise, reúne e tem vários tópicos: capital, liquidez, comunicação a clientes. E um dos problemas era a iminência de um incumprimento de empresas do GES.

Nesse contexto, a comissão executiva decide pedir a todos os departamentos, de custódia, de títulos, de não sei quê, informação sobre qual era a exposição indireta a clientes e descobre que existia Espírito Santo Tourism nos clientes. Então, foi ver se daí decorria risco reputacional, porque era uma questão do GES, e descobre, simultaneamente, que essa operação já tinha sido vendida.

Mas os negócios entre a ESI e outros terceiros nada têm a ver com o BES, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Não sei se me fiz entender! Mas é difícil o tema!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, terá mais oportunidades para fazer perguntas.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Amílcar Moraes Pires, muito obrigado pela sua presença e pelos seus esclarecimentos.

Já percebi que esta audição será bastante condicionada pelo segredo de justiça e vou tentar não o obrigar a ir a esse «jogo». Portanto, vou

colocar-lhe questões a que pode, com certeza, responder e esta Comissão terá todo o interesse em ver respondidas.

O Dr. Pedro Queiroz Pereira, ontem, afirmou aqui que nada se fazia no GES sem o conhecimento do Dr. Ricardo Salgado. Gostava de ter a sua opinião sobre isso e se confirma que era assim.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Se o Dr. Ricardo Salgado era o responsável máximo do Banco, e um banqueiro experimentado, era natural que fosse informado de todas as situações.

Também devo dizer que, normalmente, na banca, os sistemas são presidencialistas; portanto, era natural que ele soubesse.

Por último, o Dr. Ricardo Salgado — é do conhecimento público e ele até fazia isso, penso, com muito profissionalismo — fazia as chamadas «comissões itinerantes» e, nas comissões itinerantes, ia ver os balcões ao detalhe.

Não sei qual é o alcance da afirmação, provavelmente, o Dr. Pedro Queiroz Pereira conhece muito melhor o Dr. Ricardo Salgado do que eu, até por relações familiares, mas eu só posso dizer que, obviamente, o Dr. Ricardo Salgado era uma pessoa informada e que se preocupava com os detalhes.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Doutor, o alcance da minha questão é muito simples: na audição que tivemos aqui, há dois dias, com o Dr. Ricardo Salgado, depois de o ouvirmos ficámos com a consciência de que a realidade não corresponderia muito bem àquilo que terá afirmado, mas, na verdade, ficámos a saber que o Banco era gerido de forma bastante delegada e que, portanto, houve muita coisa que aconteceu e que ele não soube.

O Dr. Pedro Queiroz Pereira e o Dr. José Maria Ricciardi disseram exatamente o oposto, ou seja, que era uma gestão centralizada.

Portanto, tido como um dos braços direitos do ex-Presidente do BES, era importante confirmar e ter a sua opinião sobre se, de facto, era centralizado, ou não, e, por aquilo que disse, já percebemos que era. Só queria saber isso, e a sua opinião é relevante.

Alguma vez, teve consciência, ou sentiu, que o BES não cumpriu, ou violou, de alguma forma, as imposições do Banco de Portugal, relativamente à exposição do BES ao GES?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Agradeço a questão que coloca e, à observação que fez, penso que o ajudei, pelo menos, a formar a sua opinião. Em abono da verdade, e porque o Sr. Deputado tocou neste aspeto, ao dizer «sei que o Dr. Morais Pires era um dos braços direitos», por ironia, costumo dizer que era o braço direito, o braço esquerdo, o mindinho, etc.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Mas não era o faz-tudo?!

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Não era o faz-tudo!... Mas havia também pessoas muito importantes a trabalhar no Banco, uma das quais era o Dr. José Maria Ricciardi. Portanto, é preciso também fazer aqui um juízo de valor objetivo.

Para mostrar que eu não era o número dois do Banco, vou dizer uma coisa: quando eu tomei conta da área internacional, uma das preocupações era racionalizar as estruturas daquilo que se chamava «mercados maduros».

Em Nova Iorque, tínhamos duas sucursais, uma do BES, ainda do tempo do banco público, e uma do BESI. A sucursal do banco público, que tinha dezenas de anos, era rentável, modestamente, e a do BESI era

deficitária. E eu quis fundir as sucursais, e até disse: «Fechamos a do BES!», mas nunca fui capaz de o fazer, com estudos de consultores e tudo. Só uma pessoa com o poder de bloquear é que o podia fazer. Se eu fosse o braço direito...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Quem seria essa pessoa?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — O responsável pelo BESI. Isto porque, se eu fosse o braço direito, nunca seria travado numa simples medida de racionalização. Portanto, é só para o Sr. Deputado registar, porque na perceção pública, infelizmente,... Não é que eu tenha alguma coisa a esconder, porque tenho a consciência tranquila, fui sempre leal à instituição e aos seus órgãos sociais, a começar pelo Presidente, dentro das minhas responsabilidades, mas é preciso que haja equilíbrio nas questões.

Relativamente à segunda questão que me estava a colocar, a convicção que tenho é que a responsabilidade indireta do BES ao GES reduziu-se significativamente, e penso que quando vier cá o meu colega, o Dr. Joaquim Góis, que controlava a *escrow account*, vai demonstrar isso. Está aqui um relatório, que é o do fim do ano, acho que, entre março e dezembro, o fim do ano, reduziu 1300 milhões de euros na exposição à ESI. Estou a procurar o relatório...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — De 2013?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, é o relatório final, que foi mesmo publicado. Já o tenho aqui comigo.

Sr. Deputado, no *press release* da página 9, a ESI reduziu a exposição a clientes de retalho de 1566... ou seja, de 1500 milhões de

euros para 255 milhões em 30 de junho de 2014 — penso que isto estava a ser cumprido — e na Rioforte e subsidiárias reduziu-se de 565 para 386 milhões. Esta é a convicção. Penso, portanto, que o BES estava a reduzir a exposição.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Aproveitando, agora, que falou no Dr. Ricciardi, que, anteontem, foi muito expressivo nas análises que fez, fugiu várias vezes à questão do risco, apesar de ter sido administrador responsável pelo risco do Grupo. Fugiu muitas vezes a essa questão, a essa responsabilidade.

Já percebemos, aqui, hoje, pelas suas intervenções, que a responsabilidade do Dr. Ricciardi era maior do que quis aqui dizer. Posso dizer que parte do risco não foi controlado, ou não foi previsto por responsabilidade do Dr. Ricciardi? Sim, ou não?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, essa é uma pergunta... Primeiro, faço sempre fé no trabalho dos meus colegas, e devo dizer que nos dois últimos anos o Dr. Joaquim Góis, por exemplo, foi incansável a trabalhar nessa área. Eu acho que não é justo dizer que o nome do Dr. Ricciardi constava só no papel, porque ele era corresponsável com o Dr. Joaquim Góis relativamente à questão. Mais: era administrador comum da ESI e do BES.

Portanto, uma questão é ele dizer que o problema foi do contabilista. Isso é uma questão.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — A essa já lá vamos!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não vamos, porque não tenho responsabilidades aí.

Continuando a responder, relativamente à outra questão, é aquilo que já referi aos Srs. Deputados. Ou seja, quando se faz uma análise de risco, deve-se, obviamente, confiar nas contas, fazer análises, mas há um segundo dever de diligência, que é saber se a consolidação das contas está toda bem-feita. Será que o perímetro é todo consolidado? Não sei se isto foi feito, estou a basear-me no que ele disse. Talvez fossem horas tardias e ouvi mal, ou já estava a dormir e ouvi mal...!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Doutor, ainda bem que coloca essa pergunta, porque, agora, é ao contrário. Questionou-me num tema que me parece relevante.

Já percebemos que o Sr. Doutor era o CFO do Banco, mas, de facto, resulta que não é normal, ou nem sequer habitual, que um CFO de um banco tenha tão poucos pelouros e que seja o presidente do banco a ter a maior parte dos pelouros que o comum das pessoas pensaria que estivessem na órbita do CFO. Porquê?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Está respondida na primeira alínea que me colocou.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Então, concorda que não é normal?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Está respondida na primeira alínea, o Sr. Deputado já concluiu.



O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Mas era assim?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Era assim!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — E acha que esse é um bom modelo de governação? Acha que responde aos exemplos e às boas práticas de governança a nível bancário? Isso faz sentido? É que parece que é a mesma pessoa que gere e que controla, e não me parece que faça muito sentido.

Por outro lado, percebemos que cada pessoa que vem a esta Comissão tem competências muito compartimentadas numa determinada responsabilidade, que, segundo parece, o conselho de administração não reúne, cada um tem os seus pelouros e acabou, e que é o Presidente quem, afinal, manda em tudo. Isto, não deixa de ser pouco normal.

Gostava de ter a sua opinião sobre isto, porque já percebi que é um gestor bastante seguro, que sabe o que esteve a fazer e qual é o limite das suas responsabilidades. Estando dentro do conselho de administração, já agora gostava de saber quem é que, de facto, tem a responsabilidade das decisões.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Primeiro, Sr. Deputado, eu não entrava mudo e saía calado, como verificará quando ler todas as atas, sempre dei a minha opinião sobre o que achava que devia dar.

O modelo de *governance* tinha virtudes e defeitos. Esse pode ser apontado como um aspeto, mas as áreas de controlo — a auditoria, o risco — estavam todas em mãos diferentes do Presidente e até, recentemente, o *compliance*. Por exemplo, eu não referi inicialmente aqui, mas a auditoria

era do Dr. Rui Silveira, que era simultaneamente jurista. Ultimamente, o *compliance* passou para o Dr. António Souto.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Quem era antes, já agora?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Era o Dr. Ricardo Salgado. Estou a fazer uma descrição factual, o Sr. Deputado é que faz os juízos.

Portanto, houve evolução. Havia uma comissão de auditoria, que era um órgão autónomo também com funções de controlar, pelo menos funcionalmente, o departamento de auditoria; era um órgão autónomo do conselho de administração e era presidido pelo Dr. Horácio Afonso.

Mas acho que o próprio Dr. Ricardo assumiu, aqui, nas questões colocadas pelos Srs. Deputados, que hoje em dia o modelo de conglomerado, como era, é um modelo que, provavelmente, encerra em si conflitos de interesses quase insanáveis.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Doutor, isso já todos percebemos e, se calhar, a génese do problema pode estar aí e, ao longo desta Comissão, tentaremos concluir se, de facto, se confirma, ou não.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Mas ele próprio, que era o Presidente, já concluiu.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sim, sim, o Dr. Ricardo Salgado concluiu bastantes coisas e muitas delas foram desmentidas logo de imediato.

O que eu gostava realmente de saber é qual a razão objetiva de o Presidente do Banco e do conselho de administração ter a responsabilidade

da contabilidade e não o CFO. O que será o CFO sem a contabilidade? É só a tesouraria?! Qual a razão objetiva? Para nós, é muito estranho.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Primeiro, era uma opção do próprio fazer isso. Passei a ser CFO já durante a vigência e, como lhe disse, penso que foi só pelo prestígio que eu tinha junto dos mercados internacionais e que advinha da minha experiência. Mas, efetivamente, ele continuou a controlar a contabilidade e o planeamento, assim como o normal é que as relações com investidores esteja no CFO. Mas era este o modelo de organização que tínhamos e nunca ninguém criticou, nem mesmo os consultores que tivemos.

Acho que a principal preocupação dos consultores, e tivemos vários — acho que referi que, como modelo de gestão de crise, é uma inovação na banca portuguesa e foi um consultor que fez as melhores práticas de gestão, tínhamos os indicadores todos —, foi sempre a de dizer que o risco não deve estar na mão dos comerciais. Por exemplo, se calhar, o risco não devia estar na mão do presidente da banca de investimento — para não pôr só o Dr. Ricardo Salgado... —, provavelmente, também não devia. Isto porque se é um homem que decide negócios, se é um homem que tem interesse em fazer o máximo de *mergers and acquisitions*, se calhar também não devia ter o risco.

Quer dizer, pode haver sempre melhorias, não conheço todas as práticas, mas tive a preocupação... Acho que até foi o Sr. Deputado que ontem, ou há dois dias, perguntou ao Dr. José Maria «Mas o Moraes Pires não tinha o crédito e tinha tudo?!».

O Sr. Deputado pergunta-me se acho normal. O modelo tinha virtudes e defeitos, Sr. Deputado. Para os consultores que fomos tendo ao longo do tempo, do que me recordo, a maior preocupação era segregar as

funções de risco, onde o departamento de risco global e a auditoria eram os principais. O risco tem a autonomia para gerir o Grupo BES em tudo, incluindo Angola, e o *compliance*, e penso que foi por isto que o *compliance* também passou para o Dr. António Souto.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Ou seja, o Grupo passou muitos anos com muita centralização e, recentemente, começou a descentralizar algumas competências. Quando a *compliance* está nas mãos do próprio Presidente, de facto, não deixa de ser estranho.

Por causa disso, gostava de colocar uma outra questão que tem a ver com Angola: por que é que o Dr. Álvaro Sobrinho ficou tão incomodado quando o Sr. Doutor passou a ser o responsável pelo acompanhamento de Angola? Era mais incómodo do que o Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Pergunta-se se eu era mais incómodo do que o Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, há muito que eu vinha a manifestar divergências estratégicas relativamente ao rácio de crédito sobre depósitos, porque, normalmente, num banco de países emergentes — e como já referi considero Angola nesta situação, embora com uma prosperidade previsível grande na história dos países africanos — os rácios de crédito sobre depósitos andam na casa dos 100% e eu via crescer, embora assumido pelo conjunto da comissão executiva, esse rácio, e por isso tinha divergências.

Por outro lado, ele gozava de uma grande autonomia, como aqui disse o Dr. José Maria, que reportava unicamente àquilo que era designado por «o acionista», que era na pessoa do Dr. Ricardo, e, portanto, é óbvio que um administrador, que nem sequer era da família, passar a superintender a sua atividade — e ele, ainda por cima, era acionista, tinha 5% — era uma intrusão de que não gostou. Senti-o isso claramente.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Falou na assembleia-geral, que durou vários dias e que foi interrompida em 2013, na qual o Sr. Doutor, apesar de já ser responsável pelo pelouro internacional e pelo acompanhamento de Angola, não esteve presente. Posso perguntar porquê?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Não estive presente porque, tratando-se de avaliar a gestão do Dr. Álvaro Sobrinho, não tendo eu nunca sido responsável pelo pelouro, os acionistas fizeram questão que estivesse presente o Dr. Ricardo Salgado, que, para além de ser o Presidente do Banco Espírito Santo e acionista, tinha sido responsável pelo pelouro. Se vir, as pessoas que estiveram presentes em nome dos outros acionistas eram altas individualidades do Estado angolano.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Era uma espécie de conselho superior também neste caso do BESA.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Era mesmo uma assembleia-geral.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — De facto, parece que, mais uma vez, o Dr. Ricardo Salgado usurpa os seus pelouros, porque se o Sr.

Doutor era o responsável pelo acompanhamento do BESA, não estando presente numa reunião tão importante e tendo sido a pessoa que mais criticou, ou que mais alertou, o Dr. Ricardo Salgado para os problemas do BESA, não faz muito sentido.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Temos de contextualizar as questões.

Na altura, eu conhecia as pessoas há pouco tempo ainda, essas altas individualidades, o General Hélder Vieira Dias e o General Leopoldino do Nascimento, e o Dr. Ricardo já os conhecia. Penso que, também por deferência às pessoas, essa questão... e não sei se eles próprios solicitaram que ele estivesse presente, uma vez que se tratava de discutir esse assunto. Mais: recordo que o ano de 2012 já não tinha sido fácil, porque, como eu disse no início, foi com muita relutância que ele seguiu.

Portanto, não me sinto marginalizado. Se calhar, eu não tinha estatuto para estar nessa reunião.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Disse, há pouco, que na reunião que teve lugar na presidência angolana, o Sr. Doutor acompanhou o Dr. Ricardo Salgado e também o Dr. Proença de Carvalho...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — E o Dr. Rui Guerra.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — O Dr. Proença de Carvalho foi na condição de advogado, ou noutras funções?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Esteve presente a convite do Dr. Ricardo, não sei em que funções esteve.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Passo a uma outra questão, que me parece relevante. A Dr.<sup>a</sup> Isabel Almeida, como disse há pouco, era a diretora-geral do Banco, em tese, reportava diretamente a si, mas reportava também ao presidente do Banco.

Era normal que os diretores reportassem diretamente ao presidente, passando ao lado dos administradores, ou há uma cadeia hierárquica no Banco e o Sr. Doutor era o responsável direto pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Almeida?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, eram normais as duas situações, tanto mais que, por exemplo — aquilo que eu disse no grupo ETRICC —, era natural que houvesse grupos de trabalho em que o presidente ou outro administrador convoque vários diretores, não estando presentes os administradores do pelouro. Era assim que funcionava.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Doutor, depois de o Dr. Ricardo Salgado ter saído do Banco, o Sr. Doutor ainda continuou em funções?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, nunca mais participei em nenhuma reunião depois do dia 11. Todavia, tinha sido convidado pelo Dr. Vítor Bento para ficar com a área internacional, mas não tive nenhuma função. Só resignei, oficialmente, no dia 23 de julho, mas não tive nenhuma participação nos órgãos sociais. A minha última reunião foi no dia 11 de julho, naquela ata do...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Reunião do conselho de administração.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Reunião do conselho de administração.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Mas continuou no Banco, entretanto, e o Banco não é só o conselho de administração.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Nem sequer, porque, logo no dia 13, domingo, à noite, decidi, com o Dr. Vítor Bento, terminar funções. Não participei mais e tratei de preparar a resignação e a saída do Banco, porque desvinculei-me mesmo, e vim a assinar a resignação a 23 de julho.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — O Sr. Doutor, tem conhecimento de que a Dr.<sup>a</sup> Isabel Almeida se tenha deslocado várias vezes a despacho a casa do Dr. Ricardo Salgado depois de já ter sido afastado do Banco, ou não?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, desconheço completamente isso.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Há pouco falou aqui do *rating* da ESI em 2012, numa resposta ao Sr. Deputado Miguel Tiago, e falou várias vezes da importância e da força deste *rating*. Este *rating* era baseado em que contas? Nas contas reais, ou naquelas que, afinal, tinham sido marteladas?



O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sobre a primeira questão, terá de perguntar ao departamento do risco, e foi pena que não o tivesse feito há dois dias.

Relativamente à segunda questão, há contas, que o Sr. Deputado pode pedir, porque, quando se vendia o papel comercial, havia um prospeto e havia contas, e comparem-se essas contas. Ou seja, veja-se a diferença entre essas contas e as contas da KPMG e as duas questões que podem surgir: perímetro de consolidação/outras coisas.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — O Sr. Doutor, colocou aqui várias dúvidas e disse mesmo que o importante era a fiabilidade do perímetro de consolidação e a veracidade das contas (um dos).

Curiosamente, quem era o responsável do Banco pela área da consolidação, segundo o discurso que fez inicialmente?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Está escrito!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Era...?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Contabilidade.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Contabilidade! O Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — O pelouro.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — O pelouro, diretamente.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Não estou a dizer que era ele diretamente, era pelouro dele.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Ótimo!

Mais uma questão: o Sr. Doutor disse que lavrou vários depoimentos para a ata, nas várias reuniões que teve e que várias vezes manifestou preocupação com várias situações.

Nunca sentiu necessidade de dizer isso diretamente ao Banco de Portugal, visto que o Sr. Doutor não era o interlocutor direto do Banco de Portugal e, sabendo de antemão, que, para poder exercer funções, há a questão de idoneidade, que é importante, através do registo? Nunca sentiu necessidade de dizer isso ao Banco de Portugal diretamente, além de dizer nas reuniões do conselho de administração?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr. Deputado, dizer o quê?

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD):— As preocupações que lavrou para a ata e os alertas que foi fazendo e que já aqui revelou.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr. Deputado, se reparar, até as cartas do Banco de Portugal dirigidas ao Banco terminam sempre assim: primeiro, dar conhecimento a todos os administradores para que seja imediatamente lavrada a ata e dada cópia ao Banco de Portugal.

Se reparar, nos últimos seis meses, em que se trocaram uma ou duas cartas por semana, havia, por imposição do Banco de Portugal, essa obrigatoriedade.

Agora, pegando nesse comentário, quero dizer que é evidente que quando tomámos conhecimento dos problemas da ESI, não foi só um

administrador que ficou desapontado, é preciso dizê-lo, só que há maneiras diferentes de reagir.

Sr. Deputado, havia 25 administradores, dos quais cinco, acho, eram franceses — o Sr. Xavier Musca, que foi Secretário-Geral do Eliseu, no tempo de Sarkozy, era um dos principais homens do Crédit Agricole e estava lá. Portanto, todos nós ficámos decepcionados e desapontados com a situação, só que cada um reage à sua maneira.

Se me pergunta se nunca escrevi cartas ao Banco de Portugal para... eu tinha a convicção, sobretudo depois do episódio que começou no último trimestre de 2013 e todo o 1.º semestre de 2014, de que, na correnteza de diálogos, o Banco de Portugal impunha «lavre-se ata... e remeta-se ao Banco de Portugal».

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — O Banco de Portugal deu a entender que as atas não chegavam a todos os administradores, que nem todos tinham a mesma informação. Tem consciência disso?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Eu só posso ter consciência disso — e não vou responder com a ironia do «entrar calado e sair mudo»... Digo-vos apenas para que confirmem quem assinou, porque quem assinou as atas, mesmo que se tenha omitido a participar, é, automaticamente, responsável, e eu acho que a maioria participava nas reuniões.

Mais, vou dizer-lhe também uma coisa que, muitas vezes foi por minha iniciativa. Há pouco, o Sr. Deputado disse que o Banco Espírito Santo foi uma filial da Espírito Santo Financial Group até ao dia da indignação do Dr. Vítor Bento. O BES estava por baixo. Quando eu ia às reuniões da troica — a essas reuniões iam eu, o Dr. Ricardo e o Dr.

Joaquim Goes —, normalmente, as pessoas da troica olhavam para a Financial... tínhamos de pôr alguns documentos com uma linha verde para dizer que era o BES. Isto porque o centro de supervisão era a Espírito Santo Financial e foi até ao dia em que foi nomeado, indigitado, o Dr. Vítor Bento para presidente, nessa altura é que a «desconsolidação» passou, e passou-se a falar de BES, mas até aqui o perímetro de consolidação era a Espírito Santo Financial Group.

Portanto, para responder à questão da comunicação, o que é que aconteceu? Muitas vezes, no início das questões, as cartas do Banco de Portugal eram dirigidas à Financial, só depois é que passaram a ser feitas cópias para o BES. Provavelmente, deve ser daí a confusão de dizer que havia administradores que não sabiam, porque, no princípio, era só a Financial, mas, depois, passou a ser Financial e BES.

Quando um administrador assina uma ata, esteja, ou não, calado, responsabiliza-se pelo conteúdo dela.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Seria esse o problema que falou agora da consolidação? Por alguma razão isso mudou com o Novo Banco.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Qual consolidação?

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Pela consolidação do Grupo, quem é que dava a cara, quem é que aparecia nas reuniões da troica. Isso mudou imediatamente assim que o Banco mudou de mãos. Será que isso era um problema?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A troica já não estava cá quando... (*Por não ter desligado o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*)

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Passemos à frente, isso não é relevante. Tenho pouco tempo e tenho perguntas mais importantes para fazer.

O Sr. Doutor disse há pouco que, como banqueiro, não apoiava em consciência as manifestações públicas das autoridades portuguesas sobre a situação do Banco. Disse que isto foi o princípio da tempestade perfeita. E se as manifestações tivessem sido inversas? Seria a catástrofe perfeita?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sou suficientemente cuidadoso nas minhas afirmações, e, se o Sr. Deputado ler o que eu disse, foi: embora compreenda a razão, para evitar o pânico, não posso, em consciência, confirmar, porque o principal risco é a liquidez e não o capital. Onde eu quis chegar, foi que, entre o dia 11 e o dia 30, poderia ter havido mais soluções para tentar evitar o desfecho que houve, independentemente do capital. Portanto, o que eu quis dizer, e tive o cuidado de contextualizar as questões, quando ler vai perceber, foi que, embora compreendesse, para não criar pânico, em consciência não seria cauteloso. O que eu digo é que a partir daquele dia acho que deveria ter sido iniciada uma *task force* para resolver o assunto.

Eu teria preferido que, desde logo, o conselho de administração do Banco tivesse apoiado a Blackstone e resolvido o problema. Não tendo sido essa a solução...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Por que é que no dia 11 não começaram essa *task force*, não se iniciou o processo?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Por várias razões, e a primeira foi a de que, no dia seguinte, ficaram encarregues, penso, o representante do Crédit Agricole, Xavier Musca, e o representante do Grupo Espírito Santo, que seria o Dr. Ricardo, em promover as diligências com o banco central. Isto porque havia uma condição: estes investidores institucionais — e se o Sr. Deputado ler a imprensa local verá que estavam cá o KKR, a Apollo e outros, disponíveis para investir, incluindo a própria Blackstone, que tem uma área de *private equity* — precisam de ter a anuência do supervisor para poder apoiar uma iniciativa dessas.

Portanto, eu alertei, mas quem ficou incumbido foi esse grupo de pessoas, que eram, simultaneamente, representantes de acionistas e tinham negociado, inclusive com o Banco de Portugal, a indigitação da nova equipa de gestão.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, tenho mais quanto tempo?

O Sr. **Presidente**: — Tem mais 30 segundos, Sr. Deputado.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Vou tentar ser rápido.

Acredita que o Dr. Ricardo Salgado só soube do desvio das contas em novembro de 2013?

O Sr. Doutor alguma vez percebeu, sendo o administrador que acompanhava Angola, que havia um benefício especial às empresas do Dr.

José Guilherme ou a alguém da administração do Banco Espírito Santo que fosse seu sócio?

Sobre os famosos milhões de euros que foram uma prenda do Sr. José Guilherme ao Dr. Ricardo Salgado, o senhor sabe a razão desse dinheiro? Poderiam, eventualmente, ser mais-valias de negócios que tinham em conjunto?

Um presidente de um banco deve ter negócios próprios, individuais, além daquilo que é a gestão do banco?

Sr. Doutor, termino e gostava muito, depois de acabar o processo judicial, de perceber qual foi o seu envolvimento na Eurofin, porque aí veremos a sinceridade total, ou não, que aqui nos passou.

Agradeço desde já as suas respostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Dr. Amílcar Morais Pires, para responder.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr. Deputado, ele é que terá que responder. Eu, de certeza, que não sabia!

Sr. Deputado, no Banco havia linhas de separação muito completas entre o que era GES e BES e, portanto... Olhe, o Dr. José Maria tem, de certeza, como membro da família, muito mais acesso a percepções. Portanto, isso eu não tinha e extrassensoriais ainda menos!

*Risos.*

Não sei responder a esta sua primeira questão.

Relativamente às questões do risco de crédito, havia alguma opacidade na questão da perceção do risco de crédito e que foi testemunhada pelo próprio gestor administrador do pelouro do risco.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Está a referir-se ao BESA!

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Estou a referir-me ao BESA.

O Sr. Deputado perguntou-me relativamente ao BESA, BESA/José Guilherme, volto a repetir.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Portanto, o Dr. José Maria Ricciardi disse: «o computador desligou-se!». Eu não tinha acesso à informação, eu era do risco, mas negavam-me a informação, o auditor deu-me todos os confortos...

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Eu, muito menos, Sr. Deputado! Eu não tinha nenhuma noção sobre o que se passava lá.

Mais, mesmo sobre a ata, nunca tive conhecimento, porque havia o segredo bancário relativamente aos clientes, nem me interessei.

Penso que os nomes que estão na ata, que está no *dealing room* do aumento de capital, até por dever legal de Angola, deveriam estar «deletados». Nunca me interessei, nem quero saber quem eram os clientes



do BES Angola, porque não era dos órgãos sociais do BES Angola. Não sei, por isso, dizer quais eram as questões.

Em relação à outra questão, não vou fazer juízos de valor.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Paula Vitorino.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, muito obrigada pelos seus esclarecimentos. Não sendo esta Comissão Parlamentar de Inquérito um tribunal, nem um órgão de investigação criminal, ainda assim, precisamos de esclarecimentos, e tem sido difícil obtê-los na medida em que a maior parte dos depoimentos são contraditórios entre si.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que continua sem ter alguns esclarecimentos e a primeira coisa que eu gostaria de perguntar é se o senhor, sendo o responsável máximo pela área financeira e, portanto, pelo departamento que emitia papel comercial, qual era o papel do BESI nessa emissão de papel comercial da Rioforte, por exemplo, e na engenharia financeira do BES?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Vamos dividir as coisas. Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a chamar engenharia financeira do BES a todas as operações da Eurofin, já respondi.

Se fala sobre a emissão do papel comercial todo, devo dizer que o BESI não tinha um mero papel administrativo. Há um relatório de auditoria que discute e analisa essa questão, e deve estar à disposição dos Srs. Deputados. Eu não o tenho, como disse, porque saí do Banco e não tenho nenhum elemento do Banco. Para vir a esta Comissão, usei informação

pública, memória e alguns dados que ainda tinha de atas, como a ata do dia 11, e é um milagre ainda a ter.

Ora, as operações que eram feitas do papel comercial de qualquer cliente, incluindo da Rioforte e da ESI, ou de outras, eram preparadas com base em duas coisas: no interesse do emitente em emitir, ou não, e contactava o Banco, e quem definia, depois, a ficha técnica e as condições da emissão era o BESI; e no mecanismo de aprovação. Quando não havia tomada firme (o que é «tomada firme»? É o banco comprar para o seu próprio balanço), estas obrigações passavam por um comité de risco do BESI, que as aprovava, e, no Banco Espírito Santo, a colocação era aprovada num comité ALCO (Assets and Liability Committee), em que eu participava. Era um comité onde todos os administradores tinham direito a participar, mas alguns podiam não assistir. O que é um comité ALCO? É um comité mensal, presidido pelo presidente da comissão executiva, onde se discute a política de ativos e passivos e onde se passa em revista tudo o que é atividade do BES, como, por exemplo, quanto é que o BES cresceu no crédito à habitação, qual era a política de preços e colocação e também aquilo a que se chamava desintermediação, colocação de fundos e tudo. Portanto, era lá que era dado conhecimento de tudo isto e era lá que se decidia colocar papel comercial, convocar estes emitentes, pressupondo que a emissão era feita de acordo com os departamentos.

Sobre a situação específica da emissão do papel comercial do Grupo Espírito Santo, esse relatório, que ainda tive tempo de ler, pelo menos o preliminar, embora fosse produzido pelo departamento de auditoria independente, que nada tem a ver com os meus pelouros, esclarece, claramente, que houve intervenção de vários departamentos, desde o departamento jurídico...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, é verdade, ou não, que o Departamento Financeiro, Mercados e Estudos tem também elementos do BESI? Qual era o papel deles e o que lá estão a fazer, no fundo?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Ainda do tempo da falhada fusão com o BPI, o Banco Espírito Santo decidiu integrar mais as tesourarias e o BESI a sala de mercados de Lisboa — não é a corretora, é a tesouraria. Ou seja, a parte que controla a tesouraria do Banco, a venda de produtos a clientes, a colocação de obrigações, a sindicância, ou a preparação de..., estavam no departamento financeiro, mas não tinha reporte à Dr.<sup>a</sup> Isabel, tinha um reporte funcional, no mínimo, que é articulação, reportava diretamente aos órgãos do BESI.

Por exemplo, a gestão da tesouraria é uma gestão de tesouraria em que se o BESI tivesse necessidades pedia ao Banco Espírito Santo. As pessoas estavam sentadas na mesma sala, mas era um reporte funcional, sendo que o reporte orgânico era totalmente feito às pessoas do BESI.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — É estranha a afirmação do Dr. Ricciardi de que não estava envolvido nesta área, porque não tinha o pelouro, e, portanto, não informação nenhuma sobre esta matéria.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Também disse que não tinha o pelouro do risco e que era do Dr. Joaquim Goes.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, passo agora para outro assunto, que, também no entender do Dr. Ricciardi, era uma questão do Dr. Salgado, e o Dr. Salgado diz que quem sabia tudo sobre esta matéria

era o Dr. Amílcar Moraes Pires, que é a questão do BES Angola, e, de facto, ainda não estamos satisfeitos com as respostas que nos têm sido dadas, porque, desde logo, não estamos a falar de um qualquer nível de endividamentozinho mas, sim, porventura, da razão de ser do que veio a ser o desfecho do BES.

Aquilo que gostaríamos de saber, desde logo, é quais são os titulares do tão falado crédito malparado.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho a lista dos clientes, mas ouvi dizer que eram pessoas da nomenclatura. Não tenho nenhuma prova, nem quero saber quem eram.

Sei que foram levantadas questões...

Sr.<sup>a</sup> Deputada, na altura, havia indícios, eu nunca tive acesso, porque eu não era administrador. Uma coisa é saber da solvabilidade, quem tinha o dever de auditar era o presidente da KPMG de Angola que tinha a lista, linha a linha, dos créditos em causa, porque a garantia tinha um anexo — a garantia não é um guarda-chuva que tapa, não! —, tinha crédito a crédito, ou seja, os créditos que estavam envolvidos e que representavam 70%.

Portanto, não posso dizer se eram pessoas da nomenclatura, ou não, se eram empresários, ou não. Que havia indícios de crédito não vencido, ou em incumprimento, veio a verificar-se.

Mais: não cheguei a ter acesso ao relatório do BESA, da auditoria do BESA, porque não me foi entregue no dia 30 de julho. Eu tenho a certeza de que pugnei sempre para que, pela primeira vez, no ano de 2013, a KPMG não tivesse qualquer limitação de âmbito. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que, no ano de 2012... Há duas distinções a fazer, uma é «ênfases» e a outra é «limitação de âmbito».

Num trabalho de auditoria, a Sr.<sup>a</sup> Deputada até pode dizer «Estão aqui 5000 milhões de crédito e há aqui 2 milhões que não vi, mas acho que não é preciso fazer provisões», a isto chama-se «limitação de âmbito»!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — O Sr. Doutor já fez o favor de há pouco responder a outro meu colega, já não sei concretamente a quem, sobre esta matéria.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, estou a ver se consigo ser objetivo nas respostas.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Se não se importar!

Trata-se de 3300 milhões de euros e, portanto, torna-se difícil compreender que ninguém do BES consiga justificar como se atingiu este valor, qual foi o nível de exposição do BES relativamente ao BESA, mas também por que é que não foi provisionado e como eram feitos os esquemas de financiamento dentro do próprio BES.

São questões distintas e que eu gostaria que o Sr. Doutor respondesse.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, por favor, não chame esquemas, se não eu fico logo... São mecanismos de financiamento!

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Qualquer conotação negativa será com o Sr. Doutor. Não estou a dar-lhe qualquer conotação negativa.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não! Era uma ironia minha!  
Sr.<sup>a</sup> Doutora...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não sou doutora, sou engenheira!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, em primeiro lugar, é preciso dizer, num grupo internacional é normal que haja financiamentos intercompanhias; ou seja, era normal o BES individual de Lisboa emprestar ao BES Angola. Este é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, e já vamos à questão do risco, em Espanha, chegámos a ter um rácio de crédito sobre depósitos de 200% e o BES de Lisboa chegou a emprestar 2 biliões. O BESI tem um rácio de crédito sobre depósitos — e eu daqui a pouco já vou descobrir as contas para apresentar os dados de 2013 com fiabilidade — de quase 200%, ou seja, a carteira de crédito era o dobro. Sabe quem financiava a diferença? Era o BES de Lisboa!

Portanto, primeira consideração a fazer: num grupo financeiro é normal haver empréstimos interbancários entre os membros desse grupo financeiro. Mais: na Grécia, houve vários bancos — não sei se algum banco nacional sofreu disso — que tiveram verdadeiras situações dramáticas quando houve a crise, porque os bancos tinham as suas subsidiárias, que controlavam, e eram responsáveis, quando tinham subsidiárias, por controlar essas sociedades. Ora, no caso grego, de um dia para o outro, os depósitos desapareceram, verificou-se uma fuga de depósitos.

Como é que se supra a diferença desses depósitos? Injetando dinheiro. Só que, se esses depósitos não voltarem, alguém tem de pagar isso. E eu sei que houve vários bancos — e não vou citar nomes — que sofreram disso.

Portanto, a essência da questão aqui está no facto de, em 2012, a Sr.<sup>a</sup> Deputada ter a pertinência de perguntar à KPMG de Angola, se conseguir ultrapassar a questão da ubiquidade, qual foi a avaliação que fez. Sei que houve limitações de âmbitos.

Agora, em 2013, tenho a certeza, não havia nenhuma razão, porque, havendo uma garantia soberana que cobria todo o risco, estava seguro. E eu, baseado no parecer do Professor Alexandre Mota Pinto e na minha leitura da situação e dos contactos que tive com as autoridades angolanas, sabia que aquela garantia, além de proteger a sustentabilidade do BESA, também assegurava aquele empréstimo que tínhamos feito — o BES individual a Angola. Aliás, como eu disse aqui, é uma tecnicidade, o BES conciliava integralmente, não era só uma questão de participação, era responsável por todos os ativos.

Sobre 2012, eu também disse, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que andei o ano inteiro, até junho de 2013, a tentar mudar o *governance*. E é a partir dessa altura, com a total colaboração das individualidades angolanas que eu referi, é que às equipas que lá foram foi permitido fazer esta avaliação e, pela primeira vez, o exercício de 2013 foi feito, ou seja, a auditoria foi feita, sem qualquer limitação de âmbito. Viram, e é, então, que aparecem as tais ênfases.

Em relação à pergunta se é normal que um banco empreste a outro, é normal! O BESI, penso que até hoje, já com o Novo Banco, de certeza que tem um empréstimo grande do Novo Banco, porque, se tem mais crédito do

que depósitos, uma vez que não tem rede de depósitos, é essa a realidade, em Angola era.

Dizer que deveria ser provisionado em 2013, não concordo que tivesse sido provisionado. O que fez cair a questão é outra coisa — mas os senhores também já concluíram isso —, é que desapareceu a garantia.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Há uma parte da pergunta que não respondeu. É prática de boa gestão, é normal conceder 5700 milhões de dólares de créditos sem garantia e sem clientes finais conhecidos?!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Essa é outra pergunta. A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou-me primeiro se era normal o BES de Lisboa emprestar 3 biliões...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, não é normal, não é nas boas práticas!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Há suspeitas, pelo menos tem vindo na comunicação social, de que o crédito concedido pelo BESA voltava a Portugal para uma conta no Santander e que, depois, era transferido para o Banque Privée, na Suíça. É assim, ou não? Tem conhecimento disto?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires** — Não tenho conhecimento de nada, nem, sequer, tive conhecimento durante o tempo em que fui



administrador e, em princípio, as contas correspondentes do BES Angola deveriam ser do meu conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Pelos vistos havia uma deficiente troca de informação.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Estou a dizer que, até eu sair do Banco... A Sr.<sup>a</sup> Deputada coloca a questão, e era uma preocupação minha saber, que contas correspondente existiam — chamam-se assim quando um banco tem contas noutros bancos. Esperaria que as contas do BESA fossem todas no BES.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Na sua opinião, qual foi a razão para ser retirada a garantia do governo de Angola ao BESA?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando ler a ata da reunião do dia 11, há um administrador francês que me questiona sobre se eu tinha sido contactado por alguém e se havia perigo com Angola... Eu respondi, porque é verdade, que não tinha tido nenhuma manifestação das autoridades, dos parceiros, de que pudesse haver alguma revogação da garantia. E não tive, embora referisse que havia algum incómodo, nomeadamente com a divulgação da ata na comunicação social portuguesa. Havia incómodos, mas nunca recebi indicação até ao dia 11, e nunca mais voltei a ter contactos.

Portanto, não sei tudo aquilo que se passou depois do dia 11. Mas está escrito na ata que eu não recebi nenhum contacto das autoridades angolanas com ameaças ou afirmações de que a garantia não era válida, ou poderia ser revogada até ao dia 11 de julho.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — E acha que a Resolução, o processo de resolução, foi determinante para a revogação da garantia?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu acho.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Como avalia o resultado das contas semestrais do BES, divulgadas a 30 de julho, e qual o papel das responsabilidades assumidas em Angola, nesses resultados?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, só posso comentar uma questão. Fala-se numa anulação de juros que estava totalmente provisionada, é o que eu sei. Não tive conhecimento, até dia 11 de julho, que as provisões adicionais que foram feitas sobre a carteira de crédito fossem necessárias, porque, como disse, nem sequer tive acesso ao relatório da auditoria.

Mais: estava em curso, com algum esforço meu, mas muito do Dr. Rui Guerra, que era o presidente da comissão executiva, o seguinte: o Banco Espírito Santo estava a preparar-se para o exercício de *asset quality review*, que visava a passagem da supervisão para o Banco Central Europeu. E considerando a magnitude da operação Angola, era preciso também fazer um *asset code* de Angola. Foi com o esforço da equipa do Dr. Rui Guerra — eu estava em Londres, nessa altura até estava a viajar, tive o privilégio de estar fora nesse dia — que se conseguiu uma abertura total da parte do BNA para que se fizesse a auditoria.

Portanto, o que é que eu resumo do impacto de Angola para a discussão?! Como nós — nós, o BES —, só tínhamos 55%, os 55% têm um impacto de 180 milhões de prejuízos, que resultam, primeiro, numa

anulação de juros, porque quem interpretou disse que a garantia não cobria os juros, embora, no meu tempo, estivessem todos provisionados por uma questão de dúvida, e, depois, em provisões que eu desconheço, pois não sei se resultam de uma antecipação do exercício do AQR (*asset quality review*) ou se de um esforço tão grande que deixou de haver limitação de âmbito e passou-se a «agora, vamos lá fazer todas as provisões da KPMG Angola».

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — E concorda que é a perda de garantia que explica que tenham sido injetados 4900 milhões, que é, no fundo, três vezes mais do que os 1500 milhões que justificaram a Resolução?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Aqui já falo como cidadão e, portanto, já não como ex-administrador do BES.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas porquê?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — É só porque estou a fazer um juízo de valor de uma pessoa que não está informada completamente, por isso estou mesmo a fazer um juízo de valor.

Se a senhora disser «Estão aqui os papéis, leia-os e interprete-os», há duas considerações a fazer. A primeira, que já deixei subjacente, tem a ver com o facto de que havia um problema de liquidez. Pergunto: se o capital do Banco se tivesse mantido a 7%, quanto mais tempo o BES aguentaria na ELA? Isto porque há um problema, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que a ELA (a *emergency liquidity assistance*) tem um critério: um banco, para conseguir 10 € de empréstimo, tem de imobilizar 100 € de ativos. Não sei se me estou

a fazer entender. Ou seja, o *haircut* normal, o desconto que fazem, é de 90%. O que é que isto quer dizer?

Não sei qual era o nível de oneração que o Banco Espírito Santo... E aqui é quase o Banco Espírito Santo individual, porque o BCE não aceita um ativo de Angola, não aceita obrigações do Brasil, e, portanto, é praticamente universo português. É um balanço do que praticamente é hoje o balanço do Novo Banco, que tem menos de 10 biliões, à vontade.

Ora bem, se por cada 1000 tinha de meter 10 000 de ativos, faça as contas. Eu não sei, mas, como mero leitor de jornais, a primeira consideração que faço é a seguinte: era, ou não, preciso resgatar a linha da ELA? A segunda consideração é aquela que refere, ou seja, se já sabíamos que a garantia caía, provavelmente iria haver mais capital.

Mas também lhe digo uma coisa — e é outra vez especulação jornalística do Morais Pires —, que é a seguinte: quando o BES apresenta as contas, o que é que acontece? A situação líquida do BES, depois do rombo dos prejuízos, ficou, de acordo com a KPMG, com capitais próprios atribuíveis a acionistas de 3700 milhões, mas ficou com obrigações subordinadas em cerca de 1000 milhões, dos quais 750 tinham sido emitidos, acho que há um ano, ao abrigo daquilo que se chama Basileia III, a CRD IV (Capital Requirements Directive), o que significa que são utilizáveis para absorção de prejuízos. Portanto, a situação, o *buffer* de capital é 4 biliões.

Agora, o que é que foi feito desses 4 biliões? Já ouvi uma especulação no sentido de que teria sido feito um *write-off* dos 3 biliões e posto a zero no Novo Banco, que, depois, negociou o desconto. Eu não sei, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei! Ainda não tive oportunidade de ler, com olhos de ver, o balanço do Novo Banco, só vi a imprensa, mas terei muito gosto em analisá-lo para perceber, quanto mais não seja como um curioso da matéria.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Nós já fizemos esta pergunta ao Dr. Ricardo Salgado e vamos repeti-la.

Acha que a eliminação da exposição do BES ao GES, determinada pelo Banco de Portugal, era uma sentença de morte para as outras empresas não financeiras do Grupo?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a exposição, e volto ao relatório... O Dr. Pedro Nuno Santos concluiu, já todos concluimos, que o Dr. Ricardo deveria ter saído mais cedo, porque ele nunca podia ser o responsável pela blindagem do BES. Mas eu pensei que tinha o mesmo tempo concluído...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, não! Não estou a falar disso! Mas ao mesmo tempo,...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — A nossa pergunta não pressupunha nenhuma indicação de alternativa.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu sei, mas não é aí que eu quero chegar, pensei que tivessem concluído outra coisa.

Mas o BES já era exposto ao GES em 4000 milhões, num total de 6000 milhões, quer por via do retalho, quer por via dos institucionais, sem falar na direta, que não era muito grande. Se o BES já estava indiretamente exposto — eu, agora, tenho de ser «irrigoroso», porque teria de ir aos

números, mas é ver as contas... Se os senhores calcularem a exposição, direta e indireta, o BES tinha cerca de 4 biliões, porque tinha 2 biliões nos institucionais, acho eu, e tinha mais outro tanto... Estou a falar do início da crise, quando o Sr. Doutor disse: «Em setembro, se isto tivesse acontecido, ainda se salvaria»!

Primeira questão, seria sempre, mesmo para um gestor normal, um exercício difícil. Porquê? Porque há uma questão que é importante. Normalmente, nós falamos de capital e falamos de liquidez. Se fosse interrompido o ciclo de financiamento do Grupo, que pressupunha a interrupção... Para blindar o Banco, havia duas maneiras, ou se recapitalizava a ESI, que tinha o tal buraco de 2 biliões, ou não sei quê, e deste modo entra capital e podia continuar a ser financiada, ou alguém tinha de assumir o *roll over* da dívida, porque senão rebentaria.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Então, a resposta à pergunta é...?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A resposta é: deveria ter sido encontrada uma solução de não suspender o ciclo de refinanciamento ao Grupo mais cedo e, provavelmente, pedir a peritos que tratassem disso, porque senão seria sempre complicado. Não é só uma questão de destruir as empresas deles, havia uma segunda alínea.

Mesmo um perito, como é que vai fazer se interromper? Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada comprar um papel comercial a seis meses... Eu ouvi dizer aqui que «Quando se descobriu o buraco dos 2 biliões, eu chegava ao pé dos clientes e dizia ‘agora transforma-se isto em cinco anos e vamos pagando’»! Ouvi esta tese.

Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada chegar ao seu banco, comprar um papel comercial, tem lá as contas com os *ratings* e tudo, faz uma aplicação a seis meses, é um *double B*, taxa de incumprimento de 1%, e vêm com essa conversa, o que é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada vai fazer? Provavelmente, irá dizer: «Bom, eu vou perder os 40% aqui, mas vou tirar do Banco os meus depósitos. Por que é que hei de ficar cinco anos?!»

Portanto, havia duas questões a considerar: a primeira, quem deve executar a tarefa; a segunda, não pode ser interrompido o ciclo de refinanciamento. É normal! Esta é a minha leitura.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Portanto, teria de haver uma alteração substancial na equipa de gestão para se poder concretizar a estratégia imposta pelo Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — E com perícia. Mas também não poderia haver a ideia de «façam um *deleverage* de 2 biliões em seis meses»!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Então, o Sr. Doutor não considera que a sua indicação para substituir o Dr. Ricardo Salgado não correspondia a uma estratégia de continuidade, uma vez que acompanhou o processo, que já estava no Banco há tantos anos e que já estava também há tantos anos na sua gestão?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Primeiro, toda a vida fui um profissional leal. Cheguei a subdiretor do Banco, ainda o Banco era nacionalizado e liderado pelo Dr. Vaz Pinto.

Segundo, há uma percepção na opinião pública de que eu era o braço direito, o braço esquerdo... O que nem me honra, nem me desonra. Não era um objetivo meu.

Não havia uma questão de continuidade, eu tinha plena consciência das tarefas que tinha pela frente. Agora, nunca tive nenhuma conversa com o Sr. Governador, e, como eu disse, fiz fé no Dr. Ricardo. Foi-me pedido para tentar dar continuidade e eu, de boa-fé, uma vez que tinha andado a fazer o *roadshow* do aumento de capital, tinha expectativa em duas coisas: primeiro, haver continuidade de financiamento. Há uma ata, penso que de maio, em que todos os colegas do conselho de administração, relativamente à Rioforte, referem «temos de dizer ao Banco de Portugal que o ciclo de financiamento não pode ser suspenso». E, como o Dr. Ricardo tinha a expectativa de fazer um aumento de capital — e tomei conhecimento disto porque esse assunto foi apresentado na comissão executiva — de um fundo em que entravam 700 milhões para a Rioforte, durante algum tempo, e até ao fim, tive a convicção de que haveria o bom senso de que isso pudesse não vir a acontecer. Porque, subitamente, aconteceram duas coisas: a interrupção do ciclo de refinanciamento e um processo sucessório atabalhado.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, fui até um pouco vítima das circunstâncias, porque, humanamente, não é fácil lidar com certas situações, mas pediram-me no dia 18 de junho para tomar conta do BES e para assumir funções no dia 20, e eu, como tinha estado no *roadshow*, em consciência... Se for ver, todas as informações dos investidores internacionais, que me conheciam, achavam normal. Hoje, fiquei a perceber que as conversas com o Dr. Ricardo não eram bem assim. E, como eu não tive nenhuma conversa com o Sr. Governador, não vou entrar nisso. Agora, dizer: o Dr. Morais Pires podia fazer, ou não podia fazer isso assim...!



A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, essa é uma matéria que também iremos esclarecer, com certeza, porque há uma afirmação, há um desmentido e há agora um contradesmentido, enfim... Talvez um dia destes a Comissão Parlamentar de Inquérito possa ser esclarecida relativamente a essa matéria.

O Sr. Doutor já respondeu a algumas questões que eu ainda não lhe tinha colocado, e ainda bem, porque assim não gasto do meu tempo.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires** referiu a questão do aumento de capital e, na sua intervenção inicial, disse que no dia 11 de julho até ditou para a ata o alerta para a gravidade da situação do BES, dizendo que não concordava com as manifestações públicas de autoridades portuguesas no conforto que davam à população, relativamente à situação do BES.

Pergunto: como é que justifica que o Sr. Presidente da República, 10 dias depois desta data, no dia 21 de julho, na primeira declaração que fez após a crise do BES, tenha lembrado as garantias dadas pelo Banco de Portugal acerca do BES e tenha dito que acreditava que, a haver efeitos, viriam das áreas não financeiras do Grupo? Como é que avalia esta afirmação?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, em primeiro lugar, tenho total respeito institucional pelas pessoas, a começar pelos representantes da República, que são os Srs. Deputados, mas não posso comentar, porque não conheço o nível de informação.

Estou é de consciência tranquila e, quando ler com rigor a ata, verificará duas coisas, que alertei os meus colegas, que ficaram encarregues de tomar diligências, e que a cópia da ata foi dirigida ao Banco de Portugal. Não sei mais nada. E, curiosamente, a minha vida mudou naquele dia.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Portanto, o Banco de Portugal, nesta data, já não tinha condições para transmitir esta informação?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Se ler a ata, tinha. Se tivessem lido a ata...! Agora, não sei... Só se a ata se extraviou! A Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando ler a ata, vai ver!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, por que é que o BES não quis recorrer à recapitalização pública com recurso ao empréstimo da troica?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — É uma boa questão. E não faço insinuações, porque, no ano de 2008...

Sr.<sup>a</sup> Deputada, no BES tenho a convicção de que os administradores executivos, todos, não tinham qualquer noção de que houvesse desequilíbrios da magnitude dos que são referidos, aparentemente até domináveis, em 2008 e 2009, a menos que os administradores comuns pudessem ter.

Por outro lado, penso que, quando houve a linha de recapitalização — e aí conheço razoavelmente a questão —, isso resultou de um exercício feito pela EBA (European Banking Authority) em relação à exposição dos bancos às carteiras da dívida pública, nomeadamente a exposição aos países periféricos. E resulta que o Banco Espírito Santo, nessa altura, o máximo de capital que tinha era cerca de 100 milhões de euros de menos-valias potenciais. Portanto, o Banco Espírito Santo não tinha nenhuma legitimidade para pedir apoio na linha de recapitalização. Isto, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o BES, através das operações de gestão de passivos, decidiu, perante investidores internacionais, recomprar ações preferenciais que estavam muito sob *stress* por causa da crise dos países periféricos e foi reconstruindo o capital todo.

Portanto, o BES, individualmente, não tinha necessidade, nem tinha sequer justificação para o fazer. Porquê? Porque não tinha menos-valias. E é com base nisso que, em 2012, faz um aumento de capital. Porquê? Porque os investidores internacionais diziam: «Como não tens de tapar um problema na carteira de títulos da dívida pública, podes fazer!».

Portanto, este é o único julgamento que posso fazer.

Se teria sido melhor recapitalizar, se não teria, não posso dizer. E acredito que todos os administradores não comuns da ESI ou do Grupo e do BES tivessem a mesma posição que eu estou aqui a ter. Portanto, como não sabiam, não podiam nunca imaginar se seria melhor ou pior para o Banco. Mais, achava que até era benéfico evitar a utilização do erário público naquelas circunstâncias, no BES não havia justificação.

Pode dizer-me: mas com a ESI havia. Mas mesmo que houvesse na ESI, viu-se que, agora, o Estado nunca iria injetar dinheiro no BES para tapar a ESI.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Isso chegou a ser proposto ao Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Em alguma reunião do conselho de administração da comissão executiva a que eu tenha assistido, foi debatida essa questão. Como referi, nunca fui responsável pelas relações institucionais com o Banco de Portugal; o responsável era o Sr. Presidente

da comissão executiva. Portanto, nunca assisti a nenhuma reunião em que isso tivesse sido abordado.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — No entanto, foi aqui afirmado noutra audição que houve uma abordagem no sentido de pedir o apoio do Governo para o GES (não para o BES mas para o GES) e que seria na ordem de 2500 milhões de euros. Tem conhecimento disto?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que sei é aquilo que o Dr. Ricardo já afirmou e que acredito que tenha acontecido. Não sei o montante, porque o número que me está a dar é o número aparentemente da diferença... Não sei o número. Está a dizer-me que são 2500 milhões de euros, mas podiam ser 4...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não fui eu que disse! Foi o Dr. Ricardo Salgado que referiu este valor.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Então, não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Aliás, nós nestas perguntas — e julgo que isso é comum a todos nós — não estamos a emitir os nossos juízos de valor, nem os nossos pareceres. Estamos a fazer perguntas objetivas e que valem pelo seu valor facial.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Ouvi dizer que fez contactos, comentou que fez contactos, mas não sei o montante. E a única associação que estou a fazer é aquela, mas não sabia o montante.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas, em concreto, qual seria a estratégia que o Sr. Doutor defenderia que tivesse sido aplicada ao BES, não só para cumprir aquelas que eram as orientações do Banco de Portugal como outras que o Sr. Doutor entendesse que deveriam ser executadas?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, podia responder-lhe de um modo rápido, dizendo que eu já lá não estava e que os acontecimentos se precipitaram de tal maneira... E nem quero julgar ninguém e dizer se a Resolução foi boa ou má. Eu tinha esperança e acho que o BES poderia ter sobrevivido — esta é uma convicção firme. Acho que, entre o dia 3 e o dia 30, poder-se-ia ter feito mais para recapitalizar o Banco. Acho que o Fundo de Resolução, como está estruturado, expõe indiretamente os contribuintes a uma comissão pessoal. Portanto, acho que teria sido preferível uma recapitalização direta.

Agora, o que faria o Amílcar Moraes Pires, se fosse o presidente da comissão executiva? Pelos vistos, não era, porque nunca teria o apoio do Sr. Governador, mas também nunca se colocou essa questão, pelo que nunca se passaria isso. E também fiquei a saber, pelas declarações do Dr. Ricardo, que, afinal, um outro colega meu é que era o preferido. Também fiquei a saber isso. Portanto, prefiro não comentar o que é que eu faria se fosse, porque nunca fui.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Peço desculpa pela insistência, mas já foi aqui referido que, no fundo, a culpa do desfecho do processo relativamente ao BES é exterior ao BES, porque haveria alternativas que não houve possibilidade de executar ainda dentro do Grupo BES.

Portanto, gostaríamos de saber quais eram essas alternativas. É que é referido que existiam alternativas, mas, na realidade, não nos é dito quais são essas alternativas.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A primeira alternativa que referi é que devia ter sido aceite — e o próprio conselho de administração deveria ter aprovado logo — que a Blackstone interviesse.

Portanto, em primeiro lugar, deveria ter havido de várias partes uma preocupação de reconhecer, desde o início, que uma das equações é que não podia haver a interrupção do ciclo de refinanciamento. Como? Não está dito. Como? Não podia haver. E não é fácil, a não ser pelo próprio Banco que era o que tinha mais meios de confiança. Não sei se os empréstimos da Caixa seriam...

Em segundo lugar, devia ser prosseguido o trabalho de reviravolta no BESA, que tinha de ser e estava a ser completado, porque era um dos motores de desenvolvimento, e estávamos em fase adiantada.

E tenho a firme convicção de que o Governo angolano ia continuar a apoiar o BESA — e esta garantia (o Sr. Dr. Ricardo já o disse, mas sou testemunha disso) foi dada num contexto em que o Sr. Presidente da República de Angola tinha dito publicamente que Portugal tinha deixado de ser o parceiro estratégico privilegiado de Angola. Portanto, sabendo nós que estão mais de 150 000 portugueses a trabalhar em Angola, acho que muitas vezes devíamos ter isso em consideração quanto a esse aspeto.

Em terceiro lugar, devia ter sido feito um processo gradual, mas com rigor, de alienação das participações do Grupo Espírito Santo, como agora se está a fazer. A Tranquilidade deveria ter sido dado mais tempo para vender, para não se ter perdido tanto dinheiro. A Espírito Santo Saúde seguia o seu caminho. E deixar-se fazer o aumento de capital da Rioforte,

onde investidores venezuelanos estavam comprometidos — e acredito, porque vi isso escrito no papel, porque caso contrário não acreditava — com 700 milhões de euros.

Isto significaria que, ao mesmo tempo, o Grupo Espírito Santo iria diluir a sua posição económica no Banco gradualmente, mas o Banco não desaparecia. Era este o critério.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, é incontornável: o buraco dos 2400 milhões de euros estava lá. De que maneira lá se chegou, é indiferente, estava lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não é indiferente!

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Exatamente!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — É indiferente no sentido de que estava lá. Não faço juízos de valor, estava lá! Portanto, tinha de ser suprido: ou com uma injeção de capital de alguém naquele dia; ou, então, dando tempo para se fazer a desalavancagem gradual, que é vender os ativos, o que acabaria praticamente por diluir completamente a posição...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não é indiferente, porque milhares de pessoas saíram prejudicadas desse processo e, com certeza, muitos mais efeitos colaterais ainda estarão para vir, até porque estamos a falar da PT, etc. Mas percebo exatamente qual é...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu também era acionista!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Eu não! Mas percebo exatamente o que o Sr. Doutor estava a dizer.

Agora, quero fazer outra pergunta, relacionada com o seguinte: no dia 29 de julho (e sei que já não estava lá), o Sr. Governador do Banco de Portugal deu dois dias ao Dr. Vítor Bento para apresentar um plano de recapitalização privado. Acha que isto é um prazo exequível? Ou isto é uma proposta meramente pró-forma?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não é exequível.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Só para finalizar (mas ainda temos mais rondas, em que poderão surgir mais perguntas), gostaria de saber também a sua opinião, como responsável da área financeira durante todo o período crítico, sobre qual é o período que considera mais crítico para todo este processo, ou seja, o que é mais determinante para o desfecho. Se é desde 2008, o momento a partir do qual é apontada a existência de contabilidade virtual; se é em setembro de 2013, quando o Banco de Portugal tomou conhecimento das irregularidades graves e de todo o procedimento que se seguiu; ou, em julho de 2014, quando o Banco de Portugal determina o afastamento da administração do BES.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Deputada,...

*Risos.*

Desculpe, agora, era uma ironia, não leve a mal.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Eu não, até acho engraçado.

*Risos.*



O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Mas, como pode levar a mal, de qualquer maneira, peço desculpa por este meu tom brejeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Paula Vitorino** (PS): — Levarei a mal é se o Sr. Doutor não responder àquilo que lhe perguntamos. Isso é que levaremos a mal.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Quanto ao período que é mais crítico, não posso responder sobre 2008, porque, sinceramente, tanto eu como, acredito, a maioria dos meus colegas tínhamos completo desconhecimento da situação. O primeiro momento crítico, em que uns reagiram violentamente (e já sabemos como) e outros decepcionados com a situação, acho que foi setembro de 2013 — esse é o momento crítico. E acho que a maioria dos administradores, executivos e não executivos, tentaram, até à última, procurar preservar a situação, sabendo que provavelmente o GES iria ter danos grandes, mas preservava-se o Banco — repito, até à última —, e havia também representantes franceses.

Depois, a seguir ao aumento de capital, há uma coisa que ouvi dizer, e até aqui ouvi comentar isso e até por pessoas que são especializadas em questões jurídicas: que o aumento de capital tem lá todos os fatores de risco e até prevê a mudança da administração.

O Sr. **João Galamba** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, mas prevê a destituição da administração.

Mas há uma coisa que em mercados se diz: se havia uma ideia premeditada de decapitar a administração três dias após a liquidação do aumento de capital, devia estar no prospeto, porque não é indiferente. Uma coisa é dizer-se assim... E normalmente nos mercados chama-se três meses... Falei aqui de *due diligence* estratégica e legal. A estratégica é assim: «quais são os factos relevantes que o Sr. Administrador prevê para os próximos meses?» Por exemplo: «vai comprar algum banco em Espanha?» E eu tenho de dizer: «Prevejo comprar um banco em Espanha, não prevejo... Vai acontecer!». Agora, se está prevista a destituição da administração, então, tenho de dizer o quê? Tenho de avisar os investidores!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, desde que eu obtenha respostas, pode tratar-me como entender, desde que seja com simpatia e algum respeito.

Começo por cumprimentar o Dr. Morais Pires e por pedir não a sua opinião, que creio já ter, mas uma quantificação.

O anúncio de saída do Dr. Ricardo Salgado é do dia 20 de junho de 2014, quando, aliás, o Sr. Doutor foi anunciado como o seu sucessor. Já havia, então, notícias de que o Dr. Ricardo Salgado iria sair há algum tempo. No dia 4 de julho de 2014 é anunciado que o Presidente do Banco será o Dr. Vítor Bento e, no dia 13 de julho, há a tomada de posse do Dr. Vítor Bento.

Portanto, desde o anúncio formal de que ia haver uma modificação no Banco até ao momento da tomada de posse de um novo conselho de administração passam-se, salvo erro, 23 dias. São 23 dias bastante atribulados, do ponto de vista da comunicação social, sobretudo os 14 primeiros.

Pergunto-lhe se pode quantificar a perda de depósitos e a perda de valor para o Banco. O que é que isto significou para o Banco?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a parte significativa da perda de depósitos, curiosamente, acontece depois do dia 11.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Consegue quantificar?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Vou tentar. Posso não ser rigoroso, porque são contas de cabeça.

A indicação que tenho é a de que o Banco — e estas contas não são rigorosas — pode ter perdido 6,8 milhões de depósitos até 30 de junho, de 30 de junho a 28 de julho, dos quais 5,8 entre 10 e 28. Não consigo, depois, fazer contas até mais... Depois há a Resolução... Ou seja, o Banco tinha perdido cerca de 1 bilião até ao dia 11 e, depois, do dia 11 em diante, quando se dá a cooptação, perde cerca de 5,8. É a minha estimativa.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Durante este período de troca de administrações, quem é que mandava no Banco? Era ainda o presidente do conselho de administração em exercício?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, no dia em que deixei de se indigitado, comuniquei aos meus colegas que não podia ter mais o estatuto de CFO. E ficou lavrado em ata que a ligação às autoridades... As únicas ligações que eu tinha era atender os telefonemas da Reserva Federal em Nova Iorque, por causa da sucursal, e, eventualmente, a de Londres, e as autoridades já estavam preocupadas com o ruído. Porquê? Qual é o principal indicador? Quando as ações de um Banco começam a cair 10% e os *spreads* de crédito começam a subir 10% num dia, eles ficam muito preocupados. Como o Banco tinha uma base de *funding* em dólares grande, também por causa da sua expressão internacional, tinha muitos depósitos na sucursal de Nova Iorque. Por isso, atendi o telefone.

Mas quem mandava, e mandou, até à semana, era o presidente em exercício.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Era o Dr. Ricardo salgado?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Presumo que sim!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em relação às determinações conhecidas como *ring-fencing*, ou blindagem, os senhores cumpriram, ou não, aquilo que o Banco de Portugal tinha determinado?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, ainda bem que coloca essa questão.

Já expliquei aqui que havia dois conceitos de blindagem. O primeiro, que eu conheço, era o de blindagem do grupo financeiro, face ao grupo não financeiro. Estas foram as emanações todas que vi sempre determinadas, e

acho que o Banco cumpriu. A que é que se chama «cumprir»? Como a cabeça do grupo era a Espírito Santo Financial Group, então, os elementos que foram disponibilizados há pouco, daquelas reduções à ESI, ao GES, foram, na realidade, exposições.

Outra questão é a exposição eventual do BES ao Financial Group, que era a cabeça do grupo, tendo havido um aumento. Mas esta estava dentro do perímetro.

Eu só vi referenciada blindagem do BES no final do ciclo, mas posso estar errado, tanto mais que a entidade de supervisão era a Espírito Santo Financial Group. Perante a troica, a entidade supervisionada era a Espírito Santo Financial Group e não o BES. Portanto, empréstimos do BES à Espírito Santo Financial não estavam a ferir o princípio da blindagem face à área não financeira. Não sei se respondi.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Respondeu. Mas há bocado estávamos a falar da exposição direta e indireta. Falou da exposição indireta e já lá irei.

Mas a verdade é que a exposição direta do BES ao GES em 31 de dezembro de 2013, era de 701,2 milhões de euros e, a 30 de junho de 2014, era de 1571,8 milhões de euros, portanto, mais do que duplicou.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, é isso que estou a tentar explicar-lhe.

Disso, o que é a maior parte? A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem o quadro...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É a página 6 do relatório, suponho eu.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, na página 6 diz-se que a exposição do Rioforte e subsidiárias passou de 101 para 270. Vê-se a saúde, mas vê-se que era operacional e autónoma, e há realmente Rioforte.

Aqui, nas atas, o Dr. Joaquim Góis informou previamente o Dr. Luís Costa Ferreira e obteve o assentimento verbal para poder fazer e, depois, até, no relatório final, refere que até conseguiu reduzir.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Quem é o Dr. Luís Costa Ferreira?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — O Dr. Luís Costa Ferreira era o diretor da supervisão bancária.

Depois, em «Diversos», parece que se mantém constante, onde vem a Escom, a Opway Construções. Aonde é que há um aumento significativo, que passa de 300 para 900? É precisamente na Espírito Santo Financial Group e subsidiárias, que estavam dentro do perímetro de consolidação da área financeira.

Portanto, o BES ao expor-se à Finantial, a meu ver, e até finais de junho, até quebrar a supervisão, estava a fazer um empréstimo entre uma filial e a casa-mãe e, portanto, não estava a não cumprir com as regras. Portanto, esta era a leitura que se fazia, mas se a Sr.<sup>a</sup> Deputada tiver outra...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Percebo, mas essa era a sua leitura. Pergunto que leitura fazia o Banco de Portugal destas operações.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, então vamos esclarecer até o procedimento que o Banco tem. O Banco criou uma

comissão de controlo de transações com partes relacionadas, e tem aí a informação quem eram os membros, todos da área risco.

Este aumento de exposição foi aprovado pelo conselho de administração, com o voto de não oposição deste comité, e foi solicitado à contraparte/Espírito Santo Financial Group, pelo conselho de administração do Banco, que a viesse a reduzir, até final de junho, para cerca de 400 milhões e que fossem dadas garantias, nomeadamente em ações da Euronext, que poderiam ser as ações do próprio BES. Este foi o princípio.

Ou seja, estas transações foram aprovadas pelo órgão competente máximo do Banco, o conselho de administração, passaram pelo comité de partes relacionadas, que tinha de dar uma voto de não oposição à transação, para se concluírem.

Portanto, hoje, que leio o relatório, penso que 80% desta exposição foi nesse contexto.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O Banco de Portugal sabia, ou não, de todas estas operações?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o representante para os contactos com o Banco de Portugal era o Dr. Joaquim Góis, que ia lá frequentemente, e penso que o seu interlocutor principal era o Dr. Luís Costa Ferreira.

Há uma ata da comissão executiva em que eu, e outras pessoas, questiono o próprio Sr. Marc Oppenheim, que é do Crédit Agricole, ou o seu representante: Mas a coisa está sancionada?». E a resposta foi: «Temos autorização verbal e está informado!» Portanto, isto era o que era.

Sei que é um trabalho incalculável ler as atas todas, porque são muitas, mas as coisas eram assim.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O trabalho não faz mal, o problema é a falta de tempo, e elas chegaram há pouco tempo. Se tivessem chegado há mais tempo, não haveria nenhum problema com isso.

Passemos à exposição indireta.

Já nos explicou que a ESAF nunca foi o seu pelouro, a propósito do Fundo Espírito Santo Liquidez. Mas sabemos que, a partir de determinada altura, em 2013, a CMVM manda que este fundo reduza a sua exposição ao GES.

Pergunto: como é que foi cumprida esta determinação?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Em primeiro lugar, como resulta do relatório, o Banco começou a colocar papel comercial, aprovado no comité ALCO, junto dos clientes, agora baseado na premissa que há pouco referi: notação de *rating*. Penso que o Banco estava a rever o *rating*, em 2013, com dados mais atualizados, e só suspendeu, porque, quando descobriu o ETRICC, as coisas pararam todas.

Em resumo, obviamente, o Espírito Santo Liquidez conseguiu cumprir porque, como houve colocação de papel comercial, através de subscrição, o fundo foi reduzindo a sua exposição gradualmente. Mas não sei, depois, qual foi a alocação de ativos que fez, se reduziu o fundo, se comprou títulos de dívida pública, ou não. O Banco passou a ver subscrito papel comercial da ESI/Rioforte junto dos clientes diretamente, com o procedimento administrativo do BESI, com a aprovação do ALCO e com os prospetos e fichas técnicas das contas que referi e que os senhores sabem.



A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Parece encontrar-se aqui um padrão. Repare: a CMVM manda reduzir a exposição deste fundo, de que tinham participações os clientes do Banco, e, de facto, a exposição é reduzida, mas os clientes passam a ter diretamente dívida do Grupo, o que, do ponto de vista deles, fez com que ficassem mais ou menos na mesma situação.

Depois, e já falou nisto, a verdade é que, neste último semestre, os clientes a retalho veem reduzida a sua exposição num montante significativo, mas, curiosamente, é mais ou menos o montante que é apontado como encargo da tal operação triangular de obrigações, que — pasme-se! — também ficam na mão de clientes do BES.

Pergunto, sucintamente: esta dívida — que, aliás, já contabilizou em cerca de 2400 milhões de euros — não era sempre a mesma? Com determinações do Banco de Portugal, ou sem elas, ela andou de um lado para o outro, mas acabou por ser sempre a mesma, tendo até crescido nos últimos tempos.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, primeiro, não consigo fazer as contas que faz, porque sei que, simultaneamente, o Grupo estava a fazer um esforço de vendas; segundo, já referi que não vou comentar as ditas operações, com autorização dos Srs. Deputados, pois estão sob segredo de justiça; terceiro, a sua questão é a passagem do Espírito Santo Liquidez para a colocação de papel comercial.

A CMVM não mandou reduzir. A CMVM transpôs para o ordenamento jurídico português uma norma de uma forma mais restritiva, e a ESAF, que tinha autonomia para o fazer, fê-lo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a questão essencial é esta: de boa-fé, se o *rating* do Espírito Santo International fosse BB e com uma probabilidade de

incumprimento de 1%, qualquer cidadão compraria aquele título. Portanto, que eu saiba, não houve nenhuma ordem da CMVM para reduzir. A CMVM limitou-se ou, melhor, decidiu transpor o normativo europeu para o português e a ESAF limitou-se a cumprir o acomodamento disso.

Quanto ao Banco, continuou a achar que não havia reserva nenhuma em continuar a distribuir o papel, e fê-lo de forma transparente. Mais: o Banco de Portugal, penso eu, está sempre informado desta exposição, ela não está oculta!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Está a dizer-me que o Banco de Portugal, quando mandou diminuir a exposição, por exemplo, dos clientes do BES ao GES, estava ao corrente de que, ao mesmo tempo, havia clientes que estavam a comprar as obrigações do BES, as tais obrigações de que não pode falar porque estão sob o segredo de justiça?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Isso não sei. Mas elas eram públicas, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Eu distingi as frases. A Sr.<sup>a</sup> Deputada fez-me três perguntas, uma das quais sobre a passagem do Espírito Santo Liquidez para a colocação de papel comercial. Depois, concluiu por si que o dinheiro era sempre o mesmo e fez uma associação. Mas foi a Sr.<sup>a</sup> Deputada que concluiu, não fui eu. Eu disse-lhe mesmo que esses assuntos estão em segredo de justiça e, portanto, não posso esclarecê-los.

Penso que respondi objetivamente à primeira pergunta e também disse objetivamente que sei que o Grupo estava a vender alguns ativos. Mas não sei somar «1+1=3», como a Sr.<sup>a</sup> Deputada concluiu.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sabe, por acaso, se o BES fez um empréstimo ao Espírito Santo Bank Panama, que, por sua vez, fez um empréstimo à ESI, comprando dívida da ESI?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não sei. Sei desta exposição que está a dizer e que foi aprovada no conselho de administração. Ou seja, sei desta que referi do BES ao Espírito Santo Financial Group.

O que o BES Panama fez com o dinheiro, não sei.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Repare uma coisa: era CFO de um Banco, esse Banco estava a viver situações difíceis, o Banco de Portugal estava extraordinariamente preocupado e fez algumas determinações — se eram sensatas, ou não, logo averiguaremos, mas fez! —, não eram propriamente conselhos, eram determinações. Como tal, eu acharia normal que o CFO estivesse preocupado em perceber se essas determinações estavam a ser cumpridas, ou se, pelo contrário, havia vários, não direi esquemas, instrumentos ou até se havia várias formas jurídicas de fazer exatamente o contrário do que o Banco de Portugal estava a dizer, sem que isso fosse evidente, ou óbvio.

Só quero perceber se isto aconteceu, porque acho que há alguns indícios de que possa ter acontecido.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu disse-lhe que toda a exposição, ou aumento de exposição, feita do Banco Espírito Santo à Espírito Santo Financial Group e filiais teve o procedimento seguinte: passou pelo comité de partes relacionadas — a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe quem são os membros —, foi aprovada pelo conselho e foi pedido a redução.

O CFO é 1 em 25! O CFO poderia ter tido a clarividência de levantar objeções e poderia ter imaginado que o dinheiro não era para substituir necessidades financeiras mas para emprestar mais à ESI. Poderia ter feito isso tudo, mas o certo é que eram 25 pessoas à volta de uma mesa! Mais: havia pessoas do comité de não oposição, do risco, independente, havia o presidente da comissão de auditoria — estou a falar da exposição direta do BES ao Espírito Santo Financial\_Group, não estou a falar de coisas que não posso comentar —, e todas essas pessoas tiveram a mesma visão e, como já lhe disse, o CFO terá sempre um vigésimo da sua responsabilidade, e tem com certeza.

Mas, como é que posso adivinhar, à partida, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que aquelas necessidades não são para suprir cortes de linhas que podiam estar a ter e são para expandir o ativo? Essa função até deveria ser de risco.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Embora já tenha dito que está em segredo de justiça, tenho de fazer uma pergunta. Como é mencionado numa ata que o departamento terá dado esta informação do tal mecanismo triangular, chamemos-lhe assim, relacionado com a Eurofin, pergunto: sabe se há alguma prova documental de que este dinheiro tenha ido para clientes do BES que tinham dívida no GES?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não posso responder.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pode dizer se sabe quem é Alexandre Cadosch e há quanto tempo é que ele tinha relações comerciais com o BES?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — É uma pergunta dentro do mesmo contexto.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos, então, falar do BESA. Analisando a ata n.º 307, da qual já falou, há uma questão, em relação ao BESA, que eu gostava que explicasse.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Qual é a ata?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A ata é de dia 11 de julho.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Certo!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Na ata pode ler-se o seguinte: «Soube-se recentemente que o FMI questionou as autoridades angolanas pedindo uma confirmação da validade da garantia prestada ao BESA, o que poderá ser um elemento adicional para a credibilidade da mesma perante os mercados».

Gostava de perceber a que propósito é que houve esta intervenção do FMI junto das autoridades angolanas acerca da garantia.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como referi, soube-se por notícias, não tive nenhum contacto especial.

Mas também sei que, no âmbito das funções do FMI, o FMI tem relações com todos os bancos centrais e analisa até planos de sustentabilidade dos sistemas financeiros das unidades. Mais: posso até referir que, em 2012, quando comecei a tomar conhecimento e responsabilidade internacional, tivemos contactos com o FMI, na altura da

troica, para tentar averiguar quais eram os problemas de liquidez do BES Angola.

Portanto, quando eu disse «soube-se», referia-me a publicamente. Por que é que para mim era importante?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível registar as palavras da oradora.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sabe que a referida ata do dia 3 de outubro foi publicada e, apesar de ela estar na *data room* do aumento de capital, houve pessoas que ficaram preocupadas, porque foi publicada num jornal português. Então, o FMI, ao sancionar ainda mais a situação, eliminou por completo a questão da ata. E é por isso que refiro esse aspeto.

De qualquer maneira, logo a seguir, como pode reparar, referi que não tomei conhecimento de que houvesse algum indício de tentarem...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, refere isso.

Mas o que eu queria perceber, em relação a estas notícias, é o FMI, a que título? Também lhe peço que localize no tempo, porque a expressão «recentemente» é um pouco vaga.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — «Recentemente» significa que era naquela altura mesmo. Deve ter sido durante maio, junho que eu soube disso.

Os contactos formais que tivemos foram de representantes do departamento financeiro e da contabilidade do Banco com a troica, no sentido de averiguar os problemas de liquidez do BES, e foram em finais de 2012.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A minha pergunta foi exatamente porque fala no FMI, mas, nessa altura, a troica já não estava em Portugal. Queria perceber isto. É outro...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Não tem nada a ver com a intervenção em Portugal!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não tem nada a ver, era exatamente por isso.

Bem, já que falamos em garantia, o senhor fez questão de dizer que achava que isso não colocava em dúvida a garantia e falou do efeito — aliás, não foi a primeira pessoa a falar disso — da Resolução na garantia. O Dr. Ricardo Salgado refere que, antes do recente aumento de capital do BES, escreveu uma carta ao Governador do Banco de Portugal a alertar para o potencial impacto no BES e para ventos desfavoráveis na área internacional, como, por exemplo, o risco de uma nacionalização do BESA. E acrescentou que isso seria mais barato para as autoridades angolanas do que o custo máximo da garantia prestada.

Portanto, pergunto se não estávamos já a falar de um risco, no que toca a esta garantia.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Leia mais!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Salientando que os nossos parceiros angolanos são clientes em vários bancos do GES, deu nota de que se tem mantido em contacto com eles, procurando assegurar uma relação estreita e cordial. E tal tem sido possível até ao momento, mas existe risco

de essa relação se poder vir a deteriorar, sobretudo, se não existir a necessária atenção para esse tema por parte da nova equipa executiva do BES, e que a nova equipa executiva do BES tem de seguir este assunto com atenção.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Estava preocupado, provavelmente, que houvesse pessoas expostas ao GES.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sim, mas a minha questão é no sentido de saber o que é que quer dizer «risco de nacionalização do BESA e que seria mais barato para as autoridades angolanas».

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu sou responsável pelas minhas palavras...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Esteve na reunião, mas estas palavras não são suas, não estou a atribuir-lhas.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Eu, que era o responsável pelo pelouro, nessa altura, já tinha contactos directos, quer com as autoridades, quer com os parceiros com quem falava, e nunca tive, até ao dia 11 de julho, nenhuma informação de que a garantia pudesse cair. Nunca! E também não tive nenhuma informação de que o Banco pudesse ser nacionalizado! Nunca! Se o Dr. Ricardo disse isso, contextualizando, que eram clientes do Grupo ou não sei quê, ele é que tem de responder por isso. Eu respondo por mim. Eu, Amílcar Morais Pires, responsável pelo pelouro, tinha contactos permanentes nessa fase quer com o Dr. Rui Guerra, que era



o Presidente da comissão executiva, quer com os sócios angolanos, nunca tive nenhuma indicação e disse-o explicitamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já que falamos em Angola, o Dr. Ricardo referiu-se expressamente a isso, dizendo que teve um papel importante no BESA a partir de uma determinada altura em que terão sido detetados problemas, descrevendo o que se estava a passar — estou a citar de cor — como uma situação pavorosa.

Sei que já lhe perguntaram, aqui, explicitamente o que aconteceu aos fundos que lá estavam e à linha de crédito, mas consegue explicar que problemas existiram em Angola e que soluções é que tentaram implementar? Em Angola, isto é, no BESA, naturalmente.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Já sei que agora vou ficar com o cognome do «faz tudo»!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Neste caso, tenho dificuldade em encontrar alguém que tenha feito alguma coisa e não alguém que tenha feito tudo.

*Risos.*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada é que estava a dizer que eu fico o «faz tudo».

O que estávamos a fazer? Sr.<sup>a</sup> Deputada, a questão da garantia surge na sequência dessa assembleia geral em que são detetados os tais indícios de duas questões, dos potenciais riscos de crédito em incumprimento e das tais irregularidades. Então, é solicitada a garantia, que, na terminologia

internacional, funciona como aquilo que os espanhóis adotaram, o *asset protection scheme*, e foram feitas vendas de bancos em Espanha em que o vendedor entregou uma garantia. A garantia funcionava como uma rede de proteção e, depois, iam ser estudados e recuperados os créditos.

Esse foi o trabalho que foi feito e, simultaneamente, foi dada a possibilidade de o Banco continuar a crescer e a financiar a sua atividade.

Estava previsto um aumento da base de depósitos do Banco, depois de efetuadas todas as auditorias que vieram a ocorrer, e repito, sem qualquer limitação de âmbito — a KPMG e o BNA —, para averiguar se ainda havia mais problemas da carteira de crédito.

Uma vez que — e eu já disse aqui — o BES Angola tinha uma dimensão relevante para o BES, também era importante que, para credibilizar até o sistema financeiro angolano, o exercício de *Asset Quality Review* para o Banco Central Europeu, que a unidade angolana pudesse ter também esse exercício que, em bom rigor, era escrutinar os tais 30% que não estavam na carteira.

Portanto, quando a Sr. Deputada pergunta: o que era o esforço? O esforço era recuperar os créditos e encontrar mecanismos para dar continuidade àquela garantia por mais tempo, ou por sistemas diferentes.

Segundo, havia um plano que conduzia ao reembolso dos 3000 milhões de euros equivalentes, porque aquilo era uma linha em dólares, que era atacar — eu chamo-lhe reviravolta —, ou seja, começar a aumentar a base de depósitos. O BES Angola tinha um plano para aumentar para 100 o número de balcões para captar, também, no retalho e tinha planos para ver se captava como clientes investidores do tipo petrolíferas.

Se esse processo, que é igual ao de Espanha, tivesse sido bem sucedido, então, o BES Angola iria ser outra vez uma unidade estável, autónoma e reembolsar os créditos a Portugal. Mais, eu pensava que, logo

que estivesse concluído este processo de reequilíbrio do BESA, o BESA poderia ser uma das instituições dos mercados emergentes a aceder aos mercados internacionais, porque os sul-africanos poderiam começar a emprestar e assim tentar reembolsar os 3000 milhões de euros de empréstimos.

Portanto, isso era o que estava a ser feito, mas foi interrompido.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, sobre o que aconteceu, li nas notícias. Li que o BNA, depois do dia 11, suscitou um aumento de capital, que o BES recusou, e, depois, o que aconteceu ao Novo Banco. Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei, não estava presente e nunca mais falei com ninguém.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu não estava a perguntar dessa altura, eu estava a perguntar o que encontrou quando se dedicou mais ao BESA, creio que em 2012.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sobre o que encontrei, devo dizer que, primeiro, entre maio de 2012 e junho de 2013, estive todo o tempo a tentar pôr um novo *governance*, e tem aí as datas contextualizadas.

Segundo, para mim, era muito importante que o presidente do conselho de administração fosse uma pessoa prestigiada em Angola para recuperar a notoriedade da marca em Angola e de todo esse trabalho anteriormente feito.

Depois, decidi fazer um escrutínio, porque, embora tivesse perfeitamente identificado que era inaceitável o desequilíbrio na liquidez, crédito sobre depósitos, não tinha ainda um escrutínio total sobre a carteira de crédito e, mais, tinha relatórios da KPMG que me diziam que tinham limitações de âmbito, embora estivesse tudo bem.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, parece-me razoável fazermos um intervalo de meia hora, pelo que às 22 horas e 10 minutos recomeçamos.

Está interrompida a reunião.

*Eram 21 horas e 38 minutos.*

Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*Eram 22 horas e 16 minutos.*

Entramos, agora, na segunda ronda de perguntas, que será de 5 minutos por cada grupo parlamentar, e o Sr. Doutor responderá imediatamente a cada uma das intervenções dos Srs. Deputados.

Para dar início à segunda ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Dr. Morais Pires, sem nos referirmos especificamente a nenhuma empresa, ao longo de quanto tempo é que se realizaram, permita-me que use o termo, esquemas, independentemente de conceder que não o use, circulares de apropriação de mais-valias, partindo da emissão de obrigações do BES? Durante quanto tempo é que isso foi uma prática comum, independentemente de não se referir às empresas que participaram e às plataformas que serviram de intermediários?

Se pudesse, gostaria que se referisse às sociedades *offshore* integradas no BES ou no GES. Sabe dizer-nos quantas eram? Quais os seus

nomes e localizações? Acompanhava-as ou, no universo BES/GES, era outra pessoa a fazê-lo e quem?

Por exemplo, o que fazia a ES Enterprise, que pagava despesa sem registo dos seus destinatários? Quem eram os destinatários? Que pagamentos foram feitos através desta ES Enterprise? Há titulares de cargos políticos nesses pagamentos? Essa sociedade estava, ou não, consolidada no universo BES ou GES? A Savoices, nas Bahamas, recebia dinheiro da ES Enterprise e do BESA. A que se destinava esse dinheiro?

O que nos sabe dizer das três sociedades-veículo sediadas em Jersey, Top Renda, Euro Aforro..., e para que serviam.

As oito sociedades geridas pelo Crédit Suisse e as da rede do circuito turístico das comissões dos submarinos, BES Cayman...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Peço desculpa, Sr. Deputado, isso é uma terceira questão?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, eu sei que tem de ir tomando nota, porque nesta fase são muitas as perguntas...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Essa é a primeira!

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sobre *offshore* BES/GES... Se havia titulares de cargos políticos... Se a Savoices recebia dinheiro...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Exato!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Quero tomar nota de tudo... Top Renda, Euro Aforro e...?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Situadas em Jersey: Top Renda, Euro Aforro, Poupança Investments. A Euro Aforro Investments e a Poupança Plus Investments, para que serviam?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Terceira pergunta.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — As oito sociedades veículo do Crédit Suisse para que serviam?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Quais são as outras sociedades do Crédit Suisse que disse?

O Sr. **Presidente**: — As oito sociedades do Crédit Suisse...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Diga-nos o que sabe sobre elas: o BES Cayman, a Afrexport, das ilhas Virgens Britânicas, a Feltree Investment Fund, das Bahamas, o POBT Bank and Trust, das Bahamas, o KBL Swiss Private Banking e a Newbrook, do Panamá.

Enfim, sobre o conjunto das *offshore*, qual é o seu conhecimento? Quem as acompanhava? Qual era a sua utilidade? Para que servia cada uma delas? É que isto vai muito além do problema do conglomerado misto.

O conglomerado misto representa em si mesmo um problema, nós, aliás, há muito que o percebemos, mas isto vai muito além disso, isto é uma teia de esquemas absolutamente insondável e inescrutinável. São dezenas,

centenas, de *offshore* que ninguém sabe para que servem, por onde o dinheiro passa, como para lá de cortinas, e de onde volta sem se saber para quê.

Como era o mecanismo interno de aprovação superior, nomeadamente no conselho executivo, das decisões do comité de crédito?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Qual era o mecanismo de aprovação do comité de crédito?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Exatamente. Como era o mecanismo interno do BES de aprovação superior, dentro do BES, do comité de crédito. Isto porque, caso contrário, somos confrontados com uma situação em que o CFO gere as linhas de crédito em função da avaliação de risco, não tem nada a ver com a avaliação de risco, só tem a ver com a gestão da linha de crédito, e o outro não tem nada a ver com a gestão da linha de crédito, só tem a ver com a avaliação de risco! Então, ficamos a olhar para tudo isto como se fossem compartimentos estanques. Não há nenhum responsável pelas decisões que se tomam, e tem de haver! Nós temos de compreender, até mais do que para apurar a responsabilidade, porque isso será nos tribunais. Aqui queremos compreender o funcionamento.

Pergunto: que medidas tomou durante o desempenho das suas funções no BES para assegurar que não existiam irregularidades? Qual era o trabalho regular que fazia para assegurar que não existiam irregularidades no Departamento Financeiro, Mercado e Estudos, julgo que é o DFME, e no departamento de gestão de poupança? O que é que fazia, que medidas tomava, para assegurar que não se verificam irregularidades nesses departamentos?

Há pouco, disse-nos que tinha conhecimento de que o papel comercial de empresas do Grupo estava a ser colocado nos balcões do BES. Pergunto-lhe se também tinha conhecimento de que isso era feito, muitas vezes, sem qualquer informação junto dos clientes e que era uma venda fraudulenta, como muitos, hoje, denunciam por terem sido convencidos a investir, pensando que seria um produto muito conservador e, afinal, era papel comercial de empresas falidas.

Para terminar, tendo em conta as considerações que aqui teceu, tal como, aliás, já tinham sido tecidas por Ricardo Salgado, gostaria de saber se, ao longo da relação entre o Banco de Portugal e o BES, nomeadamente em torno da nomeação da sucessão, dos nomes, da negação do seu nome, houve algum tipo de gestão política do comportamento do Banco de Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Amílcar Morais Pires.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Vamos ver quando houver as investigações, não sei. Olhe, eu não ouvi nenhuma conversa, vamos ver. Vão ouvir as pessoas.

Começo por responder à questão, que, para mim, é a nona: «o que é que o senhor fazia para controlar a atividade do DFME e do DGP?». Havia auditorias internas e externas aos departamentos e às atividades dos departamentos por órgãos independentes do meu, seja pelo departamento de auditoria interna, que as fazia, seja, anualmente, pela KPMG. Como foi explicado aqui pelos Srs. Auditores, as auditorias têm duas perspetivas, a integral e profunda e a semiprofunda, que são as intercalares.



Portanto, esses relatórios existem e esse critério, posso até dizer, também era extensível às outras unidades.

A segunda questão tem a ver com *offshore* do BES/GES e referiu a Enterprise, os políticos, a Savoices... Acho que há um organograma do Grupo Espírito Santo... O Banco de Portugal ou o próprio Grupo Espírito Santo devem ter um organograma de todas as entidades, que vão desde a Espírito Santo Control até ao BES.

Sr. Deputado, todas elas podem ser empresas, ou todas elas são empresas ou fundos de investimento e aquilo que, no fundo, as distingue de uma situação *offshore* é a região onde estão situadas, se são regiões de benefícios fiscais, até podia ser na Região Autónoma da Madeira, em tempos, quando havia benefícios fiscais, também podia ser lá. Hoje, vê-se que até o Luxemburgo poderia ser um paraíso fiscal, pelos acordos que existiam.

O que eu estou a dizer é que nada disto é identificado com o BES, do que sei, até mesmo a ES Enterprise! O que eu acho é que no GES deve haver um organograma, como diz, extenso, com muitas empresas, e que vai desde a Espírito Santo Control à Espírito Santo Financial Group, penso eu. Eu não o conheço na extensão, mas penso que ou os reguladores ou o próprio Grupo devem ter estes elementos.

Depois, perguntou-me sobre o BES Cayman.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Doutor, peço desculpa, mas perguntei se fazia ligação, se era o Sr. Doutor que os acompanhava, estando fora do BES...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, não acompanhava nada! Enterprise, isso dos políticos, nem faço ideia, só sei o que leio na comunicação social.

O Sr. Deputado até fez uma pergunta sobre os submarinos... Não sei se foi o Sr. Deputado ou se outro... mas não faço ideia nenhuma dessas histórias! Mas todos os nomes que refere parecem-me ser do GES! Isto para dizer que o GES tinha realmente muitas entidades, e há organogramas, que foram publicados, e, penso, ou o supervisor, ou o regulador do Luxemburgo, ou o próprio Grupo, podem facultá-lo e, então, esclarecerá as questões.

Sr. Deputado, quanto aos oito SPV (*special purpose vehicle*) do Crédit Suisse, não sei se são 8, se são 3, se são 4, a resposta está incluída nas minhas intervenções anteriores, em que eu disse que não ia...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, disse que há SPE, do Crédit Suisse, auditados pela KPMG, ponto!, sobre as quais não vou pronunciar-me, porque está em segredo de justiça. Mas posso dizer que a resposta está referida no ponto 2 do capítulo 3 da minha exposição.

De Feltree nunca ouvi falar. O BES Cayman é uma sucursal do BES e está aqui dito, Sr. Deputado, na página 2 da minha apresentação: «Sucursais no exterior:» BES Cayman. O Banco Espírito Santo devidamente autorizado, devidamente auditado, tinha a sucursal BES Cayman. Eu não era Diretor-Geral do BES Cayman, mas todas as informações que necessitar sobre isso pode pedir ao BES — não sei se o Novo Banco também é o dono da... —, ou ao Banco de Portugal. Todas

estas operações são uma sucursal, têm o estatuto de um balcão, digamos assim, total, é como se fosse Londres.

Portanto, o BES Cayman estava dentro da minha esfera de responsabilidade e é perfeitamente integrado, como se fosse Londres ou Nova Iorque, e todos os elementos que precisarem — auditorias da KPMG, do Banco de Portugal — estão todos à disposição dos Srs. Deputados.

Fala-me da Newbrook, Panamá, não faço ideia, Sr. Deputado.

Como era o mecanismo de funcionamento do conselho de crédito? O conselho de crédito, que se chamava Conselho Financeiro e de Crédito, tinha vários administradores (tinha de ter pelo menos dois para o quórum) e aprovava operações a partir de um certo limite. Começava por fazer uma análise da posição de liquidez do Banco, em que um representante do DFME ia lá e dizia «hoje temos tanto na conta do Banco Central, perdemos tantos depósitos, ganhámos tantos depósitos...» — estou a dizer com todo o detalhe —, e, depois, decidiam-se. Apareciam os departamentos das áreas das empresas, normalmente pequenas e médias empresas, porque as operações do crédito à habitação, por exemplo, têm, por norma, um montante pequeno e o gerente do balcão, ou o diretor regional, tem poderes para decidir isso, dentro dos critérios de risco normais, com as hipotecas e tudo. Nas empresas e nas grandes operações é que, normalmente, eram escaladas e havia um comité de crédito, que era composto pelo Dr. António Souto, ultimamente, o Dr. Joaquim Goes, o Dr. João Freixo e eu — embora eu fosse mais para algumas operações, porque viajava — e que tinha de ter um quórum mínimo de dois. Também fazia parte do comité o Dr. Jorge Martins, que tinha a delegação de toda a atividade no norte. Essas operações eram apreciadas na presença de um elemento do departamento de risco global do Banco e, de acordo com a avaliação que os administradores tinham da apresentação feita pelos diretores, eram

aprovadas. Depois disso, havia reuniões semanais da comissão executiva onde essas operações eram ratificadas. É aquilo a que um dos senhores que depôs se referia quando disse: «às vezes, podia estar no anexo». Portanto, todas elas eram ratificadas, diziam o seguinte: «Aprovação: crédito ao cliente x, aprovada a alínea y» e apareciam... Mas os decisores eram... Antes, devo explicar-lhe que o administrador do pelouro — o administrador da média empresa, o administrador do departamento de grandes empresas — tinha poder para fazer apreciações, para aprovar até aos seus limites. Esses limites são aprovados pela comissão executiva no seu conjunto, ou seja, por todos nós, que delegamos esses limites pelas hierarquias, desde o gerente até ao administrador, e, normalmente, um administrador do pelouro faz uma apreciação prévia. O diretor chega à comissão executiva e diz: «Eu acho que este cliente tem estas condições, tem este *rating* e que deve ser aprovado!». Submete a sua apreciação à comissão executiva e o conjunto dos administradores aprova.

Este era o modo de funcionamento do conselho de crédito.

Não sei se respondi a todas as questões colocadas pelo Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Estão todas respondidas, Sr. Deputado Miguel Tiago?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Falta uma, relativa ao papel comercial fraudulento.

Sr. Deputado, no BES não tenho notícias de que houvesse situações como à que se está a referir. Não tenho notícias! E, se houve falhas, elas foram individuais, de colegas de balcões ou regionais. Não tenho notícias!

No GES, não sei, porque também houve colocação de papel comercial. Fala-se no Banque Privée e noutros. Desses não sei, não tinha nenhuma responsabilidade!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não! Estou a referir-me aos balcões do BES!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Se é aos balcões do BES...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Está bem, mas poderia haver um cliente que se viesse queixar, porque tinha uma conta aqui, outra conta lá fora, totalmente legalizada — não estou a pôr em causa isso —, e fizesse comentários desses.

No BES, não tenho conhecimento de nada, pelo contrário, as orientações eram... E, se vir, na maior parte dos casos, havia a ficha técnica e as contas.

Dizer que havia a perceção de que aquilo era um produto arriscado, a verdade é que não havia, porque o *rating* também não induzia a isso. Agora, que alguém dissesse «Não, está a comprar bilhetes de Tesouro!» não acredito, nem nunca ouvi falar disso no Banco Espírito Santo! No GES, na Suíça, ou que houvesse algum cliente comum, não sei, não faço ideia, nem se dirigiram a mim sobre isso.

Não sei se me esqueci de alguma coisa, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Estão todas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Dr. Amílcar Morais Pires, a lei protege-o, relativamente ao segredo de justiça, mas é exatamente a mesma lei que o obriga a dizer, aqui, a verdade sobre tudo aquilo que não esteja em segredo de justiça. E, por isso, lembro, porque várias vezes referiu que estava aqui como cidadão, que não está, está aqui como um administrador de um banco que teve responsabilidades nesse banco. Apesar de tudo esta é uma Comissão de Inquérito e tem poderes especiais para o efeito e, por isso, peço-lhe que todas as perguntas que forem feitas tenham uma resposta concreta e concisa e que vá direto ao objeto.

Quando foi a primeira vez que teve conhecimento dos problemas financeiros da parte não financeira do GES? Alguma vez discutiu, com Salgado ou com qualquer outro membro da família Espírito Santo ou com alguém, formas de ultrapassar essas dificuldades financeiras da parte da Rioforte, ou da ESI, ou das *holdings* do Grupo Espírito Santo?

A segunda pergunta é sobre os produtos de poupança, Euro Aforro e Poupança Plus, que já aqui foram referidos. Quais eram os ativos vendidos aos clientes destes produtos? Como CFO, imagino que os conheça, eram vendidos aos balcões do BES. É verdade que nesses ativos estavam ações preferenciais emitidas por entidades não residentes em Portugal, nomeadamente em Jersey e em outros *offshore*? Estas ações preferenciais eram ações de fundos? Quais eram os ativos que compunham esses fundos? É verdade que os ativos que compunham esses fundos eram obrigações BES, ou GES? É verdade que algumas dessas obrigações são

transformações daquelas obrigações assinadas por si, em Londres, em emissões bastante caras para o BES?

Acho que ainda tenho tempo para formular mais três perguntas.

Relativamente ao BESA, a exposição ao BESA era, em 2012, de 2,7 biliões, se não estou em erro, 2700 milhões, talvez um bocadinho mais, estou a dizer de cor, pois não tenho comigo o número em concreto.

Em 2012, a KPMG fazia ênfases e reservas até às contas do BES Angola, dizia que havia problemas em contabilizar créditos, problemas em contabilizar imobiliário e por aí adiante. Por que é que não provisionou no BES os problemas do BESA? Isto porque, apesar de haver um departamento de risco que pode dizer aquilo que entender, um CFO tem poderes acima do departamento de risco e tem poderes para o fazer.

Havia um problema em Angola, já aqui disse que tinha dúvidas sobre a alta exposição de Angola, nomeadamente no rácio de transformação, ou seja, tinha muitos créditos para os depósitos que tinha e isso colocava dúvidas quando à solvabilidade do BESA. Ora, se tinha dúvidas sobre esses créditos, se tinha uma exposição de 2700 milhões, em 2012, e não existia qualquer garantia soberana, por que é que não provisionou?

Mesmo quando a garantia vem, em 2013, a garantia nunca foi ao BES, a garantia sempre foi ao BESA. O que a garantia dizia era que os créditos serão pagos ao BESA, mas ninguém garante que o BESA pague os créditos ao BES, nomeadamente se o BESA falir. O BESA vai à falência e a garantia desaparece, porque a garantia nunca foi ao BES, sempre foi em relação ao BESA, segundo sei. Ou, então, esta é uma análise errada? Sei que houve versões dessa garantia que circularam, mas dir-me-á a verdade relativamente a esta matéria.

Referiu há pouco uma carta do Banco Nacional de Angola em que essas questões eram discutidas. O que é que dizia essa carta? Alguma vez teve alguma indicação por parte do Banco Nacional...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Lembro-me de ter ouvido falar de uma carta e por isso...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Está escrito até!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Por isso pergunto.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Então, eu digo-lhe.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas eu alargo a minha pergunta para que possamos incluir todas as possíveis cartas que alguma vez recebeu, ou enviou, ao Banco Nacional de Angola.

Teve contactos com o Banco Nacional de Angola relativamente a estes créditos? Sabia que eles estavam a ir para pessoas perto do regime? Sabia que eles não estavam a ter os contratos e as burocracias necessárias e que normalmente são exigidas para créditos destes montantes? Sabia que eles não foram provisionados, porque o próprio Banco Nacional de Angola disse «Não há problema, há aqui uns penhores e são figuras muito importantes do regime»? O que é que sabia sobre esta matéria?

Houve uma reunião em que questionou os 700 milhões da Tranquilidade. Porquê? Porque sabia que a Tranquilidade era dada como



uma garantia de uma provisão feita pela Espírito Santo Financial Group, relativamente a obrigações da ESI. Já toda a gente sabia na altura que essa garantia não seria suficiente, o senhor questionou esse valor. O que o levou a questionar e que resposta obteve?

Sobre a PT, como administrador não executivo da PT, cargo que penso que desempenhava, sabendo dos problemas da Rioforte e do Grupo Espírito Santo, como é que deixa que a PT invista 900 milhões em dívida da Rioforte, já nos últimos meses em que se percebia claramente que a dívida da ESI estava a passar para a Rioforte? Não sabia que isto iria prejudicar a PT, como, aliás, prejudicou? Não era seu dever evitar que acontecesse, ao contrário do que veio a verificar-se?

Finalmente, e última questão, há uma empresa, um fundo — e não sei se vou pronunciar bem — chamado Allanite. Queria saber se sabe que empresa é esta, onde está sediada e para que serve.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Amílcar Morais Pires para responder.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou dizendo a pergunta e dando a resposta para ver se não me esqueci de nada. Se me puder ajudar...

O Sr. **Presidente**:— No fim, a Sr.<sup>a</sup> Deputada diz-lhe se não respondeu na alguma pergunta.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Diz-me o que não respondi.

Pergunta-me quando é que me apercebi, ou tomei conhecimento da situação da ESI. Já lhe disse que foi para aí...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe, eu não disse da ESI, disse que a parte não financeira estava com problemas e que era necessário resolver. Não falei da ESI em particular, falei de problemas financeiros no Grupo Espírito Santo.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Apercebi-me aquando do ETRICC, no final do 1.º trimestre de 2013, de que havia problemas, porque, até ali, não tínhamos qualquer indicação de que houvesse problemas.

Quanto ao nível de *ratings* que o Grupo tinha, Rioforte e outras sociedades operacionais, se pedir para os ver verifica que estavam todos na casa dos *ratings* que eu já disse. O departamento de risco global produzia *ratings* para todas as empresas. A Sr.<sup>a</sup> Deputada pode pedir para os consultar.

Nunca discuti com nenhum membro da família essa questão. Todos os problemas relacionados com o Grupo Espírito Santo emergiram no Banco Espírito Santo com o problema da ESI e foram discutidos no âmbito do conselho de administração.

Nesse âmbito, desde logo, através, sobretudo, da interação com o Banco de Portugal, é feita uma iniciativa, que foi a suspensão da venda de papel comercial na rede; depois, foi discutida, durante o 1.º trimestre, uma garantia irrevogável de 700 milhões a efetuar pela Financial a favor dos clientes do BES que tinham papel comercial da ESI, foi esta a decisão; e foi criada uma *escrow account*, controlada na altura pelo departamento de risco, para ver se os fluxos que chegavam das vendas e das alienações eram tratados.

Portanto, este é o momento em que a realidade da situação é posta no Banco. Nunca discuti, nem com Ricardo Salgado, nem com outro membro da família, nenhuma questão particular sobre esse assunto, mesmo sendo CFO.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, tudo o que diga respeito ao Crédit Suisse — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada diz que a Euro Aforro é do Crédit Suisse — está no ponto 1.3 da minha intervenção, mas há outros instrumentos no Banco que se chamam Euro Aforro. Portanto, não sei!

Quero dizer que eu só disse que estava aqui como cidadão quando me pediram a perspetiva sobre a Resolução, porque eu já não sou administrador do Banco, sou administrador de um ex-banco e não tenho funções nenhuma. Disse-o quando me perguntaram isso se eu tinha plena consciência de que estava aqui perante os senhores representantes da República no âmbito de um inquérito. Disse «cidadão», porque iria especular, já que não sabia o que iria acontecer com a Resolução, foi só neste contexto! Quanto ao resto, tenho plena consciência de que estou aqui e por que é que os senhores me chamaram.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada diz-me: «Em 2012, o senhor já sabia que o rácio de transformação de Angola era muito alto, que o BES financiava Angola, que já havia 2700 milhões de euros de exposição, por que é que não provisionou?» Sr.<sup>a</sup> Deputada, não era porque era da nomenclatura, não era porque estava muito confortável, não era por nada disso, era porque, primeiro, para se fazer uma provisão... Não é o CFO, que passa à frente de todos. Uma provisão tem de estar ligada à imparidade, tem de estar identificado o crédito, tem de estar identificada a razão. E o CFO, neste caso, mesmo que tivesse o departamento de planeamento e contabilidade, tinha de fazer um juízo de valor, baseado numa opinião de risco de crédito, e dizer assim: «Meus caros senhores, este crédito não vai ser pago! Este

crédito foi mal constituído por causa de uma garantia! Este crédito, não sei quê... E a probabilidade de perda é elevada, ou porque aconteceu uma coisa...». Não havia nenhuma evidência, Sr.<sup>a</sup> Deputada, de que eu tivesse alguma informação sobre a carteira.

A carta que eu refiro, e é a única que eu tenho, está aqui dito que está na ata n.º 1386 da comissão executiva do BES, de 2 de julho de 2012, e é uma carta enviada pelo Dr. João Moita, que é um ex-diretor do departamento de risco global, em 29 de maio de 2012, que a remete...

*Neste momento, a Deputada do BE Mariana Mortágua exibiu cópia da carta.*

Eu não tenho isso, portanto...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho eu!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem mais do que eu. Também tem o anexo da carta? Diz «análise de sensibilidade», ou não tem isso?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não tenho nenhum anexo, só tenho mesmo a ata!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Se não tem peça, porque, em anexo à ata, há o *e-mail* do Dr. João Moita e a carta do BNA, que diz «Análise de sensibilidade: foi feito um teste de resiliência e está resiliente...». Essa carta está registada.

Eu, infelizmente, não... Ainda tive oportunidade de ficar com estes restinhos!

A Sr.<sup>a</sup> Deputada insiste em saber se eu tenho conhecimento de mais cartas. A única coisa que referi aos Srs. Deputados foi o que, durante todo este processo final, em que havia necessidade da garantia, em que havia questões sobre a revisão do chamado *asset quality review* e a necessidade de informar o Banco de Portugal e o Banco Central Europeu sobre a exposição efetiva do BES Angola, solicitei ao Dr. Rui Guerra, presidente da comissão executiva, que obtivesse os dados necessários e os pareceres legais locais para nos permitir saber se era possível transferir, no fundo, as carteiras, com os respetivos nomes dos clientes, para Lisboa. E o parecer, quer dos advogados, quer uma ordem explícita do BNA, foram no sentido de: «não podem ser fornecidos os elementos».

Todavia, o BNA, depois de insistência do Banco, autorizou que a Ernst & Young viesse a fazer uma auditoria, em nome do *asset quality review*, que é normalmente, um auditor distinto do auditor KPMG, que terá ido a Angola. Sr.<sup>a</sup> Deputada, como eu saí, não sei quais foram os resultados, mas, para sua pista, a Ernst & Young foi autorizada pelas autoridades angolanas e espero que tenha ido.

Depois, refere: «o senhor questionou...», é verdade!, «... a avaliação da Tranquilidade». Eu ouvi aqui ser explicado que não era uma avaliação totalmente integral para venda, era só uma indicação de preço. Mas é óbvio que ela serviu de base para a garantia, porque coincide com o valor da provisão.

Portanto, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada viu, quando se dá o problema — e já aqui foi explicado por várias pessoas, extensivamente, o ETRICC —, é preciso criar uma provisão que assegure que os clientes de retalho sejam reembolsados. E depois dos exercícios entre a Pricewaterhouse e a KPMG,

chegaram à conclusão de que o valor eram 700; para garantir esses 700, que já estavam provisionados, foi dado o mandato de venda da Tranquilidade.

Ora, bem, esta ata deve já ser do final dos tempos, deve ser em junho quando questiono, não me lembro. Questionei e disse assim: «Se se diz para aí que a Tranquilidade pode ser vendida por um preço menor,...», e eu não fazia ideia nenhuma se tinha comprado papel da ES Financial Group, que hoje é notícia, porque a Tranquilidade é do GES, não é do BES, portanto, é da Financial e não do BES, «... o que é que acontece?». Questionei e a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe a resposta que obtive. Eu disse assim: «Mas como é que é possível?! Fazem uma avaliação, que é feita pelo BESI, e é verdade que dizem que quem deu todos os prognósticos de *cash-flows* foi a administração. Sendo uma administração experiente, por que é que esta divergência é tão grande?!» E a resposta foi: «É porque se estava a tentar vender!», chama-se *fire sale*, uma venda apressada da Tranquilidade. Por que é que eu questionei? Questionei porque havia uma disparidade muito grande entre aquilo que tinha sido feito em junho, e que todos os auditores acharam bem, e o que valia passados seis meses, que era 300 ou 350, e, depois, até valeu menos.

O investimento de 800 milhões da PT. Sr.<sup>a</sup> Deputada, sou administrador não executivo da PT e não tive qualquer iniciativa junto de nenhum membro da comissão executiva da PT para sugerir o investimento na Rioforte — já o disse, e penso que já alguém, aqui, assumiu que fez os contactos. Portanto, nunca tive nenhuma iniciativa para sugerir o investimento na Rioforte, ou na ESI. Agradeço que registre isto.

O assunto da Allanite está em segredo de justiça e não posso responder.

Não sei se me esqueci de alguma coisa.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não, muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Alves, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Dr. Morais Pires, o Dr. Ricardo Salgado referiu que o crédito concedido pelo BESA era acompanhado por si, enquanto administrador e responsável pela área internacional. O Dr. Ricardo Salgado afirma também que nunca teve qualquer dúvida quanto ao reembolso dos montantes concedidos pelo BESA. Recordo que a troca de informações sobre o crédito concedido pelo BESA deixou de ser feita por imposição do Banco Nacional de Angola desde 2009. Recordo também que a garantia do Estado angolano remonta apenas a finais de 2013.

Como é, então, possível que se afirme que não havia dúvidas, relativamente a este reembolso, se, entre 2009 e 2013, não tínhamos qualquer informação sobre a qualidade do crédito e os mecanismos da *good governance* na atribuição do mesmo? Mais: como é possível que se afirme que não havia dúvidas se, entre 2009 e 2013, não existia qualquer garantia do Estado angolano e, como o Doutor aqui já disse, e muito bem, havia preocupação com o aumento do rácio de transformação, ou seja, com um aumento ou crescimento do crédito em relação aos depósitos?

Sabendo, agora, que a exposição do BES ao BESA, sob forma de crédito concedido, é de 3300 milhões de euros, queremos saber o trajeto do capital e os seus intervenientes.

Pergunto: qual foi o trajeto desse capital? Quem, no BESA, estava mandatado para fazer essas operações, designadamente a aprovação de créditos?

Pode descrever-nos os beneficiários desses créditos? Que garantias nos eram dadas? Que práticas de *good governance* tinham lugar na cedência de crédito?

Sabemos também, porque aqui já nos disse, que acompanhou, diretamente, a gestão do Dr. Rui Guerra, no BESA.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Só depois de maio de 2012!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Tudo bem! É o tempo suficiente.

Sabe se este, três dias após a sua tomada de posse, em Angola, concedeu um crédito no valor de 600 milhões de euros?

Tendo sido afirmado pelo Dr. Ricardo Salgado que a situação no BESA era pavorosa e pelo Dr. Amílcar Moraes que os rácios de transformação eram elevados, como é que explica que a gestão do Dr. Rui Guerra ainda agravou mais o rácio de crédito do BESA, em quase 2 biliões, no último ano e meio?!

Passando a outro assunto. Relativamente à gestão discricionária das carteiras dos clientes do BES, confirma que, nas últimas semanas do BES, foram dadas instruções concretas aos gestores de conta para venderem todos os ativos que faziam parte do portfólio das carteiras desses clientes do BES e comprar apenas um ativo? Que ativo era esse? Quem deu essa instrução? Quem estava a par dessa situação? Não considera este um ato questionável, na medida em que vai contra a diversificação das carteiras?

Por último, relativamente à questão da PT, e aqui já foi dito que a PT subscreveu, em abril de 2014, 897 milhões, em papel comercial da Rioforte, que venciam em julho de 2014, não quis, há pouco, dizer quem liderou a operação, argumentando que não tinha responsabilidades, porque era administrador não executivo da PT. Pergunto: então, quem liderou esta



operação, por parte do BES e da PT, para fazer esse negócio? Quem, dentro da PT, tinha conhecimento da exposição que a empresa tinha ao GES?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Amílcar Moraes Pires.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado Pedro Alves, em relação à questão do crédito a Angola, dividi-a em várias questões.

Uma coisa é o crédito que o BESA concede aos seus clientes, e isto vale para tudo que vou dizer. Se o Dr. Rui Guerra fez operações de crédito em mais de 600 milhões, e mais não sei o quê, eu não tenho conhecimento que operações fez. Não tenho consciência de que o rácio de transformação/exposição ao Banco — quando falo em «exposição» refiro-me à linha interbancária entre o BES e o BESA — tenha aumentado 1 bilião nos últimos seis meses.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não. Eu disse que o Dr. Rui Guerra entrou em funções efetivas a partir de meio de 2013.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não! Sr. Deputado, eu disse que, em maio de 2012, comecei a responsabilizar-me. Estive um ano, até ao dia 28 de junho de 2013, até ao momento em que o Eng.º Paulo Kassoma,

presidente do conselho de administração, tomou posse, e, só a partir daí, é que começou, efetivamente, aquilo a que chamei a reviravolta. Isto está aqui tudo documentado. E é só em 3 de outubro que se dá a dita assembleia-geral, onde são detetadas as questões pavorosas. Está a ver?!

Portanto, este é o primeiro aspeto.

Eu, Amílcar Morais Pires, disse, e volto a dizer, que até hoje procederia assim, por princípio, porque, primeiro, não tinha responsabilidade na definição de políticas de introdução e mecanismos de controlo de risco. Mas, por minha orientação, o Dr. Rui Guerra e o Dr. Pedro Cruchinho, logo em 16 de janeiro de 2013, quando regressaram, instituíram um comité de gestão de liquidez, que era a minha principal preocupação, e instituíram um conselho de crédito, onde tiveram completa autonomia para fazer novas operações.

Se aprovaram operações de 100 ou de 200...? São do conselho de crédito do Banco Espírito Santo de Angola, que tem plena autonomia. E eu espero que tenham sido feitas com práticas normais de colaterais e coisas assim. E não tenho nenhuma evidência — daquilo que li na comunicação social, ou que tenha visto reportado nas contas de 30 de junho — de que a KPMG tenha suscitado provisões de 600 milhões, coisa que nem há. Se for ver as contas feitas já por outras pessoas e auditadas em 30 de junho, não encontra qualquer referência à necessidade de se fazer provisões de 600 milhões.

Outra coisa, e coloca bem a questão, é o facto de em 2008, 2009, 2010, ter-se ido aumentando a exposição. O administrador do pelouro do BES Angola, até maio de 2012, era o Dr. Ricardo Salgado, não era o Dr. Amílcar Morais Pires!

Segundo: a responsabilidade, que é uma questão sempre aflorada, quando perguntam: «Mas por que é que os senhores não provisionaram

alguma coisa da linha interbancária que tinham?», interbancária é a chamada «intercompanhia», porque, às vezes, eram...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Já agora, nessa relação interbancária, há comprovativos da saída do dinheiro e da receção do dinheiro do BES...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Claro!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — ... e documentos de receção do dinheiro por parte do BESA?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, há! Há reportes do conselho de administração, até posso dizer que as linhas eram em dólares, e, desde que tenho o pelouro, trimestralmente, na comissão executiva, era apresentada, pelo departamento internacional, a exposição com o detalhe todo: «por que é que aumentou; quanto era em cartas de crédito *stand by*...». Tudo! Está lá tudo e as finalidades!

Havia também uma expectativa, Sr. Deputado, que era a de que, ao longo da reviravolta do BES Angola, viesse a haver um aumento dos depósitos, nomeadamente de empresas portuguesas com atividade lá. Está lá tudo! Peça, que está lá! Até refiro que, quando falamos em 3,3, é o contravalor de cerca de 5 biliões de dólares, ou de 4 biliões de dólares.

Pergunta-me «por que é que em 2008, 2009...?». Primeiro, não acompanhava o pelouro; depois, os fluxos estão identificados, e, neste caso, é fácil, porque as contas de correspondentes eram controladas pelo BES. Ou seja, quando o BES pagava em dólares ao BESA, havia movimentos da saída da conta do BES — e quando é em dólares tem de haver um correspondente em dólares, um banco americano —, que diziam «sai para a

conta do BESA em dólares». Portanto, isso está tudo documentável e auditado.

O problema não foi este. O problema foi no BESA, a quem emprestou. Sobre isso, Sr. Deputado Pedro Alves, não sei, não conheço. Porém, se fosse hoje, como nunca pertenci aos órgãos sociais do BES Angola, não saberia, mas, mesmo que pertencesse, manteria sempre a reserva de respeito pelos nomes dos clientes, além de que confiava quer na KPMG de Angola para auditar, quer no BNA para supervisionar. Em 2013, tenho a certeza de que tudo isso aconteceu como deve ser, não tenho dúvidas. Portanto, as auditorias fizeram-se sem qualquer restrição de âmbito.

O Sr. Deputado falou da gestão discricionária, que eu já disse que existia. Não tenho qualquer conhecimento, nenhum mesmo, de que tivesse sido dada uma instrução. Mas se alguém pudesse ter dado uma instrução, ela só poderia ter sido muito específica e não estou a ver por que é que seria um diretor a dar uma instrução para converter tudo num produto que nem sei o que é. Desconheço completamente!

Quanto à PT, SGPS, do lado do Banco só podia ser o Dr. Ricardo; do lado da PT, não sei quem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Dr. Amílcar Moraes Pires, quero ver se desta vez saio daqui a perceber o que foi dito na audição a Ricardo Salgado por nós, a propósito da necessidade de o substituir logo em 2013.

Para nós, era claro que a não substituição de Ricardo Salgado, logo em finais de 2013, inviabilizou o sucesso da implementação do *ring-*

*fencing*, porque a mesma pessoa que o tinha de implementar queria proteger a parte não financeira. Sei que o Dr. Amílcar Pires percebeu esta parte e o que é que diz? Antes deixe-me dizer que a substituição de Ricardo Salgado por José Maria Ricciardi, obviamente, não resolveria o problema, porque o conflito de interesses era exatamente o mesmo. Mas o Dr. Amílcar Pires diz outra coisa, diz que essa solução não resolveria o problema, porque, se o *ring-fencing* fosse implementado e tivesse como consequência a falência das empresas, o BES já estava exposto ao GES, e, portanto, era preciso continuar a financiar o GES para se ir fazendo o *roll over* da dívida do GES ao BES. Por isso é que não fazia sentido o que estávamos a dizer.

O que o Dr. Amílcar Morais Pires nos está a dizer é que depois de termos exposto o BES, à dimensão que se expôs ao GES, era preciso começar agora a expor outros bancos ao GES. E daí, era a proposta do Dr. Ricardo Salgado, pedir um crédito à Caixa Geral de Depósitos, interceder politicamente para garantir um crédito da Caixa Geral de Depósitos, ao GES. Portanto, tivemos um problema no GES, que, depois, passa para o BES e, depois, ainda iríamos passar o problema do BES para a Caixa Geral de Depósitos. Era preciso travar este processo, era preciso blindar, nem que isso tivesse como consequência a falência das empresas do ramo não financeiro, porque elas, de facto, pela importância que têm para a nossa economia, não justificam uma intervenção do Estado.

Se havia a necessidade de garantir liquidez para o BES... Deixe-me dizer, desde logo, que, dos 4000 milhões, uma parte estava garantida, a outra, obviamente, se as empresas fossem à falência, haveria ativos que poderiam reverter-se para pagar ao credor BES e também poderia ser, em última instância, necessário uma injeção ou uma recapitalização do próprio BES. Mas o que não poderia continuar a acontecer, e, infelizmente,

aconteceu, era a exposição do BES aumentar, ou passar a haver outro banco exposto ao GES.

O Dr. Amílcar Moraes Pires disse que não houve nenhum aumento da exposição do BES, que houve um aumento da exposição da Espírito Santo Financial Group. Deixe-me dizer que isso não é verdade. Desde logo, há um aumento da exposição do BES à Rioforte.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Mas isso eu disse.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pronto, não é só à Espírito Santo Financial Group. E depois há um aumento da exposição, muito significativo, à ESFG, à ES Financial Group. Deixe-me lembrar, não sei se leu a carta que o Banco de Portugal enviou no dia 30 de junho e que dizia, entre muitas coisas, aliás, interessantes: «Verificou-se, com referência a 30 de abril de 2014, um aumento da exposição do Grupo ESFG a entidades do ramo não financeiro do GES face a 31 de dezembro de 2013, em paralelo com um aumento de exposição do Grupo BES às filiais detidas diretamente pela ESFG.» Isto é, aumentou a exposição do BES a várias empresas, nomeadamente à Rioforte, aumentou a exposição do BES à Financial Group, e a Financial Group também aumentou a sua exposição face ao ramo não financeiro. Portanto, o que é que aconteceu? Como não conseguiram o financiamento que desejavam, nomeadamente o Dr. Ricardo Salgado, da Caixa Geral de Depósitos, continuaram a furar o *ring-fencing* e a financiar, direta e indiretamente, o BES.

Mais: para além de a exposição ter continuado a aumentar, já sabemos hoje, pelo menos através deste relatório da Price, que o esquema de financiamento que usou como *broker* a Eurofin também foi uma forma de contornar as regras do *ring-fencing* e de financiar o GES, através da

operação de recompra de obrigações. Bom, é o que está no relatório da Price, e sei que não dará a sua opinião.

Portanto, ao longo deste ano, a exposição continuou e o problema agravou-se. Por isso é que Ricardo Salgado deveria mesmo ter saído logo em finais de 2013 e deveria ter-se estancado o contágio ao ramo não financeiro, porque o Estado não tinha de salvar o ramo não financeiro, quanto muito seria o Banco, por razões sistémicas e por mais nenhuma razão.

Portanto, deixo-lhe esta nota sobre aquilo que o Partido Socialista tem dito e continuará a dizer sobre esta matéria.

Quero terminar com a questão do BESA, Dr. Amílcar Morais Pires. De uma vez por todas, por favor, por respeito às centenas de milhares de portugueses que são depositantes do BES, não pode continuar a dizer: «Bom, uma coisa é aquilo que se passava lá! De facto, não tínhamos conhecimento de como é que o crédito era concedido, não havia registo! Outra coisa diferente é o financiamento que era dado pelo BES ao BESA. Um rácio de transformação de 170%...! Veja bem, em Espanha o rácio de transformação chegou a ser de 200%, e nós estávamos a fazer esse financiamento...!». Dr. Amílcar Morais Pires, os dois pontos não podem ser separados! É exatamente por não terem a informação que é necessário saber — como está a ser concedido o crédito; a quem; se há registo; para onde está a ir... — que... Para garantir uma gestão sã e prudente do BES, essa informação deveria ser indispensável para, no BES, separar uma exposição, que até ultrapassou os 3000 milhões. Não é a mesma coisa que, relativamente a um financiamento a um banco, saber de onde vem a informação. Se do BESA não vinha informação clara sobre as operações para o BES, os senhores não tinham o direito, em nome de todos os

depositantes do BES, de expor o BES ao BESA, do qual não tinham informação.

De uma vez por todas, que fique claro, porque senão, no final de tudo isto, vamos ficar todos com a impressão de que a culpa ainda é dos depositantes do BES. Peço desculpa pela minha indignação, mas já vamos com algumas audições e o BESA representa uma exposição de três mil e tal milhões de euros a um Banco no qual não há registo de para onde foi o crédito e continua toda a gente a separar as duas situações, quando elas não podem ser separadas, se estivermos a falar de uma gestão sã e prudente de um banco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Amílcar Morais Pires, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras iniciais do orador.)*

Sr. Deputado, a primeira parte das suas questões foi, no fundo, para me elucidar...

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — De qual era a nossa posição.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — ... sobre a vossa posição, e que eu terei ouvido mal.

O Sr. **Pedro Nuno Santos (PS)**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Mas não foi por causa disso.



Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, àquilo que diz eu chamo «condição necessária, mas não suficiente». Estou de acordo em que é necessária. Não é suficiente e não se trata de falar da questão das empresas, das viagens,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Da Herdade da Comporta!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — ... é tudo irrelevante para a economia portuguesa, mas está a esquecer-se de uma coisa: estamos a chamar área não financeira à cabeça do Grupo, que se chama ESI. A ESI é o topo do Grupo, e o topo do Grupo...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Já ia com um passivo de 6000 milhões!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Ó Sr. Deputado, isso eu não...! Como sabe, até as pessoas que foram administradores foram...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Primeira consideração sobre a condição «não suficiente»: quando se fala da área não financeira do Grupo, concordo que diga hospitais, viagens, hotéis, termas, Comporta, imobiliário, tudo o que quiser, isso é área não financeira. Tudo bem! Agora, o problema está acima disso e chama-se ESI.

Portanto, se eu digo que é «necessário, mas não suficiente» e que o problema já existia, é porque havia a combinação de duas situações, mas

concordo quando diz que o risco não tem de se espalhar pelos contribuintes. Mas também não sei se desta maneira não se espalhou o risco pelo sistema.

Na minha intervenção inicial, eu dizia: «Vão falir todos! Falir todos, mas, no fim, faltam 2,4!». Se vender tudo, faltam 2,4! Como é que se resolve esta questão? Era por aquilo que o Dr. Ricardo estava a trabalhar e que deu conhecimento ao BES. De outras iniciativas eu não sei, mas era fazer o aumento de capital na Rioforte, do qual tinha 700 milhões já comprometidos por parte de investidores venezuelanos, e, depois, era fazer um IPO (*initial public offering*), que ele explicou aqui, dos minoritários da Espírito Santo Financial, e isto é que era o criativo. Isso foi explicado numa entrevista que ele deu por alturas do aumento de capital.

Portanto, tinha de haver uma reconstituição do capital, porque senão concordo consigo. Então, vamos continuar a fazer o *roll over*? Agora, é a Caixa, depois, são os clientes do BES, e continua a faltar os 2,4?! É preciso repor os 2,4! Quando eu disse que não concordava com nenhuma das soluções simétricas aqui defendidas, que, se fosse eu, fazia e acontecia, porque chegaria lá e diria «agora vou pagar-te daqui a 10 anos...»

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — (*Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*)

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu sei que não é uma posição do Partido Socialista, mas o que eu quis dizer foi que, para mim, era uma condição necessária, mas não suficiente. Foi só isto que eu quis dizer.

Agora, que era um caso difícil, era, e teria de haver sempre uma recapitalização. A dos 700 milhões, eu vi! Havia a possibilidade de fazer a recompra dos minoritários, porque o Grupo Espírito Santo, como eu já

disse aqui, só controlava 12,5% do interesse económico, assumindo que os capitais estavam todos bem. Porquê? Porque, se a Espírito Santo Financial tinha cerca de 25% do BES e se a parte de cima só tinha 49% da Financial, logo, fazendo umas contas simples, o interesse económico era só de 12,5%. O problema era: liquidemos e façamo-lo com preços bons. A Tranquilidade vale 600, ou 500, os hotéis valem 400, tudo vale... mas faltam lá 2,4, instantaneamente!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Faltam 2,4 ou 1900?!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Muitas vezes esqueço-me daquilo que ouvi, agora já se tem mais informação.

Portanto, a menos que o tempo, aquilo a que se chama as análises do *cash-flow*... O que acontece? Estas são as tais avaliações de que as pessoas não falam e com as quais ninguém se quer comprometer. Porquê? Qual é a expectativa de geração de *cash-flow* de todos estes ativos? O maior *cash-flow* chama-se Banco Espírito Santo, com Angola a andar! Havia a área internacional e o Banco e tinha de se ter interrompido o ciclo, e não deu tempo para ver isso, do provisionamento, porque nós aqui não dissemos que o Banco Espírito Santo era um banco muito exposto à área da promoção imobiliária. Por isso, se os Srs. Deputados virem, o Novo Banco fez um *write-off* — eu estou a dizer isto, mas não sei se é verdade, li as notícias nos jornais e não sei se são rigorosas —, fez ajustamentos à carteira de crédito em cerca de 1,2 biliões e tem 750 milhões em fundos de investimento próprios.

Acho que os Srs. Deputados devem ver quem vai comprar o Novo Banco. É muito importante, porque é um banco que tem um património imobiliário gigante e agora já está a preços ajustados. Porquê? Porque, se

tínhamos uma cota de mercado, entre construção e imobiliário, de quase 20% da carteira, que são quase 10 biliões, significa que há muito património imobiliário de clientes e do Banco. Isto é clarinho!

Quem comprar o Banco vai ficar não só, como diz o novo presidente, e bem, a financiar duas em cada três PME — é a realidade, como diz o Dr. Stock da Cunha —, como vai ter ajustado, já com provisões, que, penso, tenham sido provisões duras da Price, ou isso, o preço dos imóveis e da carteira. Quem comprar o Novo Banco vai comprar um banco já totalmente saneado — há pessoas que não gostam da expressão, mas é «saneado» do ponto de vista financeiro —, com clientes, aflitos ou não, mais os ativos próprios, porque tinha fundos imobiliários na sua carteira colossal.

Sr. Deputado, esta é a minha opinião, mas eu acho que isto é mais uma questão de tentar perceber afirmações que eu fiz, provavelmente incorretas, sobre as suas declarações, e o meu pensamento sobre «a condição é necessária e suficiente». Também não concordo em que o risco se espalhasse por toda a gente, tinha de se encontrar um mecanismo de alongamento do financiamento com uma garantia: vai haver capital. E havia esse capital, está registado nas atas, através de um fundo venezuelano, que se comprometeu a investir 700 milhões na Rioforte. Se houvesse, viabilizava; se não houvesse, não viabilizava!

O Sr. Deputado disse-me: «Fale com seriedade sobre a exposição ao BESA e sobre a questão de que não é a mesma coisa...». Eu dei dois exemplos e o Sr. Deputado disse: «Bom, mas os exemplos que deu... a Grécia é zona euro, estamos com a mesma moeda, é uma fatalidade! Mas havia lá créditos, os depósitos fugiram e os bancos...!» Há bancos europeus que perderam 11 biliões, numa subsidiária na Grécia, por causa da fuga de depósitos e algumas delas foram fugas ilegais — levanta notas e puf!, mete em paraísos fiscais!

Há pouco, eu dizia-lhe que o BESI, em 2013 — e isto são contas da contabilidade do BES —, tinha uma carteira de crédito de 2 biliões e depósitos de 1 bilião. Portanto, tinha necessidade de recursos, em bancos centrais e outras IC (instituições de crédito) de 1,8 biliões. Não estou a fugir à «desonestidade intelectual», ou...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Tem informação do BESI que não tinha do BES!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Mas tem risco. O BESI...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu sei! Vou responder a tudo, eu sei qual é a sua questão.

Sr. Deputado, vou dar-lhe um exemplo. Agora, há informação do BESA, mas não há em Lisboa o nome dos clientes, porque — e espero que ainda se mantenha —, quando se transferiu informação para a dar ao Banco Central Europeu, eu solicitei, de forma formal, que o departamento de informática certificasse que as chaves e os códigos permitiam proteger a confidencialidade dos nomes, para que eu — eu, Banco Espírito Santo — nunca viesse a ser acusado de ter violado o segredo.

Agora, dizer que o Banco teve a melhor prática ao criar linhas ou que confiou demais... Provavelmente, não teve. Como é que era o processo de decisão? — foi a pergunta que há pouco um Sr. Deputado me fez. O processo de decisão era uma comissão executiva liderada pelo Dr. Álvaro Sobrinho, mas tinha mais elementos. O Banco mandou para lá o Dr. João

Moita, que era um responsável do departamento de risco global, para instituir os modelos. Foi ele quem esteve na base destes projetos do IRB Foundation, em 2008 e 2009, e a informação foi chegando. No fundo, o que é que eu tenho em abono dos membros da comissão executiva, que, como disse, até 2012 não acompanhei? Havia sempre o conforto da KPMG, que — e leia os relatórios —, apesar da limitação de âmbitos, não se justifica, e havia interações entre a KPMG de Angola e a comissão executiva de Angola.

Portanto, poderíamos ter sido mais rigorosos, mas também houve uma fase, mais recentemente, em que o BES Angola tinha má reputação em algumas situações, nomeadamente na fase mais crítica da situação. E, quando se perdem depósitos e quando se é controlador de uma organização, só se tem uma solução, é-se obrigado, fiduciariamente, a suprir a falta de linhas. Por exemplo, se o BESA tivesse um incidente com o Banco Nacional de Angola — e teve, o de não cumprir com as reservas mínimas —, a casa-mãe, enquanto controladora, teria o dever de o fazer, a menos que deixasse cair o investimento, que desinvestisse, que fechasse, que dissesse: «Eu vou perder o investimento, vou fazer tudo e largo tudo!». Mas tem esse dever em qualquer região do mundo, seja na Argentina, seja em Angola. Esta é a questão.

Agora, dizer-se que o Banco deveria ter sido ainda mais rigoroso, que deveria ter cortado ainda mais! Provavelmente, mas a consciência que eu tenho — e assumo coletivamente, no fundo, as críticas que está a fazer —, garanto-lhe, é que, desde maio de 2012, e muitas vezes com algum ónus pessoal, só por questões de política e não por questões pessoais, fiz tudo o que estava ao meu alcance para acomodar as coisas.

Em 2013, é verdade e tenho disso plena convicção, não há nenhuma justificação para haver ajustamentos, porque a garantia protege o ativo e,

como o Sr. Deputado disse, e bem, o Estado, supletivamente, substituiu-se a falhas deles, e deste lado estava garantida a situação.

Mais, Sr. Deputado, a garantia era de 5,7 biliões de dólares e não de kuanzas e era mutuamente convertível, e o financiamento dos 3,3 biliões era em dólares e não em euros. Isto é o contravalor.

É o que posso dizer, não sei se falhei alguma questão.

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Doutor, muito obrigado.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Dr. Amílcar Morais Pires, tenho um conjunto de perguntas pontuais, mas que poderão ser bastante úteis.

A primeira tem a ver com um depoimento, a que tivemos acesso, do Dr. Machado da Cruz, contabilista ou financeiro da ESI, no qual dá como explicação para o facto de ter sido ocultado um prejuízo desde 2008 o seguinte: «Foi para salvar o BES!».

Não vou pedir que se pronuncie sobre se isto aconteceu, ou não, mas, caso tenha acontecido, pergunto: o que é que significa «salvar o BES»? O que é que poderia ter salvado o BES em 2008?

Depois, lembrou, e bem, que a ESI é uma *holding* de topo, não é uma empresa qualquer, e que, portanto, um problema na ESI... Nem sequer se pode dizer que seja o ramo não financeiro, porque a ESI reúne os dois ramos. Pergunto: é normal ou, melhor, é razoável, mais do que ser normal, que uma *holding* desta natureza, que reúne os dois ramos, não faça consolidação, não tenha revisor, não tenha auditoria independente? Em suma, é razoável que não haja, de facto, aqui qualquer coisa que, quando se

chega ao topo, não funciona, até do ponto de vista de se obter um retrato do Grupo?

Em segundo lugar, também vou colocar questões muito pontuais, sobre a relação com o Banco de Portugal e estes últimos meses do BES. A primeira coisa que quero perguntar é a data: quando é que soube e quando é que começou a haver discussões com o Banco de Portugal sobre a idoneidade e, designadamente, com o Dr. Ricardo Salgado? Quando é que esta questão começou a ser discutida?

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pergunto se sabe a data, aproximada ou certa, se for possível, em que o Banco de Portugal começou a discutir com o Dr. Ricardo Salgado e, posteriormente, imagino, com outros administradores as questões da idoneidade. Qual é a data em que, pela primeira vez, foi negado ou foram postas reservas a um registo? Qual foi o dia em que soube que o Dr. Ricardo Salgado iria ter de sair do BES? Pergunto porque, no seu depoimento inicial, diz que, inesperadamente, ele disse a 20 de junho e que já o tinha convidado a 18. Gostava de saber quando é que soube que ele iria sair, porque é importante. Quando é que soube que a solução de substituição não poderia ser o Sr. Doutor, que teria de ser outra a solução?

Em relação a empréstimos que terão sido feitos pelo BES ao Espírito Santo Panamá e, depois, do Espírito Santo Panamá à ESI, disse-me, há bocado, que não fazia ideia do que é que o Espírito Santo Panamá terá feito com o dinheiro. Pergunto: pode confirmar a existência de um empréstimo, neste último semestre, ou no fim de 2013, do BES ao Espírito Santo



Panamá? Se sim, em que montante? Quem o negociou, do lado de cá e do lado do Espírito Santo Panamá?

Em quarto lugar,...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Já vai em 7.º!

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, em oitavo lugar, coloco-lhe uma questão em relação ao BESA. Falou aqui da garantia. Pergunto, muito concretamente: esta garantia garantia que créditos e de que entidades a que entidades? Ou seja, quais são os créditos em causa? O que é que exatamente está a ser garantido? Quando é que ela começou a ser negociada e com quem? E isto porque ela é dada em outubro de 2013, mas imagino que...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tinha como data 2 de outubro de 2013!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Isso foi o início das negociações!

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Foi o início das negociações, pronto, era isso que eu queria saber.

Por último, em relação a duas cartas-conforto, que são não do último semestre mas, diria, dos últimos dias, que não estão assinadas por si mas que garantem investimentos de empresas venezuelanas à ESI e à Rioforte, em caso de incumprimento, gostaria de saber se tem conhecimento, se sabe que dívidas eram estas, qual era o racional destas cartas-conforto e se o Banco de Portugal estava a par desta situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Amílcar Morais Pires, faça favor de responder.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, Machado da Cruz... 2008... salvar o BES...! Não faço nenhuma ideia sobre qual era o pretexto, porque eu acho que o BES nessa altura — e isso ficará para as minhas memórias — tinha lucros. Não vejo que 180 milhões fossem materiais para salvar o BES! Portanto, não percebo o que isso quer dizer. A Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que foi o Machado da Cruz quem disse que o Dr. Ricardo disse que disse, não é?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estou a citar de cor, mas creio que no depoimento há um momento em que ele diz que foi para salvar o BES e, depois, num momento mais à frente, diz que o Dr. Ricardo Espírito Santo Salgado queria salvar o BES e que, por ele, estava tudo *Ok*, ou estava *Ok*, ou «Eu estava de acordo!».

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Como há pouco expliquei, numa estrutura de cascatas de *holding*, o BES é sempre o menos alavancado. Se reparar, ao longo da história, o BES era o banco que tinha os rácios mais fortes. Alavancado no sentido da liquidez é uma coisa, mas

estou a referir-me ao capital. O BES era o que tinha os maiores rácios de capital, o BES era o que tinha a dimensão... Portanto, não vejo como é que a ESI poderia salvar o BES. Estou a deduzir.

Depois, a Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou-me se era razoável que a ESI não fizesse consolidação. Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem toda a razão e por isso é que eu disse que, na área do risco, nós próprios, eu, como analista, tomámos conta do ETRICC, havia duas dimensões: a primeira era a de que as contas estavam bem, ou mal; a segunda eram os perímetros de consolidação, e este é um dever de diligência da área de risco. É óbvio que deveria existir.

Por outro lado, vi passarem por aqui muitos administradores e ex-acionistas da ESI. Mesmo em situações de conflito, em que possam hoje estar, todos eles tinham o dever de exigir isso, se aquilo era a cabeça do Grupo! E, como eu disse, aquilo não era a área não financeira, aquilo era a soma da área financeira com a área não financeira.

Quanto à relação do Dr. Ricardo com a idoneidade,...

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Com o Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Eu percebi, tomei nota, mas dei logo o salto.

*Risos.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, a análise da idoneidade é um exercício individual e, normalmente, nós recebemos cartas individuais para esclarecimento das situações. Portanto, do Dr. Ricardo não sei, nunca comentou comigo.

Eu fui questionado, em algumas situações — não me apercebi disso, mas fui questionado, em algumas situações — e sempre esclareci o Banco

de Portugal, mas nunca mandei nenhum parecer, mandei só as minhas respostas às questões. Não sei qual é o meu estado de idoneidade, mas, entretanto, resignei a todas as situações.

Mas é um exercício individual e as cartas são recebidas em casa a título particular. Portanto, não tenho acesso ao correio do Dr. Ricardo, nem ele comentou.

Realmente, fui objeto de várias questões, respondi-as individualmente e tentei esclarecer o melhor que sabia todas as situações que me foram colocadas.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou quando é que o Dr. Morais... Uma coisa é o que os jornais dizem, outra coisa é a realidade. Eu fui convidado no dia 18. Não fiz qualquer contrato com a Espírito Santo Financial, nem assinei, nem deixei de assinar. Senti foi um dever, depois de ser feito o aumento de capital, de que, mesmo com sacrifício pessoal... Não pus condições nenhuma, nem falei com o Sr. Governador. Fiz fé naquilo que me transmitiram ao longo do tempo. É verdade que já existiam rumores do que fazia, mas também lhe digo que andei em todo o *roadshow* e nunca pensei que, três dias após o aumento de capital, houvesse esse desfecho. É que a expectativa normal é que, se é preciso mudar a administração, devia ter sido dito. Quando lá andei no *roadshow*, podia ter sido dito isto: «Não sei quem vai ser o novo administrador, mas não vai ser este o presidente da comissão executiva». Acho que isso foi lamentável. Mas isso aconteceu no dia 18, num jantar, e tenho até testemunhas de como isso se passou.

Quanto à ESI Panamá, todas as exposições que a ESI tenha à Panamá, não tenho conhecimento porque não pertenço a nenhum órgão social. A exposição que o BES tem à Espírito Santo Panamá ou à Espírito Santo Financière, que constam deste mapa que diz «aumento da exposição à Espírito Santo Financial e filiais», foi autorizada no processo que lhe

referi: primeiro, comissão de controlo de transações na oposição, aprovação do conselho, mas, em abono completo da informação, foi pedido — e era a expectativa nossa, do conselho de administração e da comissão executiva do BES — que fossem sendo dadas garantias que mitigassem este risco. Esta era a promessa. Não sei se depois se concretizou, ou não.

Depois, quanto ao BESA e à garantia, Sr.<sup>a</sup> Deputada, existe um anexo à garantia, com uma lista exaustiva de todos os créditos. Esse anexo nunca esteve em Lisboa, mas a KPMG teve cópia, porque teve de auditar linha a linha as operações. Não conheço, nem nunca vi o anexo.

Em relação às cartas-conforto da ESI, a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe quem as subscreveu. Eu não cheguei a lê-las. Chegaram a questionar-me, quando eu já estava de saída, se eu por acaso tinha tido conhecimento. Não tive conhecimento dessas cartas, não sei por que foram dadas, a que título, mas os subscritores poderão esclarecê-lo.

Falhei a resposta a alguma pergunta?

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Presidente**: — Entramos, agora, na terceira ronda. Cada Sr. Deputado intervirá durante 3 minutos e peço um esforço no sentido de cumprirem estes 3 minutos. Juntaremos todas as perguntas e peço alguma especial atenção por parte do Sr. Doutor para as ir apontando, porque responderá, na parte final, a todas elas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Dr. Morais Pires, a primeira pergunta que tenho vontade de lhe fazer, confesso, é como é que

um CFO de um banco, cuja resposta para tudo o que lhe foi perguntado aqui hoje é «não sei de nada, não acompanhei», justifica o salário.

Em segundo lugar, como é que podemos tirar uma conclusão diferente da de que um banco é mal gerido, quando o próprio CFO não sabe o que lá andava a fazer.

Mas vou aproveitar o tempo para colocar algumas outras questões mais concretas, apesar de eu achar que está mais do que demonstrado que, de duas, uma: ou a verdade está escondida, ou o CFO do banco não participava na gestão e isso, por si só, fazia uma má gestão, ou, então, era um adorno do banco.

Quanto à PT, como não sabe nada, nem participou nas decisões, quando era o próprio representante na assembleia geral da PT dos interesses do BES? Quem é que determinava, então, as posições que ali assumia? Quem é que lhe dava as orientações que ali assumia?

Sobre as *offshore*, por exemplo, o BES Cayman não tinha nenhuma relação com as *offshore* do GES nas Cayman? Nenhuma?! Não sabia de nada, não fazia ideia do que se passava, não havia fluxos financeiros, não havia relações!... Estava ali uma empresa sediada no mesmo local que uma sucursal do banco, mas não fazia ideia do que se passava!... Não havia fluxos financeiros entre o BES e as sucursais do BES no estrangeiro? Por exemplo, em 2009, há uma emissão obrigacionista de 1800 milhões de euros. Essa emissão é adquirida integralmente pela Zyrca, que é um fundo da Eurofin. É depois vendida pelo dobro ou o triplo do preço. E também não sabe, não conhece, nunca passou pelo seu conhecimento?! Nem sabe certamente quem terá ficado com a mais-valia — e esta é uma pergunta presumo que desnecessária, porque é provável que não saiba.

Sobre o Banco de Portugal, perguntei-lhe, há pouco, se considera que houve ou não, nos avanços e recuos, nomeadamente sobre a nomeação da

sucessão, gestão política ou intromissão política. Pedia-lhe que comentasse. Foi-nos aqui dito que esse processo foi conturbado, que não foi bem percecionado pelas partes. Mas nunca se percebeu muito bem por que é que o seu nome não foi aceite, pelo menos daquilo que nos foi dito. Assim, pergunto-lhe novamente se considera que há ou não gestão política dessas decisões ou desse comportamento.

Quanto ao fundo que supostamente viria a participar no aumento de capital, pergunto-lhe o seguinte: teve algum envolvimento nesse fundo? Esse fundo era, por acaso, venezuelano? Participou nesse fundo? Era o PDVSA que estava por trás desse fundo?

Aproveito para lhe perguntar, como responsável pela componente internacional, qual foi o desenvolvimento das investigações em Espanha. Houve coimas aplicadas, ou não houve coimas aplicadas?

Qual é o comentário que nos pode fazer sobre as investigações que ocorrem por 17 autoridades de supervisão e de outra natureza similar em sete países estrangeiros, a saber, Estados Unidos da América, Panamá, Dubai, Suíça, Luxemburgo, Bahamas e Reino Unido?

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Termino, Sr. Presidente, dizendo apenas isto: a simples tentativa de nos fazer crer que um CFO não sabia nada disto fala pela natureza do seu testemunho. E como é a minha última intervenção, e sem querer evidentemente antecipar-me a conclusões que teremos de tirar com muito mais ponderação, está cada vez mais visto que a pior asneira que se fez foi mesmo a reprivatização do BES.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Dr. Morais Pires, vou fazer-lhe duas perguntas.

A primeira refere-se à garantia de Angola. Nós não temos qualquer versão oficial e, portanto, mais uma vez, socorremo-nos dos documentos que são divulgados nos jornais. E há uma divulgação de um documento na íntegra. O que esse documento diz é que o Presidente angolano garante os créditos ao BESA, e não ao BES.

Portanto, a pergunta mantém-se: se o BESA falisse, quem é que garantia o pagamento ao BES? O dinheiro até podia chegar ao BESA, porque havia uma garantia, mas ninguém garante que o dinheiro chegasse ao BES. Aliás, como CFO do banco, tratava das contas do banco. Em termos consolidados, o BESA consolida e, portanto, a garantia até poderia servir. Mas, do ponto de vista das contas individuais do BES, a garantia não cobria nada, porque a garantia só cobria créditos em relação ao BESA. Era a garantia de que se os empresários angolanos não pagassem ao BESA, o Presidente angolano pagava por eles ao BESA. Mas não garantia que o BESA pagava ao BES.

Do ponto de vista do BES, de contas individuais, não percebo como é que esta garantia protege e como é que isto não foi provisionado. Continuo sem resposta.

A minha segunda pergunta, também muito concreta, tem a ver com o seguinte: há pouco, a uma pergunta que lhe fiz, respondeu que nunca teve conversas com a família Espírito Santo, nem com membros do conselho superior sobre a situação do GES e das *holdings* não financeiras, das quais, aliás, sempre se afastou aqui durante esta conversa. Tenho uma informação



— dir-me-á se é verdade ou não, sendo que nós já pedimos as gravações do conselho superior — de que esteve numa reunião do conselho superior no dia 27 de janeiro, na qual discutiu formas de financiar a Rioforte e a ESI. Terá até sugerido que a Rioforte se pudesse financiar através da emissão de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis. E, aliás, discutiu a fundo a questão financeira do ramo não financeiro do Grupo, tendo, nessa mesma reunião, sido colocada em cima da mesa — e não estou a dizer por si, estou a dizer que foi — a possibilidade de dar ações do BES como garantia de emissões de dívida por parte do ramo não financeiro. Entenderá que isto é no mínimo... Ora, como estas conversas são gravadas, há atas destas nossas inquirições que são contraditórias com aquilo que nos disse há pouco, ou seja, que não tinha tido nenhuma conversa com a família sobre a situação do Grupo.

Portanto, pergunto-lhe se o que disse há pouco se mantém ou se, na verdade, esteve nesta reunião de 27 de janeiro — e esta é a única de que tenho conhecimento, não posso garantir que não tenham existido outras — a discutir a situação financeira do Grupo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Saraiva.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Moraes Pires, pedia-lhe que, por alguns instantes, nos concentrássemos num documento que já referiu e que corresponde às contas do primeiro semestre de 2014, com particular incidência no segundo trimestre de 2014.

O primeiro aspeto que sobressai dessas contas é que efetivamente há um aumento da exposição direta do BES ao GES. Mesmo que eu desconte os 600 milhões de euros da ESFG — mas, mesmo assim, era bom saber porquê, até porque 130 milhões foram para o Espírito Santo Bank do

Panamá (e isto responde também à curiosidade da Deputada Cecília Meireles) —, o certo é que, para empréstimos diretos à Rioforte, foram 164 milhões e, para a Escom, foram 60 milhões, e isto indubitavelmente é a área não financeira.

Mas se eu for para a via indireta — dívida emitida por GES e subscrita por clientes do BES —, neste trimestre, aumenta em 1400 milhões de euros, e 1200 milhões de euros são da Rioforte. Ora, se eu somar estas duas coisas, a exposição, mesmo na visão mais restrita, aumenta em 1400 milhões de euros. E estou a incluir o que está referido no relatório de contas que referiu há pouco.

Portanto, pergunto-lhe: isto não é incontornavelmente um aumento da exposição, mesmo na leitura mais generosa que se queira fazer?

E voltando à questão: e não contraria, de facto, as orientações dos reguladores? É que, a meu ver, com contas rápidas, esta é uma das questões para saber se, sim ou não, é verdade que a exposição aumentou, contrariando as orientações dos reguladores. E, já agora, convinha tentar perceber, mesmo na parte da ESFG, para que é que eram estes 600 milhões de euros — presumo que houvesse justificações — e para que é que eram mais 130 milhões de euros de crédito conseguido para o Espírito Santo Bank do Panamá.

A segunda pergunta é mais de detalhe, mas não queria deixar de a fazer, até porque é responsável pelo acompanhamento do Banco em Espanha. De acordo com os dados que temos, os valores não são muito diferentes. Terá havido uma diminuição dos depósitos, ao longo do mês de julho, em 5200 milhões de euros — e isto é dito pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Almeida, numa reunião de 30 de julho — e, desta componente, há uma fatia substancial que vem da redução de depósitos de retalho, em Espanha.

Ora, gostaria que explicasse o que são 1600 milhões de euros de retalho, de particulares, em Espanha, comparativamente com o que aconteceu em Portugal, em que foram sobretudo empresas a reduzir. Gostava que, com a sua experiência, nos ajudasse a esclarecer o que pode explicar este fenómeno.

A última questão — e não veja nada de pessoal nela, é uma questão para o CFO, fosse ele quem fosse — é esta: no segundo trimestre de 2014, assiste-se a uma destruição de valor no BES de quase 3500 milhões de euros, o que quer dizer metade do valor contabilístico que o BES tinha, em 31 de dezembro de 2013.

Ora, a pergunta que os portugueses colocam é esta: como é que um valor contabilístico acumulado em 145 anos vê metade desse valor destruído num único trimestre?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Sr. Presidente, Dr. Amílcar Morais Pires, não me leve a mal, mas parece-me que fez aí alguma mistificação com os números do GES, sobre as condições necessárias mas não suficientes, porque os valores que aqui referiu são um problema para o GES, ou seja, os 2000 milhões que faltam, faltam ao GES.

A pergunta é esta: no final de 2013, se tivesse substituído o Dr. Ricardo Salgado e feito falir o GES... A exposição direta do BES ao GES era de 701 milhões de euros mais 301 milhões de euros, portanto, 1000 milhões. O BES tinha um capital próximo dos 6000 milhões de euros e, segundo o Banco de Portugal, tinha um rácio *Core Tier 1* de 10,6. Portanto, assumindo provisões zero, assumindo garantias zero, o impacto máximo

que a falência do GES podia ter no BES era de 1000 milhões de euros, que era a exposição direta.

Mesmo assumindo a exposição indireta, que aquela provisão determinava que eram 700 milhões de euros para...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não existia!

O Sr. **João Galamba** (PS): — Tudo bem.

O que estou a dizer é que se o BES levasse o impacto da falência do GES naquele momento, passaria de um rácio de 10,6 para um rácio de 8, aproximadamente.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — No limite, perdia 2,4.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Portanto, a necessidade de capitalização não era de 2000!

O Sr. **João Galamba** (PS): — O ponto é exatamente este: se tivesse substituído o Ricardo Salgado no final de 2013, se o GES tivesse falido nesse momento, na pior das hipóteses — nem estou a contar com ir buscar algo, já que o GES era credor do BES —, refiro-me à perda máxima, o Banco ficava com um rácio de capital de 8, que é acima do rácio legal.

Portanto, parece-me que este era um problema significativamente menor do que veio a ser ao longo de 2014, o BES não teria de acabar, não teríamos de injetar 4900 milhões no Novo Banco... Estes números que estou a referir são ou não verdade? Ou seja, na pior das hipóteses, com a falência total do GES, o BES ficava ou não com um rácio de 8 e, portanto, acima do mínimo legal? Sem BESA, claro, assumindo que a garantia do

BESA existia. E naquela data existia, porque naquela data a garantia era tida como boa pelo Banco de Portugal, pela KPMG...

Portanto, Dr. Amílcar Morais Pires, a pergunta é esta: falindo naquela altura e cortando a ligação do BES ao GES, quer a nível de administradores, quer a nível da própria existência do GES, o BES não poderia sobreviver, levando apenas o impacto de cerca de 1000 milhões de euros no capital, mas ficando, ainda assim, acima dos mínimos legais?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles.

A Sr.<sup>a</sup> **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou fazer duas perguntas pontuais.

A primeira diz respeito aos relatos que temos tido de vários clientes, ou pelo menos de alguns, que se queixam que terão visto os seus investimentos ou a sua carteira de investimentos ou de aplicações serem substituídos, renovados, subscritos sem autorização e, nalguns casos, até sem conhecimento.

Pergunto-lhe se isto é possível e se é ou não prática no BES, e até noutros bancos, a assinatura de contratos de adesão, de acordos-tipo ou outros instrumentos jurídicos que dão aos gestores de carteira ou aos gestores de conta capacidade de fazer esta alteração e esta gestão das carteiras dos clientes.

A segunda é a seguinte: falou-nos do convite que lhe foi feito no dia 18 de junho e do anúncio no dia 20 de junho. Temos nota do Banco de Portugal de que a 19 de junho de 2014, portanto um dia depois do convite que lhe foi feito e um dia antes do anúncio público da sua condução, digamos assim, o Banco de Portugal decidiu enviar cartas a Ricardo

Salgado, José Maria Ricciardi, outros, e Amílcar Moraes Pires, na qualidade de administradores do BES, transmitindo que as informações que chegaram ao conhecimento do Banco de Portugal relativas à ESI e ao BESA, poderiam indicar comportamentos suscetíveis de colocar em causa a sua idoneidade, podendo daí resultar a abertura de processos de reavaliação de idoneidade, tendentes ao cancelamento dos respetivos registos.

Pergunto quando é que recebeu esta carta, se achou que ela podia, de algum modo, interferir na sua nomeação, por motivos que me parecem óbvios, e há quanto tempo é que havia esta troca de correspondência, pelo menos no seu caso. Em relação ao Dr. Ricardo Salgado, já disse que desconhece, mas em relação a si há quanto tempo é que havia uma troca de correspondências com este tema?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, coloco duas questões.

Quanto à primeira, o Sr. Dr. Amílcar Pires já referiu que a notícia da substituição do CEO do BES, durante o *roadshow*, em seu entender, seria materialmente relevante. Ficamos a saber que essa informação era já certa a partir de abril e foi omitida pelo Banco de Portugal à CMVM, matéria de que iremos cuidar futuramente.

Quanto à segunda, sabemos que o Dr. Ricciardi enviou ao Banco de Portugal, em 27 de maio, um ofício datado de 31 de março, dirigido a João Martins Pereira e a Domingos Espírito Santo Coutinho, dando conta da ocultação dolosa e criminoso das contas da ESI.

Pergunto quando é que o Sr. Doutor teve conhecimento desse memorando, porque o Sr. Dr. Ricciardi refere que ele circulou por vários elementos do conselho de administração e, portanto, em que momento é que teve conhecimento, uma vez que o Dr. Ricciardi disse que teve conhecimento em 27 de maio.

Finalmente, com o receio ou o risco de pôr em causa a indisfarçável boa disposição com que decorreu esta audição, tenho de o confrontar com a circunstância de o Banco de Portugal ter informado esta comissão parlamentar de inquérito que, posteriormente, a 3 de dezembro de 2013 e anteriormente a 11 de julho de 2014, data da sua saída, se verificou, no Banco Espírito Santo, e vou citar, «a prática de atos de gestão gravemente prejudiciais aos interesses do BES que conduziram a prejuízos de elevada magnitude».

A pergunta que lhe faço muito diretamente é se nega a coautoria de tais atos, se conhece os autores de tais atos e, no pressuposto de ser coautor, quais são os demais autores.

O Sr. **Presidente**: — Culminamos esta ronda de perguntas com o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, não há mais ninguém inscrito, quer o Sr. Presidente sublinhar. Essa é uma boa notícia, Sr. Presidente.

Gostaria de juntar às perguntas já feitas uma reflexão um bocado melancólica.

Tomámos hoje conhecimento de uma carta que o Dr. Ricardo Salgado escreveu no dia 1 de julho ao Banco de Portugal e de que o Sr. Doutor deve ter conhecimento. Não aludiu a ela no depoimento que fez

aqui publicamente, mas é uma carta na qual se reitera a ideia de que havia um plano, que esse plano foi destruído e, a seguir, explica-se muito detalhadamente aquilo que não disse aqui. Ou seja, para já, que tinha havido esta carta; em segundo lugar, que tinha havido uma manifestação do Banco de Portugal favorável a um plano que o incluía, mas depois deixou de incluí-lo... Eu não consigo fazer uma *timeline*. Estou a tentar fazer uma *timeline* dos três meses, praticamente dia a dia. Parece ser uma tarefa completamente amanuense e de caras, mas não é! Esta carta, por exemplo, obriga a rasurar a narração daqueles dias porque não estava incluída na própria narração que o Dr. Ricardo Salgado aqui fez no dia 9.

Portanto, não conseguimos atinar com o que se passou realmente.

Por exemplo, o que se diz aqui de mais grave é que a sua escolha sucessória era segredo e que foi o Banco de Portugal que precipitou e obrigou à revelação, para não rebentar com os interessados numa recapitalização. É uma versão, mas não está comprovada. Gostava que pudesse dizer-nos alguma coisa sobre isto.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Está a dizer que era segredo...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Era segredo a sua nomeação, o plano sucessório, a criação do conselho estratégico... Eu, que leio jornais — e lia, nessa altura, bastante inocentemente —, sabia disso. Portanto, que segredo estranho os senhores tinham.

Mas o que me impressionou mais — devo dizê-lo — não foi isso. O Sr. Doutor foi o braço direito, esquerdo e os mais braços de Shiva...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, já vai em 4 minutos.



O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, preciso de fazer a seguinte pergunta: o Sr. Doutor auto intitulou-se «faz tudo», mas aqui autodescreveu-se como «faz nada», porque realmente não fez nada de relevantemente negativo... O *Titanic* tinha um *iceberg* à frente, o comandante estava completamente desgastado, mas não saía, estava colado ao assento... O Sr. Doutor estava ao lado e era o sucessor putativo, que depois não foi, mas que cruzou os braços, a partir de um determinado momento... E o *Titanic* a avançar, e o *iceberg* à frente, e as ações a caírem...

Sr. Doutor, não tem uma palavrinha de autocrítica?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não tem nada a apontar-se?  
É só isto.

O Sr. **Presidente**: — Infelizmente, ainda temos mais uma inscrição.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente, pela consideração. Peço desculpa por não me ter inscrito mais cedo.

Gostava, em primeiro lugar, de anunciar que o PSD e o CDS vão pedir, através de requerimento, os comprovativos da saída de capital do BES para o BESA, bem como os comprovativos da receção desse dinheiro por parte do BESA.

Gostava de lhe colocar duas perguntas.

Primeira, como cidadão — e há pouco falava no cidadão e no administrador —, não lhe custa ou não lhe causa espécie ou estranheza a forma como o BES lidou com a PT e com o empréstimo que a PT fez: 96% das suas reservas de caixa? Como cidadão, isto não o choca ou não lhe causa nenhuma indignação?

Segunda, na linha das perguntas que fizemos ao Dr. Ricardo Salgado e do percurso que tem tido, não posso deixar de fazer esta pergunta, sabendo de antemão que pode não responder por questões de segredo de justiça: o Sr. Doutor também fez algum RERT (Regime Extraordinário de Regularização Tributária) como o Dr. Ricardo Salgado, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Amílcar Pires, sei que tem um conjunto significativo de perguntas para responder. Sei que as apontou. Se houver alguma dificuldade, tenho a certeza de que, no fim, os Srs. Deputados esclarecerão.

Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, quanto ao BES Cayman, já lhe disse que a responsável pela sucursal... O BES Cayman é uma sucursal integral do BES num paraíso fiscal, é auditada... Não tenho conhecimento de nenhum problema no BES Cayman. Se tiver algum registo, diga.

Embora o Sr. Deputado tenha todo o direito de o fazer, desculpe que o diga mas não aceito que o meu testemunho tenha sido o de fingir, o de passar ao lado. No fim, farei as minhas autocríticas, se entender.

As questões relativas à Zyrca estão em segredo de justiça.

Sr. Deputado, no Banco, toda a ligação institucional com o Governo, com o Banco de Portugal e com a CMVM eram da responsabilidade do Dr.

Ricardo Salgado. Portanto, se houve gestão política ou não, não faço ideia. Essa terá de ser a sua conclusão. Até já lhe disse que, por acaso, comecei a vida num banco nacionalizado e cheguei a subdiretor num banco nacionalizado. É uma coisa de que me orgulho e não tenho preconceitos nenhuns. Vivi todos estes anos no Banco e até resignei, porque me senti maltratado, e isto faz parte da tal autocrítica que eu fiz.

Quanto ao fundo venezuelano PDVSA... A PDVSA, que é uma empresa petrolífera, era uma grande cliente do Banco, relevante, e tanto tinha depósitos como tinha crédito. O Banco tinha ganho, através da ESAF, um concurso público para fazer a gestão de vários biliões e estava explicitamente escrito que o fundo podia alocar até 700 milhões de investimento em capital da Rioforte. Isso está nos documentos da comissão executiva do BES. Como fui «desblindado» do segredo profissional, digo que está lá. Consulte e veja. A PDVSA era um grande cliente e há um fundo para capitalizar. Portanto, não estou a esconder nada. Havia e foi discutido na comissão executiva no segundo trimestre, portanto ainda eu lá estava.

Quanto à investigação em Espanha, houve várias investigações em Espanha ligadas a branqueamento de capitais, e o Banco recorreu. Por acaso, ainda não estava ao início, mas tenho responsabilidade da sucursal e acompanhei os últimos tempos. O Banco recorreu várias vezes, foi com vários clientes, e levou uma coima de, se tenho de memória, 1 milhão de euros. É verdade e levou uma coima. Portanto, não estou a fugir a nada. Houve investigações relacionadas com branqueamento de capitais.

Quanto aos processos em 17 países...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não, em 17 entidades supervisoras!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Daquilo que eu sei, o BES só tem, e já foi depois de eu sair, no Espírito Santo Bank of Florida, que é do BES... Dubai não é BES, Panamá não é BES, *Vénétie*... como é que se chama..., Banque Privée, na Suíça... Estava a pedir ajuda. É o cansaço, peço desculpa. Quem me dera saber, não é? Mas, como estava a dizer, Banque Privée, na Suíça, nada.

Ou seja, de BES, só sei que existe investigação no Espírito Santo Bank of Florida, que era uma subsidiária. Todas as restantes, não conheço.

Falta alguma questão?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Falta responder à questão da PT.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — O Sr. Deputado perguntou quem é que me dava as instruções na assembleia geral.

Para votar na Oi foi assim: havia dois administradores que acompanhavam a PT — a PT não era um pelouro do Moraes Pires, nem do Dr. Joaquim Goes, que eram os administradores nomeados, eleitos em lista única —, a decisão era da comissão executiva e as orientações que recebíamos eram do Presidente da comissão executiva.

Por exemplo, para a decisão da fusão da Oi, eu não estava no conselho de administração, mas o meu colega, Dr. Joaquim, tinha plena procuração para me representar e para receber as orientações da PT. Nas assembleias gerais, tínhamos mandatos, eu e o Dr. Joaquim, para votar a situação. Tanto podia votar eu como ele e éramos co-representantes.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Exatamente! Para tudo! Era assim. Isso não me coíbe de assumir, obviamente, as minhas responsabilidades de cumprir as ordens e de não me ter rebelado contra elas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, sobre a garantia de Angola ao BESA mas não garantia ao BES, devo dizer que temos uma divergência de fundo de conceção.

Foi feita a seguinte observação: «O problema é que vocês estavam a dar crédito e não tinham uma informação completa, fiável, de quanto conceder e, portanto, arriscaram emprestar 3000 milhões de euros ao BESA, mas aquele dinheiro foi mal concedido! Mesmo que tivesse tido as garantias, foi mal concedido!» Foi o dinheiro que se perdeu, aceito!

Já não aceito a sua conclusão de que, mesmo que tivesse tido as garantias, aquele dinheiro foi mal concedido. E não aceito porque, havendo a garantia, se o BES Angola recebesse a liquidação daqueles créditos transformados em dívida pública angolana ou em dinheiro, então o BESA iria ficar com disponibilidade para pagar as suas linhas.

Portanto, aceito a crítica que foi feita a dizer: «Os senhores foram concedendo 3 biliões e não tinham a segurança, incontornável e total, de que os sistemas de controlo...!».

Sr.<sup>a</sup> Deputada, sou CFO, já disse quais eram as minhas responsabilidades e aceito coletivamente todas as responsabilidades, mas não é o CFO que manda no Banco todo, nem sequer tinha qualquer responsabilidade na área do risco.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, participei uma questão, assim que o Banco de Portugal me pediu opinião. Quando o Grupo Espírito Santo apresentou, depois do ETRICC, a segunda reestruturação do seu plano de desalavancagem, em que se fez aquela questão de passar para a Rioforte o

epicentro e de abolir a marca «Espírito Santo» na área não financeira, e tudo isso — e não posso dizer se a reunião estava ou não a ser gravado, porque não sei —, pediram-me para estar os primeiros 10 minutos na reunião, e foi a única a que fui, onde estavam pessoas do Grupo Espírito Santo (e acho que era uma reunião institucional, não sei se do conselho) e foi-me perguntado o que eu achava da situação e dos VMOC (Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis).

Já me referi aqui à questão dos VMOC, explicando que o plano que eles tinham era fazer um aumento de capital com 700 milhões que vinham dos fundos ligados aos venezuelanos, mais 300 milhões de valores mobiliários convertíveis, o que dava 1000, e com esse produto de encaixe fazerem a recompra dos minoritários da Espírito Santo Financial Group. Tudo isso criava valor e repunha a situação líquida do Grupo em cerca de 1800 milhões, segundo as contas que eles faziam. Portanto, recomprar os minoritários. E eu dei um parecer. Não participei em mais nenhuma reunião com as pessoas do Grupo Espírito Santo. Apenas participei nessa reunião para dar esse parecer e também o dei ao conjunto dos meus colegas aquando da desalavancagem.

Quando se fez o ETRICC 2, houve várias pessoas a participar e a perguntarem o que é que achavam deste plano, porque o plano ETRICC pressupõe que o Grupo Espírito Santo seja viável, se o BES valer no espaço de 10 anos, se os hotéis gerarem o suficiente de *cash-flows*.

Portanto, se há pouco referi que tive conversas com o Dr. Ricardo ou com algum membro da família, não tive. E volto a dizer...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Exceto essa conversa!

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Exceto essa.

Que falava todos os dias, ou quase todos os dias, com o Dr. Ricardo enquanto presidente da comissão executiva, é verdade. Também falava com o Dr. José Manuel Espírito Santo, que se sentava perto de mim.

Sr. Deputado Pedro Saraiva, falo, agora, sobre a exposição ao BES no contexto das contas do segundo trimestre e da destruição de valor. Bom, não tenho nenhum estado de alma sobre as soluções que o Estado português encontrou para resolver este problema.

Mas o que é que aconteceu? Quanto à questão da exposição, digo-lhe que a exposição, na perceção do BES, evoluiu no tempo. Primeiro, era a área não financeira e, depois, registei que, no princípio de junho — quase no fim do aumento de capital —, o Banco de Portugal levantou estas questões da exposição à Financial.

Penso que o Banco, quando o fez, tinha a convicção de duas coisas, além de já ter dito, várias vezes, que foi tudo aprovado, formalmente, na hierarquia do Comité de Controlo de Transações com Partes Relacionadas: primeiro, o Banco tinha a convicção de que era para substituir cortes de linhas que tinha feito e não tinha a convicção de que ia tudo parar à área não financeira; segundo, nós pedimos, como coletivo, garantias para reduzir esta exposição.

Mas também lhe digo uma coisa: há uma determinação do Banco de Portugal que manda provisionar 2 biliões, no mínimo — foi na tal carta de 23 de julho —, para a exposição ao GES, direta e indireta. Curiosamente, há uma reunião no Banco, penso que foi no dia 7, em que o Departamento de Risco Global tinha feito uma estimativa, quando estávamos a preparar o comunicado do dia 10 de julho, muito inferior, no pior cenário, à volta de 1100 milhões, 1200 milhões. Eu, que saí de lá, pergunto-me o que é que se passou entre o dia 7, quando o Departamento de Risco Global fez a análise e se previa, no pior cenário — isto consta das atas e dos anexos —, 1150

milhões ou 1140 milhões e, depois, foram provisionados 2 biliões. Está a perceber? Ou foi porque houve perdas de garantias...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Mas a questão não era sobre provisões. Houve ou não aumento de exposição à Rioforte de 1400 milhões?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — À Rioforte, já lhe disse que sim. E, por acaso, o comunicado, feito pelo Banco, diz que depois houve redução, porque o Banco comprou uns ativos e ressarcio-se. No dia 28 de julho, já tinha reduzido. Mas, na Rioforte, é verdade que houve, passou de 0 para 165.

Veja as atas que o Dr. Joaquim Goes referiu e pode verificar que avisou previamente e tinha a concordância do Dr. Luís Costa Ferreira, questionado por outro administrador, que não fui eu. Vá ver. Mas dizer que é verbal, que não deixa ser mau...

Quanto à Finacial, é verdade. Há esta questão de que foi o conselho de administração e havia a convicção de que podiam baixar, mas traduziu-se apenas nesta questão.

A outra questão que o Sr. Deputado me colocou tem a ver com o BES Espanha e com a perda de depósitos. Esta foi a perda de depósitos que, felizmente, não teve consequências maiores.

Na minha intervenção inicial, expliquei que o Banco estava em Espanha num projeto de aumento da base de depósitos, ia aumentar a rede — nós falávamos muito dos depósitos do Cristiano Ronaldo —, os depósitos a prazo simples tinham crescido e eu até disse que chegou a 5,5.

E o que é que acontece? Como é uma rede pequena, em que o valor do *franchising* é muito determinante, os ruídos que eu referi, como crise de



liderança, risco de falência do GES e isso tudo, fez a perda de depósitos. Como esses depósitos eram exigíveis no imediato, o Banco saiu.

Mas no que é que isso se traduziu? Essa sucursal tinha um excesso de liquidez de quase de 2 biliões depositados em bilhetes do tesouro e, portanto, recorreu mais ao banco central e reduziu à Espanha.

Por que é que perdemos tantos depósitos? Porque era uma rede pequena. A cota de mercado do BES não chega a 1% em Espanha, é irrelevante, e as pessoas, quando sentem o mínimo de pânico, voam. Esta é a explicação.

Sr. Deputado, sobre o segundo trimestre de 2014 e a destruição de valor, devo dizer-lhe o seguinte: há coisas que não posso comentar, como as cartas de conforto, que já referi, e as partes das ditas operações da Eurofin. Quanto ao resto, é uma questão de valorização.

Há um critério subjetivo que é o seguinte: para mim, é evidente que o Departamento de Risco Global entendia que a exposição direta e indireta ao GES, em 7 de julho, justificava uma provisão de 1,1 e não de 2. Não sei o que aconteceu, para ser honesto, entre o dia 7 e o dia 23, quando o Banco de Portugal determinou — portanto, foi uma ordem! — que se fizessem 2 biliões de provisões, o que acabou por influenciar. Deve-se perguntar mais a juristas do que a economistas por que é que tal foi determinado. Foi exageradamente prudente? Foi imprudente? Isto sabendo nós que aquilo ia baixar os rácios e ia automaticamente desvalorizar o valor dos próprios colaterais, que eram o ativo.

O Sr. Deputado poderá ler, embora eu já não estivesse lá, as críticas que os franceses fizeram, naquela altura, à situação.

Sr. Deputado João Galamba, continuo com a minha quanto à questão da condição necessária e não suficiente. Sabe porquê? Por uma pequena diferença: os 2,4 são estáticos e pressupõem avaliações. O que é que eu

quero dizer com «avaliações»? No modelo do ETRICC, presume-se que o BES vai gerar *cash-flows* de  $x$ , que a Tranquilidade vai valer 700, portanto dá 2,4. Agora, imagine que o BES nunca vai gerar aqueles dividendos.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não está a responder à minha pergunta.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Doutor vai responder.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Vou tentar responder.

O Sr. Deputado disse que, se parássemos naquele dia, o BES, no limite, perdia 2,4 e acabou.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não. O BES perdia 1000, que era a exposição.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — E a indireta?

O Sr. **João Galamba** (PS): — Eram 700 milhões de provisão...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Mas a provisão era paga por quem?

O Sr. **João Galamba** (PS): — São 1000 mais 700, na pior das hipóteses.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, na altura...

O Sr. **João Galamba** (PS): — É quase um terço do que foi injetado depois...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, o défice era muito maior. Por que é que digo isto? Há pouco tentei explicar que a ESI não é a área não financeira, é o topo. Portanto, se fizesse 2 milhões, o BES valia menos logo no dia seguinte. Se valia menos no dia seguinte, o *deficit* não era de 2,4, era de 4,7. O Sr. Deputado vai ver isso um dia.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não está a responder à minha pergunta e eu só lhe coloquei uma.

O BES tinha uma exposição ao GES no final de 2013, calculada, segundo as contas do próprio Banco, em 1000 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Portanto, o máximo de perda que o BES poderia ter com a falência do GES direta seria de 1000 milhões de euros. Não seria de 2000, nem de 4000, seria de 1000, que era a exposição! Isto assumindo que não havia garantias, não havia recuperação de créditos e não havia provisões. Ou seja, a perda máxima naquele momento, se o GES falisse, seria de 1000 milhões de euros, que era a exposição, segundo as contas do BES, a 31 de dezembro. Repito: 1000 milhões de euros!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, mas esquece-se de outra coisa...

O Sr. **João Galamba** (PS): — A provisão de 700 milhões de euros para reembolsar os clientes do BES...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — E os institucionais não contam?

O Sr. **João Galamba** (PS): — Estou a referir números que são públicos, não são teses!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Doutor já compreendeu, com certeza.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Compreendi, mas como são teses...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Não são teses! São os números...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — A exposição que eu referi aqui de clientes institucionais era 2,5, a indireta, em 31 de dezembro, mais 2 de institucionais. Isto dá 4,5...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E o BESA?

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — E ainda falta o BESA!

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Estou a falar da ESI.

O Sr. **Presidente**: — Agradecia que deixassem o Sr. Doutor responder à pergunta.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Esta já é a minha fase de comentários e respostas, não é?

Portanto, 4,5.

Depois, tinha também a exposição direta que, na altura, somada, eram 700 milhões.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mais 300 milhões da Tranquilidade...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Pronto, se quiser, 1000 milhões.

O Sr. **João Galamba** (PS): — O total era 1000...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Então, se somar 4,5 mais 1000 são 5,5. A questão essencial é... Se o Sr. Deputado me perguntasse o que é que estava fora do GES...

Temos ainda outra questão que não é totalmente despiciente do ponto de vista jurídico, que é a dos clientes do Banque Privée que, alguns deles, são portugueses com as contas perfeitamente regularizadas.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Isso é do Espírito Santo Financial Group, não é do BES.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Está bem, mas não deixam de ser seus clientes.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Estamos a falar do BES.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sim, do BES. Mas aqui estão 5 milhões.

Depois, o que é que acontece? Sabendo nós, e eu estava há pouco a referir a um dos Srs. Deputados, das relações importantes que havia com a Venezuela que era um dos grandes clientes, estou convencido de que havia efeitos colaterais, porque se eles estavam a investir também no BES podiam ter medidas de retaliação.

A minha opinião é que a exposição, em setembro, não deixava de ser um exercício difícil, considerada insuficiente e, depois, entrámos na tal dinâmica, que é a dinâmica circular, ou seja, quanto mais se assume os 4,5 milhões... Vamos imaginar que até...

O Sr. **João Galamba** (PS): — Mas esses quatro mil e tal não são todos da responsabilidade do BES. Era o que mais faltava!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se não se importa.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Mas não é isso! O problema são os efeitos colaterais. Oiça, essas são as suas conclusões.

Primeiro, quero dizer-lhe que a exposição era 4,5. Está aqui escrito no relatório e não fui eu que o fiz. Portanto, o que eu acho é que seria sempre um exercício difícil.

Já respondi à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, creio eu, sobre toda a questão do fundo de pensões da Venezuela.

Acho que os senhores têm a vossa posição, eu não posso acrescentar mais.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Cecília Meireles, já tinha perguntado se havia instruções para gestores. No Banco, eu não tenho conhecimento.

A única coisa que vi é que, às vezes, no Banque Privée — ouvi esse comentário aqui — podia haver clientes com contas fiduciárias que tinham sido investidas em papel. Havia portugueses que eram simultaneamente clientes destes bancos e de outros e que podem estar a queixar-se por, no fundo, a marca ser a mesma. Sinceramente, não conheço.

Sobre os meus registos, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se quiser pode pedir as cartas, pode pedir toda a documentação sobre Morais Pires e o Banco de Portugal que eu não tenho problema nenhum com isso.

Sr. Deputado Neto Brandão, o senhor perguntou se a notícia era relevante no prospeto e que havia uma carta do Dr. João Martins Pereira... Peço desculpa, mas tomei mal a nota.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Quanto ao prospeto, o que lhe pedi era que confirmasse aquilo que julgo ter decorrido das suas palavras de há pouco, ou seja, que, se tivesse no *roadshow* informado que o CEO iria ser substituído, necessariamente, e já sabemos que era certo que o iria ser...

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Se eu achava que devia constar? Acho. Está respondido.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Que era relevante... Isso não era uma pergunta, era uma afirmação apenas para confirmar que tinha dito isso.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Disse.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — A pergunta tinha a ver com a data em que o Sr. Doutor teve conhecimento do memorando que o Dr. Ricciardi deu a conhecer ao Banco de Portugal, em 27 de maio, sendo certo que o memorando em causa é de 31 de março e refere que circulou pelos membros do conselho de administração. Portanto, quando é que teve conhecimento, que é o depoimento do Francisco Machado da Cruz...

A terceira pergunta era se nega a coautoria dos factos que são imputados à administração do BES.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado, nessa altura, estava mesmo em Londres, no *roadshow*. Não tive acesso a nenhum memorando, a única coisa que sei é que as supostas informações sobre o contabilista estavam incluídas, desde o princípio, no prospeto.

Não tive conhecimento desse memorando.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Ah, e ainda hoje não o conhece?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Não, não vi. Não tive conhecimento e, curiosamente, estava em Londres a fazer o *roadshow* e nem sequer tive acesso no ponto de inclusão dessas questões, porque já estava em Londres.

Sr. Deputado, quase que respondo à questão da autocrítica. Costumo dizer que, e faço-o, acho, para todos os administradores do Banco, quando se pertence a um regime, no fundo, neste sentido, durante anos e anos, e esse exército perde — mesmo que não seja marechal, seja brigadeiro, ponham-me na posição que quiserem —, temos que aceitar as



consequências disso, primeiro aspeto. Portanto, aceitarei as consequências desta situação que me forem imputadas, obviamente, no plano individual e também no plano coletivo.

Mas há aqui detalhes, como aquele que referi — e não quero entrar em especulação —, por exemplo, a provisão administrativa dos 2 biliões sobre a exposição direta e indireta ao Grupo. Essa exposição foi determinada por um critério administrativo. À data da minha saída, a máxima perda esperada no cenário conservador do Departamento de Risco Global era substancialmente inferior.

Há um juízo de valor e eu acho que isso responde também à questão «então, qual é a sua autocrítica?». Pertenci a um exército que tinha um general, eu era uma alta patente, e esse exército perdeu. Portanto, é essa a crítica. Falhámos em algumas coisas, acho que fizemos também coisas bastante boas, como ainda hoje se pode ver no Novo Banco: duas em cada três PME são do Novo Banco, tem milhares de colaboradores a funcionar e a trabalhar bem, tem, como já disse, um património imobiliário significativo e uma lista de clientes significativa. Aquilo que é o Novo Banco é uma grande parte do BES, e essa foi construída pelos trabalhadores e pela administração do BES. Aceitarei as questões que forem... A minha autocrítica é esta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, tem a palavra, mas com poder de síntese, se faz favor.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, certamente, aquele de que eu for capaz a esta hora, Sr. Presidente. Peço-lhe desculpa por esta limitação.

O ponto de vista que eu estava a sustentar, Sr. Doutor, era outro. Obviamente que o senhor era membro dessa equipa que foi derrotada...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Perdemos, perdemos!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas sabe, nessas batalhas, nós meditamos sempre naquilo que nós próprios podíamos ter feito e não fizemos. Caricaturei um pouco o seu papel de «braços cruzados» porque tinha tido um *roadshow* com resultados, que excedeu a procura, etc.

Mas, avaliando a sua conduta, a pergunta clássica é esta: o que é que, se soubesse o que sabe hoje, não teria feito e fez? Porque nós temos provas de que fez, ou o contrário.

É só isto, porque essa reflexão é dolorosa, e certamente a fez.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Ainda estou em fase de a fazer, mas devo dizer-lhe, vendo até testemunhos de colegas meus, o seguinte: nós éramos 25 à volta de uma mesa e éramos pessoas altamente qualificadas. Há um momento decisivo que, para mim, abala muito toda a confiança na questão, que é o ETRICC 2 e as suas consequências.

Nesse momento nós podíamos ter duas ou três alternativas. Um já disse o que fez e os outros tentaram, lutando até ao último minuto, salvar o BES, pensando que isso seria possível. Podia ter dito no dia 30 de dezembro ou janeiro quando...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Oiça, estavam pessoas do Crédit Agricole, pessoas muito mais experientes do que eu que até tiveram posições de governação, como o Sr. Xavier Musca, que foi Secretário-

Geral do Eliseu, e houve a convicção de que era possível resolver as questões. Houve confiança nas soluções, nomeadamente na questão venezuelana que tinha uma relação muito grande, quer creditícia, quer de depósitos, e pensávamos que, sendo viabilizada a recapitalização da parte da Rioforte, que era viável a situação.

Acho que foi esse o pensamento, porque também não acredito que em 25 todos eles tivessem um pensamento...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Mas havia essa esperança?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Então, é uma autocrítica.

*Pausa.*

Como cidadão, o que é que eu penso da PT? Foi o que o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques me perguntou.

Ao longo dos anos, acho que o BES contribuiu também para momentos muito positivos. Neste, como já disse, não tive intervenção. Nas assembleias gerais, quando foi da Oi, eu e os meus colegas recebemos instruções. Porém, continuo a dizer que a Rioforte era uma empresa auditada, na altura — já não estou a dizer que foi um *rating* —, e também devo repetir que a exposição é anterior à minha entrada no conselho de administração. A exposição foi ao longo dos tempos feita pelas pessoas que entenderam.

O assunto nunca foi discutido no conselho de administração, que eu me recorde, e penso que, ao tempo, nunca houve incidente até este dia fatal.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Para a PT!

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — E para o BES! Acho que as consequências estão todas umas relacionadas com as outras, porque o BES também era acionista da PT.

À pergunta sobre se fiz algum RERT, sim.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora a perguntas muito sucintas, Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. **João Galamba** (PS): — O Dr. Moraes Pires falou de quatro mil e tal milhões de euros. Estou aqui a olhar para a página 9 da apresentação de resultados do primeiro semestre de 2014 e a exposição dos clientes do BES ao GES é de 2522 €.

A questão é que, repito, no final de 2013, sabemos que a exposição dos clientes à dívida do GES era menor, não tinha havido recompra de obrigações com prejuízos para o Banco, não tinha havido um aumento de capital, em junho, de 1000 milhões de euros, ou um pouco mais.

Aconteça o que acontecer, uma coisa certa: no dia 31 de dezembro, era sempre muito menos dinheiro do que foi necessário no dia 30 de julho ou na resolução. Isso é um facto!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, queria apenas clarificar que eu não perguntei se estava tudo bem no BES Cayman, se havia irregularidades. O senhor respondeu-me que não, que as auditorias

demonstravam que não havia problemas. Eu não perguntei isso! Ainda bem que não há problemas no BES Cayman...

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**:— Eu disse que era responsável pelo BES Cayman...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Certo, mas eu também não perguntei isso.

O que eu perguntei foi se não havia nenhuma relação do BES Cayman com as *offshore* do GES, no mesmo local. Perguntei se estando no mesmo local, inclusivamente físico, se não havia sequer relação.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum Sr. Deputado se inscreve para fazer perguntas?

*Pausa.*

Não havendo, tem a palavra o Sr. Dr. Moraes Pires.

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, o que eu digo é que não tenho conhecimento que houvesse relações. Como eu disse, há relatórios de auditoria sobre isso...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Dá para ir lá ver. Ou é proibido ver?

O Sr. Dr. **Amílcar Moraes Pires**: — Pode ver-se. Não é proibido ver... O que eu quero dizer é que o BES Cayman consolida no BES, é tudo transparente, se houver lá clientes de *offshore*... Eu não acompanhava

porque havia um diretor de sucursal. Se disser que há relações, essas são acessíveis facilmente no relatório e contas do BES e nas auditorias, porque essa é uma sucursal. É a mesma personalidade jurídica, não muda nada, portanto, não tem nenhuma interferência com as outras *offshore*. Se fossem clientes, estavam lá, e eu não tenho conhecimento disso.

Ao Sr. Deputado João Galamba direi que foi uma observação e conclusão sua, não fui eu que comentei.

O Sr. **João Galamba** (PS) — É que falou de quatro mil e tal milhões, mas eu li o relatório e contas e só vi 2522 €.

O Sr. Dr. **Amílcar Morais Pires**: — Srs. Deputados, em primeiro lugar, queria agradecer a oportunidade de ter vindo aqui prestar esclarecimentos. Espero ter ajudado nalguma questão.

Gostaria de dizer que tentei ser sincero, mesmo nos aspetos de autocrítica, que são juízos que ainda não fiz em definitivo, mas que vou ter fazer.

Fui 28 anos funcionário, entrei quando o Banco ainda era um banco público, com o nível oito e fui o subdiretor mais novo, ainda o banco era nacionalizado. Fiz sempre todos os meus progressos na carreira por concurso, não porque fosse membro de uma família ou por qualquer outra razão e cheguei a administrador como cheguei.

Infelizmente, contra as minhas expectativas aconteceu esta situação fatal.

O futuro também dirá de quem é a responsabilidade definitiva e efetiva sobre esta situação.

Quando me pergunta se faço já uma autocrítica, devo dizer que a autocrítica que fiz é muito pragmática, na medida em que considero que um

exército que perde os seus generais tem alguma coisa a dizer. Mas não é definitiva, porque vamos ver no fim — como se costuma dizer, quando se fizer a autópsia — o que é que aconteceu realmente.

Portanto, Srs. Deputados, quero agradecer e pedir desculpa se, em algum momento, não pude colaborar mais.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor, pela colaboração.  
Estão encerrados os nossos trabalhos.

*Eram 00 horas e 30 minutos do dia seguinte.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.